

**A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A  
AGRO INDÚSTRIA AÇUCAREIRA PAULISTA**

**O R I O W A L D O   Q U E D A**

**Tese de doutoramento apresentada  
à Escola Superior de Agricultura  
“Luiz de Queiroz” da Universidade  
de São Paulo**

**P I R A C I C A B A**  
**Estado de São Paulo**  
**— 1 9 7 2 —**

À maria helena

gabriela

carolina

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. José Albertino Rodrigues pelo encorajamento e atenciosa orientação na condução deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Joaquim José de Camargo Engler pela compreensão e estímulo na realização deste estudo.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" pela paciência e simpatia com que colaboraram comigo.

Ao Ministério da Agricultura que, através do Convênio EAPA/SUPLAN - ESALQ/USP, financiou este trabalho.

À Fundação Ford, que forneceu os recursos necessários à publicação.

À Maria Izalina Ferreira Alves, Thereza Watanabe, Wanderley Bragion, Suely Lemos, Marina Wagner, Lázaro Martins e Pedro Scardua pelo zelo dispensado na fase de publicação desta pesquisa.

# Í N D I C E

	Pág.
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO .....	1
INTRODUÇÃO .....	2
CAPÍTULO II - A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A AGROINDÚSTRIA AÇUCA- REIRA .....	4
A Intervenção do Estado antes de 1930 .....	5
A Intervenção do Estado depois de 1930 .....	8
Fases da Intervenção Estatal depois de 1930 .....	14
CAPÍTULO III - A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO BRASIL .....	28
A Introdução da Cana de Açúcar .....	29
A Decadência da Economia Açucareira Nordestina .....	33
O Engenho Central e o seu Fracasso .....	43
As Usinas de Açúcar .....	51
A Crise de 1929 e a Intervenção .....	60
CAPÍTULO IV - A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM SÃO PAULO .....	73
A Cana de Açúcar em São Paulo .....	74
O Café e a Decadência do Açúcar .....	79
O Engenho Central .....	80
As Crises do Café e a volta da Cana de Açúcar .....	85
A Crise de 1929 e a Limitação da Produção .....	91
A Ascensão da Agroindústria Açucareira Paulista: Formação do Mercado Nacional .....	97
A Ascensão da Agroindústria Açucareira Paulista: A Intervenção Estatal e os Efeitos da II Guerra Mundial	100

	Pág.
A Concentração Industrial .....	112
A Ascensão da Agroindústria Açucareira Paulista: O Estatuto da Lavoura Canavieira .....	118
CAPÍTULO V - SUMÁRIO E CONCLUSÕES .....	151
SUMÁRIO E CONCLUSÕES .....	152
SUMMARY AND CONCLUSIONS .....	154
BIBLIOGRAFIA .....	158
APÊNDICE I .....	168
APÊNDICE II .....	170
APÊNDICE III .....	172

## ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela Nº		Pág.
1	Exportação de Açúcar pelo Brasil. 1560-1831 .....	32
2	Produção Mundial de Açúcar de Beterraba no período de 1836/1880 .....	39
3	Evolução da Produção de Açúcar de Cana e Beterraba. 1800-1880 .....	39
4	Exportação Açúcar de Cana - Brasil e Cuba. 1880/85 - 1910/15 .....	45
5	Distribuição das Usinas de Açúcar pelos Estados. 1910 .....	55
6	Açúcar Produzido por Tipos. Período 1912/13 a 1917/18 .....	55
7	Distribuição das Usinas por Estados segundo o Tipo de Aparelho .....	56
8	Capacidade das Usinas do Brasil em 12 Horas de Trabalho. 1917/18 .....	57
9	Substituição de Variedades de Cana Suscetíveis por Variedades Resistentes ao Mosaico. 1925/29. S.P.	88
10	Produção de Açúcar no Estado de São Paulo. 1926/27 a 1935/36 .....	89

Tabela		Pág.
Nº		
11	Número e Porcentagem de Usinas de Acordo com a Capacidade de Produção. Safras 1929/30 a 1970/71. São Paulo .....	106
12	Número e Porcentagem de Usinas de Acordo com a Capacidade de Produção. Safras 1929/30 a 1970/71. Pernambuco .....	107
13	Emprego de Fatores de Produção na Cultura da Cana de Açúcar. São Paulo e Pernambuco. 1965/66 .....	113
14	Dias Efetivos de Moagem de Cana das Usinas. São Paulo e Pernambuco. Safra 1970/71 .....	114
15	Concentração da Produção de Açúcar no Estado de São Paulo. Safra 1971/72 .....	116
16	Propriedades com Cana e Quantidade Produzida por Tamanho de Quota. São Paulo. Safra 1967/68 .....	133
17	Preços Deflacionados Recebidos pela Cana dos Fornecedores. São Paulo. 1948-1970 .....	142
18	Relação dos Equipamentos, Início de Fabricação e Origem das Patentes. M. Dedini S.A. ....	169
19	Produção de Açúcar de Usina por Regiões Produtoras. Safras 1926/27 a 1970/71 .....	171

## ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura Nº		Pág.
1	Evolução do Número de Usinas. São Paulo e Pernambuco. 1929/30 a 1970/71 .....	101
2	Evolução da Produção de Açúcar de Usina no Brasil. Safras 1926/27 a 1970/71 .....	173

CAPITULO I  
INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

A análise da intervenção do Estado num país em processo de desenvolvimento econômico-social do tipo capitalista, apoiado na indústria, representa tarefa importante, pelo fato dela revelar uma transformação radical. A atuação do Estado pode ser vista como uma tentativa de quebrar as barreiras, herdadas de uma sociedade patriarcal de bases agrárias, que tendiam a impedir a transição para um regime capitalista de produção. Daí a importância da análise das funções assumidas pelo Estado nos processos econômicos.

Neste estudo a intenção é analisar a intervenção do Estado no setor da agroindústria açucareira. Conveniências, de ordem material e temporal não permitiram que o estudo abrangesse as duas principais regiões produtoras do país. Desta maneira a análise se limitou à agroindústria açucareira paulista.

O problema que se coloca no âmbito deste estudo é o da emergência de uma estrutura agroindustrial no momento em que a sociedade global estava passando por uma tentativa de reformulação de sua própria estrutura e orientação. A década de 1930 será tomada como ponto de referência e como pano de fundo, procurando-se enfatizar a situação atual (isto é, a partir de 1965), justamente quando o processo de desenvolvimento e mudança alcançaram situações que geraram condições propícias para que a formulação das políticas do setor açucareiro passasse para o domínio de novos grupos sociais, formados durante o período iniciado em 1930, isto é, uma burguesia industrial do açúcar em oposição aos gru-

pos canavieiros tradicionais. Deste modo a intervenção do Estado representa uma força organizada no sentido de tentar a superação de uma economia de tipo colonial para uma estrutura de tipo nacional. Em última análise, o que o estudo pretende é verificar até que ponto a ação estatal tem desempenhado esse papel e quais os resultados de sua atuação em termos da eliminação das resistências à mudança e da aceleração do processo de desenvolvimento.

A importância do estudo está em que o setor agroindustrial açucareiro, no que diz respeito à intervenção do Estado foi intensamente estudado no período em que esteve no poder o Sr. Getúlio Vargas e nos primeiros anos após a sua queda. Entretanto, as consequências daquela política intervencionista foram muito pouco analisadas, não existindo praticamente estudo algum sobre o assunto.

O tema proposto também se justifica pelo fato do setor açucareiro apresentar a conjugação entre um setor moderno - o industrial - e um setor tradicional, - a lavoura - embora numa atividade historicamente caracterizada. De qualquer modo, a análise da atuação do Estado permitirá desvendar suas incongruências que vão se tornando menores na medida em que a revolução burguesa, iniciada em 1930, vai se completando. Nesse sentido a ação estatal, a partir de 1965, é bastante reveladora dessa nova orientação.

Este trabalho apresenta, de início, uma tentativa de elaboração de um resumo da história do açúcar no Brasil para, em seguida, analisar a evolução da agroindústria açucareira em São Paulo, mas sempre em termos de sua relação com a ação estatal.

C A P I T U L O    I I

INTERVENÇÃO DO ESTADO E A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA

## INTERVENÇÃO DO ESTADO E A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA

### A Intervenção do Estado Antes de 1930

O sucesso alcançado pela agroindústria açucareira paulista , dentro do cenário nacional, não poderá ser esclarecido se não definirmos a posição do Estado, no presente, com relação à indústria do açúcar e, no passado, do governo da Metrópole com relação aos senhores de engenho.

As raízes da política do açúcar de hoje devem ser retiradas das relações assumidas pelo Estado em face da criação e do desenvolvimento dos engenhos, bem como dos interesses econômicos, militares e fiscais que nortearam a consolidação daquelas unidades.

As relações do Estado com o setor açucareiro se manifestaram desde a colônia, atravessando o Império e a República. Mas elas não ocorreram ex abrupto. Foram vacilantes, sendo em certos momentos protecionistas, liberais em outros, para chegarem, no início da década dos 30, a ser abertamente intervencionistas.

O que surge, então, na história das relações do Estado com os produtores do açúcar "são fases que, se não, se sucedem, bem marcadas no tempo (porque nelas se misturam, em proporções variáveis, favores e exigências), indicam 'tendências' predominantes, determinadas pelas forças reais do meio e pelas necessidades políticas e econômicas do Estado. Elas constituem menos uma 'sucessão' de épocas, historicamente definidas, com mudanças radicais de orientação do que o desdobramento de uma política econômica e financeira que se afirma nesse ou naquele período, pela pre-

ponderância de uma das tendências que já se esboçavam, disputando-se a primazia no sistema inicial de relações entre o Estado e os senhores de engenho" (Azevedo, 1948: 182).

O mesmo autor, no trabalho acima citado, distingue quatro fases na história das relações do governo com os produtores de açúcar. Na primeira delas o Estado funcionou como fundador ou como sócio na fundação dos engenhos. Isto foi corporificado na concessão das sesmarias, na colaboração militar e comercial-industrial. Na segunda fase, o Estado desenvolveu não só uma ação protecionista mas também estimulou, através de favores, mercês e privilégios à iniciativa privada na indústria do açúcar. Ao mesmo tempo, reservou-se o direito de participação nos lucros e iniciou a política de intervenção colocando restrições a certas iniciativas ligadas à produção e ao comércio do açúcar, desembocando, já em 1751, na criação das Mesas de Inspeção do Açúcar. Na terceira fase, a orientação do Estado foi, em geral, liberal. O início dessa fase coincidiu, de certa forma, com a Independência. Assim, por exemplo, pelo Decreto de 24/5/1823, extingue-se a administração do dízimo do açúcar que existia no Tesouro Nacional e, pela Lei de 5/11/1827, são extintas as Mesas da Inspeção do Açúcar, tabaco e algodão, e ainda, pela Lei de 13/11/1827, facultou-se a qualquer pessoa levantar engenhos de açúcar nas suas terras, sem necessidade de licença. Essa tendência liberal, que se prolonga até as primeiras décadas do século atual, pode ser explicada pelo fato de que "a República (em relação ao Império) no entanto, se fizera muito calcada em princípios liberais e a coincidente expansão do capitalismo

urbano fez com que o princípio do laissez-faire se revigorasse, juntamente com escrúpulos não intervencionistas do Estado Republicano" (Rodrigues, 1968:27). São ainda dessa fase o decreto autorizando às companhias que se propusessem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana (Decreto nº 2.687, de 6/11/1875) e o decreto sobre a liberação de autorização para explorar engenhos centrais (Decreto nº 10.165, de 12/1/1889). Outras decisões importantes foram: a supressão da fiscalização dos engenhos centrais (Decreto nº 2.425, de 2/1/1897); a criação da primeira estação experimental de cana, em Campos, Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 8.356, de 9/11/1910); o combate às pragas da cana-de-açúcar em todo o país (Decreto nº 8.400, de 27/12/1927).

Finalmente, na quarta fase, o Estado voltou a ter uma orientação intervencionista, que se acentuou fortemente após a Revolução de 1930. Do início dessa fase constam: adoção de medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar (Decreto nº 20.401, de 15/9/1931); criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (Decreto nº 20.761, de 1/12/1931); limitação da produção de açúcar no território nacional e estímulo ao fabrico de álcool-motor (Decreto nº 22.152, de 28/11/1932); criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (Decreto nº 22.789, de 1/6/1933) e a criação do Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto Lei nº 3.855, de 21/11/1941). Logo depois, o Decreto-Lei nº 9.827, de 10/9/1946, que dispõe sobre a expansão da produção açucareira, provocando uma revisão geral das quotas de produção de açúcar de usina, atribuídos a cada um dos Estados ou Territórios. Como consequência desse decreto apareceram: a Resolução

no.125, de 14/9/1946, elevando a produção de açúcar para 23.000.000 sacos de 60 quilos; a Resolução nº 501, de 1/2/1951, elevando para 33.000.000 sacos de 60 quilos a produção de açúcar.

Recentemente, as medidas mais importantes se referem às políticas que permitem a fusão, a incorporação e a realocização de usinas em todo o país, mais a permissão aos fornecedores de canas de realizarem a incorporação de novas quotas de fornecimento de cana às que já possuíam. (Decreto Lei nº 1.186, de 27/8/1971).

### A Intervenção do Estado Depois de 1930

No presente trabalho interessa-nos, particularmente, a intervenção do Estado desenvolvida no período iniciado com a Revolução de outubro de 1930.

A partir desse momento a ação do Estado foi se intensificando, a ponto de chegar, no presente, a abranger inteiramente o setor açucareiro. A intervenção se faz presente desde a produção da matéria-prima (regulamentando o corte, transporte, pesagem, e beneficiamento) até a fabricação, distribuição, consumo e exportação do produto acabado, tanto no mercado nacional quanto no internacional. Disciplina as relações entre fornecedores e usineiros e destes com os seus lavradores no referente ao modo, ao tempo e à forma do pagamento das canas bem como a solução dos litígios decorrentes. Estabelece a política de equilíbrio entre a produção e o consumo, com vistas a garantir preços estáveis, encaminhando os excessos para o mercado exterior. Cuida do financiamento das safras a usineiros e fornecedores. De

termina quotas mensais de comercialização e estabelece normas para a assistência social aos trabalhadores da agroindústria açucareira (através de Cooperativas, Associações e Sindicatos), estipulando as contribuições para o custeio dessas operações. Institui órgãos para julgar as infrações ocorridas.

Dentro dessa linha intervencionista o preço da cana como o preço do açúcar, as quotas dos fornecedores como de cada usina do país, ficam inteiramente sob controle do Estado, através da política de contingenciamento.

Como foi possível ao Estado, nesse período de 1930 a 1971, assumir novos e tão variados papéis dentro do setor açucareiro? Na verdade, nesse período, o Estado foi levado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da nossa economia. A Grande Depressão Econômica dos anos 1929-33, a Revolução de 1930 e a Guerra Mundial de 1939-45, são as condições históricas e estruturais que parecem explicar, quando combinadas as causas da crescente intervenção do Estado na sociedade brasileira. Segundo Ianni, "em geral, as crises econômicas criam as condições a partir das quais o Estado é levado a desempenhar papéis mais ativos na economia dos países capitalistas, dominantes ou dependentes ... E quando uma crise econômica combina-se com uma política (ambas geradas nas mesmas condições históricas, como ocorreu, por exemplo, em 1929-33) então o poder público pode mesmo ser bastante reformulado, para proteger e incentivar as atividades econômicas mais importantes; ou criar e estimular novas atividades produtivas. Aliás, a Guerra Mundial de 1939-45 também adquiriu, para o Brasil,

o caráter de uma crise política e econômica de grandes proporções. Em consequência, provocou a formulação de novos órgãos e técnicas de atuação governamental, com relação aos diferentes setores produtivos, às finanças e aos salários" (Ianni, 1971:302-303).

Na década dos trinta desenvolveram-se tendências políticas já observadas na década anterior; graças às novas condições sociais e econômicas, parcelas da burguesia brasileira tiveram acesso ao poder. Ainda que a Revolução de 1930 não tenha sido propriamente revolucionária no sentido, por exemplo, de alterar o principal fundamento da economia brasileira, isto é, a grande lavoura, ela representou uma quebra no poder dos grandes proprietários rurais. Para a aristocracia rural, a Revolução de 1930 significou a perda do controle exclusivo do poder político sendo, sob certo aspecto, "um movimento acomodatório entre as antigas classes rurais e as novas classes burguesas" (Rodrigues, 1968:17). Atingia-se um novo equilíbrio de poder dentro do qual as classes dominantes saíam mais fortes e unificadas, em condições de exercer um controle mais rígido sobre os movimentos sociais.

Como decorrência, criam-se os partidos nacionais, implantam-se sistemas universitários, ocorre a sistematização da legislação trabalhista, surge o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a reforma do aparelho estatal. Nesse sentido a reestruturação do Estado foi um elemento fundamental ao sucesso e desenvolvimento da revolução então iniciada em 1930. Assim o desenvolvimento da burocracia e mesmo da tecnocracia podem ser vistos como elementos tipicamente inovadores dessa revolução.

Nesse particular, o aumento da burocracia governamental reflete o modo pelo qual o desenvolvimento brasileiro ocorreu: grandes investimentos públicos, gastos com a previdência social, educação e saúde. Por exemplo, o número de servidores públicos federais cresceu de 131.628 em 1938, para 145.991 em 1943, passando para 232.632 em 1958, isto é, em termos relativos, um aumento superior ao aumento populacional (Cunha, 1963: 129-130) .

O mesmo estudo revela ainda um fato particularmente interessante para o nosso trabalho: é o do crescimento do aparelho estatal quanto a parte dinâmica do país, isto é, o Centro-Sul e quanto as regiões menos desenvolvidas do Nordeste. Esse crescimento da máquina burocrática, no período de 1920 a 1940 é assim descrito: "a região Sul, para acompanhar, como as regiões Leste e Nordeste, o crescimento demográfico, numa proporção igual de um para dois, teve que promover um crescimento numérico mais forte de sua burocracia ... Na região Sul, o impacto do crescimento demográfico é bastante forte para obrigar o Estado a multiplicar-se em serviços e pessoal ... Assim, o processo de rompimento com a organização dos clãs políticos rurais é intensificado na região Sul. Na região Leste, o patriarcalismo político absorve o Estado, sustentando-se um equilíbrio, no fundo contraditório, entre o desenvolvimento do Estado e a manutenção dos grupos políticos rurais. Este equilíbrio sustenta-se graças ao processo de sujeição do Estado a estes grupos, em termos patriarcais e, mais do que isto, da ineficiência dos serviços públicos, compreendidos quase que exclusivamente em termos de manutenção de uma clientela política. No Nordeste, o patriarcalismo estadual mostra-se menos desenvolvido. Os grupos po-

líticos locais preferem sustentar a clientela de dependentes, desinteressando-se mais do que na região Leste pelo domínio sobre a máquina política central, ainda que em termos de oportunidades para favoritismos políticos" (Cunha, 1963: 115-116).

É nesse contexto que se verifica a passagem da organização oligárquica da República Velha para a organização do Estado Burguês. É esta passagem que permite explicar o crescimento da burocracia nas suas várias modalidades, como também revela a transição do princípio do clientelismo político para o princípio do mérito com relação ao recrutamento de funcionários, auxiliares, e assessores (Ianni, 1971: 313-314).

E assim, nos anos que se seguem aos acontecimentos de 1930, as funções do Estado foram sendo alteradas. Aquela quebra no poder político provocou certas rupturas estruturais a partir das quais novas relações entre o Estado e a sociedade se desenvolveram. Desta maneira, o Estado foi obrigado não só a assumir novas funções como também a redefinir suas funções tradicionais ao mesmo tempo que ele próprio também se transformava estruturalmente. É que, sendo uma estrutura de poder, ele tende a se organizar, a se transformar e a mudar as suas orientações de acordo com as tendências e determinações do sistema ao qual ele pertence. Mas, numa situação como aquela depois de 1930, em que a economia capitalista se encontrava em formação, o Estado tendia a ser marcado pelas contradições e incongruências que caracterizavam o sistema. Assim, a política econômica do Estado tende a exibir técnicas tradicionais de organização da produção, de poder e de comportamento produtivo ao lado de técnicas racionais carac

terísticas do sistema capitalista de produção. É por isso que, as vezes, certas medidas adotadas a nível nacional chegam a produzir efeitos diversos quando se considera, por exemplo, o Nordeste ou o Centro-Sul. Nesse sentido, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Estatuto da Lavoura Canavieira produziram resultados diversos: enquanto no Nordeste a ausência de um ambiente adequado à racionalidade capitalista provoca uma certa "absorção local" daqueles órgãos (o poder dos antigos senhores de engenhos, agora em grande parte transformados em fornecedores de cana das usinas, era ainda muito forte, poder este que somente termina quando a usina derrota totalmente o engenho), no Sul, a presença de condições econômico-sociais e políticas favoráveis acabaram por tornar as atuações do Estado altamente produtivas para o sistema capitalista que então se formava.

Através de medidas que, de início são pouco ambiciosas e sem muita coordenação e mais tarde cada vez mais ambiciosas e coordenadas, o Estado vai aprofundando a sua participação. Neste sentido, esta tarefa foi "facilitada" dada a pequena proporção do que consistia então a burguesia nacional, com a sua limitada capacidade empresarial (em virtude da influência do poder e da organização social de tipos patrimoniais) além de sua baixa disponibilidade de capitais e baixa capacidade de poupança. Por essas razões, mesmo com atuações contraditórias, é que a presença do Estado é fator fundamental no processo de crescimento econômico-social brasileiro.

Desta maneira, "o sentido histórico do dirigismo é a consolidação e expansão do capitalismo. O intervencionismo é a condição indispen-

sável para que se processe a industrialização de um país inserido periféricamente no capitalismo mundial. A iniciativa e liderança do Estado foi um momento necessário da ruptura e reintegração da economia nacional com a internacional. Numa configuração crítica, como aquela em que ocorreu a conversão estrutural da economia brasileira, a hegemonia do Estado não é senão a acentuação de uma categoria essencial do sistema. Como produto e órgão das relações das classes em formação ele se projeta segundo as determinações do tipo de estrutura possível na configuração crítica"(Ianni, 1965a: 206)

A intervenção com caráter globalizador vai se tornando viável à medida que a economia brasileira cresce e se diversifica. Desta maneira a intervenção estatal tende a ser orientada de acordo com os interesses dominantes do setor industrial, da agropecuária e do comércio.

Resumindo, a ação estatal age de um lado sobre o que ainda resta de componentes econômicos e institucionais derivados do sistema de tipo colonial e de outro apoiando, em termos de condições econômicas e institucionais, o sistema capitalista que está sendo gerado como tendência dominante .

#### As Fases da Intervenção Estatal depois de 1930

A ação do Estado, no setor da agroindústria açucareira, teve um caráter de política econômica alicerçada em bases nacionais (Azevedo, 1948: 179-207) onde se pode notar a preocupação de restabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo, de regular as relações entre os forne

cedores de cana e os usineiros como ainda de reorganizar a economia nacional. Através do estabelecimento de limites de produção entre o Nordeste e a região Centro-Sul visava-se resguardar a unidade política nacional, impedindo assim a destruição da economia nordestina então ameaçada pela expansão paulista. Por essa razão é que a posição assumida pelo Estado teve que variar, quanto a sua intensidade e quanto aos aspectos, de uma região para outra. Em face de um processo de revolução industrial e da tendência já esboçada de deslocamento do centro de gravidade da produção, do norte para o Sul, o Estado foi forçado a intervir, mas respeitando as formas de trabalho dominantes e as diferenças no processo de evolução da técnica que caracterizavam as duas regiões produtoras.

É para melhor esclarecer a ação estatal, no período de 1930 a 1971, que iremos dividi-la em três fases, que de modo algum deverão ser vistas como compartimentos estanques. O que na realidade acontece é que as características de uma fase coexistem as vezes, ou sempre, com as de outra ou de outras fases ou que elas se interpenetram. A primeira é a fase econômica, e se refere fundamentalmente à criação do Instituto do Açúcar e do Alcool; a segunda é a jurídico-institucional-assistencial, marcada pelo aparecimento do Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941 e a terceira fase a tecnológica, caracterizada pelo aparecimento da Lei nº 4.870, de 1/12/1965 e ainda pela criação, em 1969, da Estação Experimental de Cana de Araras e do Laboratório de Análises em Piracicaba, ambos no Estado de São Paulo. A importância dessa terceira fase é acentuada em 1971, quando do decreto permitindo a fusão, incorporação e realocação

de usinas de açúcar em todo o país, como ainda da incorporação, pelos fornecedores, de novas quotas de fornecimento de cana às que já as possuíam, fato até então não permitido pela legislação vigente.

Na primeira fase, os objetivos visados eram o de assegurar o equilíbrio do mercado do açúcar incrementando paralelamente a produção e o consumo do álcool-motor nacional; a segunda foi sobretudo a fase da assistência financeira, da consolidação das dívidas dos industriais e da construção de hospitais para os lavradores enquanto na terceira tem início a fase técnica de disciplinaçãõ e desenvolvimento tecnológico planejado.

É importante destacar que na intervenção do Estado na economia açucareira, como em outros setores da vida nacional, houve, em certo grau, uma tomada de consciência dos processos que estavam se desenvolvendo. Neste sentido houve, em alta dose, orientação e racionalidade naquelas medidas. É o que se encontra em trabalhos que procuraram analisar os primeiros anos de vida do Instituto do Açúcar e do Alcool. Em um deles há a preocupação de mostrar que nas primeiras medidas elaboradas pelo governo de Getúlio Vargas e que antecederam à criação do Instituto, em 1933, (mais exatamente o Decreto nº 20.401, de 15/9/1931, que adotava medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar) ressentia-se de certo empirismo: "foi um ato esporádico, com o qual o Poder Executivo correu ao encontro de reclamos instantes dos produtores ameaçados de bancarrota. A esse tempo, não se pretendia organizar planos a longo prazo, nem muito menos estabelecer uma intervenção permanente, mas tão só

atender a uma situação de emergência, não obstante a alusão, feita em um dos considerandos do decreto, à economia logicamente organizada" (Costa, 1941: 81). Para o mesmo autor, a instalação do Instituto como um órgão para-estatal incumbido da efetivação de um plano de defesa da produção do açúcar, a instituição de uma política permanente de defesa da economia açucareira, a adoção do princípio da limitação da produção significaram a entrada de uma nova era, que ele chamou de científica. Científica no sentido de um ensaio de organização da economia açucareira brasileira que "se opera tanto no sentido horizontal quanto no sentido vertical, indo desde a lavoura à fabricação, ao comércio e a refinação do açúcar" (Costa, 1941: 83). Chama ainda o autor a atenção para as contribuições do Instituto no campo cultural através de uma série de iniciativas, tais como: a publicação da Revista mensal Brasil Açucareiro "em cujas páginas têm sido estampados importantes trabalhos de economistas, técnicos, historiadores, etc., antigos e modernos, nacionais e estrangeiros, e do Anuário Açucareiro, com uma massa imponente de quadros estatísticos; a edição de obras ...; a constituição de uma biblioteca especializada ...; estudos que vêm sendo feitos sobre problemas técnicos, jurídicos, econômicos, geográficos ... e a busca e coleta que está sendo feita de documentos históricos, inclusive leis, respeitantes às questões açucareiras" (Costa, 1941: 84).

Um outro trabalho procura ressaltar que a política açucareira do Brasil, com o Instituto do Açúcar e do Alcool, apoiou-se em estudos econômicos: "a história da nossa autarquia açucareira é, em toda ela, uma

prova de que não teme problemas. O confronto entre a situação da indústria antes do Instituto e a atual tem sido feito. Os resultados implicam sempre em exaltar a obra do I.A.A. Os fatos falam sempre a linguagem mais convincente. Mas, a qualquer espírito que procure ir além dos fatos e queira saber o seu porque, investigando as razões de ter o Instituto acertado, uma causa se apresenta. Ele tem agido com conhecimento da realidade" (Melo, 1941: 89).

A ênfase continua a mesma: antes do Instituto "era o empirismo em tudo. Nem estatísticas açucareiras havia que pudessem merecer este nome. Nem estudos diretos relacionados com a produção e consumo, com a distribuição, com os preços. Muito menos se conheciam, em dados positivos os problemas criados pelas relações econômicas e sociais de classes dentro da indústria" (Melo, 1941: 89).

Se examinarmos também os trabalhos que procuraram avaliar o que significaria o Estatuto da Lavoura Canavieira para o futuro da economia açucareira nacional encontraremos que: "das várias iniciativas do Sr. Getúlio Vargas no sentido de uma reorganização da vida brasileira por meios e métodos sociológicos e não apenas jurídicos e econômicos, creio que nenhuma se apresenta com a significação do recente decreto-lei que incorpora o Estatuto da lavoura de cana à legislação nacional" (Freyre, 1941: 17). O autor acentua ainda que o Estatuto de certa forma se antecipou em muitos pontos, indo além de soluções esboçadas em outros países do continente. Mais adiante afirma: "a firmeza de decisão em enfrentar o problema não lhe destroi o espírito sociologicamente experimental, atento à

realidade brasileira e às condições regionais dessa realidade. Por conseguinte, plástico e não rigidamente doutrinário" (Freyre, 1941: 17).

A mesma opinião é defendida por Diegues Jr.: "pode-se considerar o Estatuto da Lavoura Canavieira o documento básico dos novos rumos abertos, no campo social, à economia do açúcar. Através desse documento, de alto significado sociológico, projeta-se a obra de organização da economia açucareira além da meramente rotineira de defesa da produção, de assegurar os meios de estabilidade de preços, de proporcionar aos usineiros e senhores de engenhos um nível razoável de lucros ... Constitui uma grande obra social, de Sociologia Aplicada, o Estatuto da Lavoura Canavieira; inscreveu em suas páginas os fundamentos de uma obra social; de indiscutível mérito; e cujo principal aspecto, convém ressaltar, repousa em fixar, em linhas menos instáveis, a existência da agricultura da cana-de-açúcar nas suas relações com os fabricantes e os trabalhadores. Entre os usineiros e os fornecedores, entre os banguzeiros e os trabalhadores" (Diegues Jr., 1954: 191).

Logo depois, em 1944, o Estatuto foi complementado através do Decreto-Lei nº 6.969 de 19/10/1944 (Velloso, 1955: 4-11) instituindo normas de organização do trabalho rural, estabelecendo os elementos das relações entre os empresários e os trabalhadores. Nesse sentido são estendidos aos trabalhadores rurais, ligados a agroindústria açucareira, os benefícios de assistência social, de educação, de alimentação e higiene. Com esse diploma o Estado ampliava a sua faixa de intervenção na economia açucareira.

Quando o citado decreto-lei foi promulgado, a Consolidação das Leis do Trabalho tinha pouco mais de um ano, não se encontrando a Justiça Trabalhista convenientemente aparelhada para exercer o seu papel. Tal lacuna foi suprida, cuidando o I.A.A. de aprovar contratos-tipos de trabalho sem prejuízo das disposições das leis trabalhistas que lhe eram aplicáveis.

Diante do que foi exposto torna-se difícil aceitar que tanto as medidas econômico-financeiras, como as reformas político-administrativas como ainda a própria reestruturação do aparelho estatal no campo da economia açucareira tenham sido conduzidos sem um estudo objetivo e sistemático das reais condições pré-existentes.

Uma observação feita por Gileno de Carli, sobre a mudança de orientação do Estado no que diz respeito à economia açucareira é uma demonstração do que se passou: "constatou-se, desde o período da fundação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar até esta data, se bem que a ação do Estado tivesse sido eficaz, que a orientação do plano de emergência em que o Estado se transformou em 'Estado-Providência', deveria ser ampliada, com um programa de propulsão econômica, transformando o 'Estado-Providência' em 'Estado-Previdente'" (Carli, 1936: 54).

Outra prova de que a intervenção se fazia com bases em estudos objetivos e sistemáticos das reais condições pré-existentes, nós encontramos no fato de a política econômica, cujas vigas mestras assentavam no I.A.A., no Estatuto da Lavoura Canavieira e na legislação complementar, ter ultrapassado incólume o ano de 1946. Com base no § 4º do artigo 141

da Constituição Brasileira, que afirmava que "a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual", foram realizadas algumas tentativas para demonstrar que, sendo a legislação oriunda do "Estado Novo", com o retorno do país à normalidade democrática não poderia a mesma subsistir. Vários juristas tais como Francisco Campos, Pontes de Miranda, Santhiago Dantas, Castro Nunes, foram convocados para apresentarem seus pareceres. No final permaneceu a legislação especial à economia açucareira cuja tônica era, e ainda é, a intervenção do Estado no domínio econômico.

Somente a partir de 1965 começou o I.A.A. a experimentar um progressivo esvaziamento pelo deferimento a outros órgãos públicos de atribuições que antes eram da sua alçada. Assim, por exemplo, a concessão de empréstimos para reequipamento e modernização do parque industrial açucareiro foi transferido para o Banco Central; a concessão de financiamentos às usinas passou a depender do Conselho Monetário Nacional; a intervenção na política de fixação de preço do açúcar passou para a SUNAB; a situação do lavrador e do trabalhador, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 6.969, foi remetido à legislação trabalhista o mesmo acontecendo com o salário mínimo no campo; a assistência social atribuída por lei ao I. A.A. passou para os órgãos da Previdência Social.

Esse esvaziamento do I.A.A. mostra, de certa forma, a substituição dos grupos manipuladores das políticas executadas pelo Instituto. É o que podemos concluir da citação seguinte: "o parque industrial do Nordeste foi, paulatinamente, reduzido às dimensões do seu mercado de

consumo. A política de preço único, niveladora das desigualdades regionais, a despeito da sua constitucionalidade, várias vezes proclamada pelo Pretório Excelso, não teve condições de sobrevivência. Os usineiros de São Paulo resolveram, pura e simplesmente, não pagar a contribuição equalizadora instituída pelo I.A.A. e, ao ensejo da promulgação da Lei nº 4.870, de 1/12/1965, conseguiram o que parecia a todos impossível: a rejeição do veto do Presidente Castello Branco ao art. 77 que, absurdamente, assim dispunha:

Art. 77 - Serão cancelados, com arquivamento dos autos de infração em andamento:

a) os débitos correspondentes às taxas, sobretaxas e contribuições incidentes e não pagas sobre a produção de açúcar das safras 1963/64, 1964/65, 1965/66, instituídas com fundamento no disposto nos arts. 148 e 149 do Decreto-Lei nº 3.855, de 21/11/1941, destinadas à equalização de preços e ao pagamento de subsídios de uma para outra região produtora;

b) Os débitos das safras 1963/64 e 1964/65, correspondentes às contribuições devidas por efeito de diferenças de preços incidentes sobre estoques.

Por incrível que pareça, o Congresso rejeitou - ..no Governo mais forte que este país já teve em toda a sua história - um veto que não podia ser rejeitado... Tal fato dá, muito bem, a medida do poder de que dispõe aquela poderosa classe neste País"(Jungmann, 1971: 50-51).

Mas este não é o único indicador da mudança que estava ocorrendo. Ainda da citada Lei nº 4.870, constavam duas inovações importantes : o preço da tonelada fornecida às usinas passava a ser fixado, tendo-se em vista a apuração dos custos de produção acrescido de uma parcela variável de acordo com o teor de sacarose e pureza da cana.

Esta alteração força os empresários de cana a racionalizar os seus métodos de cultura só utilizando variedades dotadas de maior teor de sacarose, partindo para reduzir os seus custos unitários, já que poderá produzir quantidade inferior e de melhor qualidade, diminuindo as despesas com a colheita e transporte, alcançando maior rentabilidade econômica. O problema está em que não só os custos de produção são diferentes entre as regiões produtoras - ele é mais elevado na região Norte-Nordeste que na região Centro-Sul - como também são diferentes entre fornecedores e usineiros. Comparando-se os dados relativos ao emprego de fatores indicativos do nível de progresso técnico da lavoura de cana-de-açúcar em Pernambuco e São Paulo encontramos que: em Pernambuco "verificam-se os maiores índices de emprego da mão-de-obra e de equipamento à tração animal, ao lado do menor uso de equipamento mecanizado, tanto pelos usineiros como por fornecedores de cana ... em São Paulo, o emprego da mão-de-obra representa cerca de um quarto da força de trabalho utilizada em Pernambuco. Também, o uso de animais à tração é menos acentuado, no Estado de São Paulo, o qual utiliza, via de regra, mais máquinas e equipamentos numa relação equivalente a 12 vezes maior que Pernambuco. Igualmente, a utilização de adubos e produtos químicos resulta mais apreciável nas

lavouras de São Paulo, do que em Pernambuco" (Carneiro, 1968: 29).

Dado que os benefícios da experimentação, da pesquisa e da assistência técnica agrícola não são compartilhados igualmente pelas diferentes categorias de empresários (fornecedores e usineiros) mas sim fundamentalmente pelos grandes, no caso os usineiros, a conclusão é que eles e somente eles lucrarão com as inovações propostas.

Daí, a razão da criação da Estação Experimental de Araras e o Laboratório de Análises em Piracicaba. Levantamentos realizados (Azzi, - 1971) indicam que as usinas adotam, mais intensamente que os fornecedores de canas as variedades de cana mais aconselháveis, tão logo sejam colocadas ao seu alcance. Como essa produção é de certa forma pequena, as usinas e alguns poucos grandes fornecedores são os únicos beneficiários desse processo de produção de mudas selecionadas.

Em síntese, essas mudanças parecem indicar que, na estrutura de poder, no que diz respeito à economia açucareira, o domínio passou para os usineiros do Centro-Sul. Ao mesmo tempo elas indicam o fim da figura do fornecedor de cana idealizado no Estatuto da Lavoura Canavieira.

Os recentes decretos permitindo a fusão, incorporação e realocação de usinas de açúcar em todo o país e a incorporação de novas quotas de fornecimentos às já existentes confirmam essa tendência. Os fornecedores tiveram o seu processo de descapitalização acelerado a partir de 1965: o preço médio da tonelada de cana cresceu, atingindo o seu máximo, em termos reais, em 1964, com Cr\$ 29,20. A partir do ano seguinte os preços começaram a cair e com eles a posição dos fornecedores. O processo é

assim analisado para o Estado de São Paulo: "se, de um lado, a baixa verificada no preço do produto pode significar desestímulo à produção, pode-se supor que na região, a produção em escala comercial seja a resposta para esse fato. Por outro lado, a integração verificada no âmbito das unidades de produção, as quais em sua maioria, mantêm o cultivo e beneficiamento do produto paralelamente, possibilita uma diminuição dos custos globais, de sorte que essa integração vertical produção da cana - beneficiamento faz com que a baixa de preços não afete significativamente a produção canavieira" (Secretaria de Economia e Planejamento, 1972: 4-18).

Estamos agora na presença de uma ação estatal no setor açucareiro que, a nível nacional, parece indicar o fim daquela política de contradições e incongruências. Tem início uma fase onde o controle das ações governamentais é marcado pela participação dominante da burguesia industrial do açúcar em franca oposição ao setor tradicional da economia açucareira nordestina. É o que encontramos na seguinte passagem: "com essas medidas, o governo federal definiu sua orientação política em relação à agroindústria açucareira nordestina: se, de um lado, não mais subsidiará uma produção antieconômica, de outro não agirá drasticamente, preferindo, antes, estimular o desenvolvimento das melhores empresas e promover a absorção ou fechamento daquelas que são declaradamente deficitárias e só podem sobreviver graças à constante assistência dos cofres da União. Nos termos do esquema doravante observado, os usineiros nordestinos não mais receberão a diferença de preço obtida pelo governo na venda de demerara. Seu saldo ... passará a ser utilizado no financiamento do

açúcar consumido naquela região. Entretanto, tal situação, no mercado interno, terá a duração de 7 anos reduzindo-se gradativamente a partir de 1974. Significa isso que aquelas empresas terão prazo até 1978 para reduzir os seus custos, igualando-os aos do Centro-Sul; caso não obtenham esse resultado, não lhes restará outro caminho senão encerrar suas atividades, aliás diuturnamente subvencionados pelo governo." (O Estado de São Paulo, 3/9/1971).

Opinião semelhante é expressado pelo Diretor-presidente e superintendente da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo: "daí porque, desde 1969, vínhamos alertando as autoridades para as dificuldades da agroindústria açucareira para se perfilar com as metas governamentais, a prevalecerem aquelas estruturas de cunho protecionista, regionalista e paternalista à política do setor" (Atalla, 1972: 8).

O que se nota é que a partir do momento em que os novos grupos usineiros passam a ter as rédeas do controle da política do açúcar o apelo que se faz é o da destruição daquelas "estruturas de cunho protecionista, regionalista e paternalista à política do setor". Em outras palavras o que se preconiza é a eliminação da política de conciliação: ou o setor tradicional racionaliza suas atividades econômicas elevando a produtividade no campo e modernizando suas empresas industriais ou então deverão encerrar suas atividades.

O reconhecimento dessa posição de domínio é revelado mais adiante pelo mesmo autor, acima citado: as "medidas que propúnhamos... foram sensibilizando e sendo reconhecidas pelo governo. Eis porque acabaram

por se transformar em leis, com o cunho marcante de mudanças radicais de estratégias no setor". (Atalla, 1972: 9).

Desta maneira as medidas intervencionistas que caracterizam o que chamamos de fase tecnológica, marcam o início da consolidação do capitalismo, ainda que dependente, no setor açucareiro, agora sob a égide do seu centro dinâmico que é São Paulo.

C A P I T U L O    I I I

A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO BRASIL

## A AGROINDUSTRIA AÇUCAREIRA NO BRASIL

Introdução da Cana-de-Açúcar

No Brasil, a cana foi originalmente introduzida, em 1531, em São Vicente, por Martin Afonso de Souza (Lippmann, 1941: 92). Logo depois, ela surge, em Pernambuco, onde vai alcançar um sucesso espetacular, como cultura comercial. Este sucesso, tem sido explicado pelo fato de Pernambuco possuir condições ecológicas favoráveis à cultura, isto é, clima quente com estações seca e chuvosa e solo argiloso de massapé que "tem profundidade e é terra doce sem deixar de ser terra firme: bastante para que nela se construa com solidez engenho, casa e capela" (Freyre, 1951: 55). Mas o que parece ter sido decisivo foram as distâncias menores com relação ao mercado europeu e conseqüentemente, fretes mais baratos.

Desta maneira, "em São Vicente desenvolveu-se apenas precária economia de subsistência, como sustentáculo à atividade missionária dos jesuitas e às vezes empreitadas aventureiras dos caçadores de escravos, ao passo que em Pernambuco a colonização contou desde o seu início, com um promissor setor de Mercado Externo representado pelos engenhos açucareiros" (Singer, 1968: 271).

De início, São Vicente teve um grande desenvolvimento, chegando, em 1548, a ter 6 engenhos. Mas, ao findar do século XVI, já estava regredindo, possuindo apenas 1 engenho em 1583.

Quanto a Pernambuco, já existiam 30 engenhos em 1576, produzindo de 50 a 70 mil arrobas de açúcar. Em 1583, este número chegava a 66, com uma produção de 200.000 arrobas de açúcar.

Na Bahia, o primeiro engenho surge em 1549. Em 1583, o número se eleva para 18, chegando a possuir, em 1583, 36 engenhos de açúcar.

No Rio de Janeiro existiam 3 engenhos em 1587. (Carli, 1936: 16-18).

Os preços no mercado açucareiro europeu, ao findar esse século, tendiam a favorecer o rápido desenvolvimento das atividades açucareiras. Ainda no fim do século XVI, o Brasil já possuía cerca de 200 engenhos com produção variando entre 25 a 35 mil caixas de açúcar, de 30 arrobas cada uma e uma população escrava de 33.000 pessoas.

Em 1618, Pernambuco produzia 500.000 arrobas de açúcar significando um aumento de 150% em relação ao total de 1583.

Em 1630, os holandeses empreendem a conquista de Pernambuco. Nessa época, Pernambuco possuía 150 engenhos. Em 1638, já em pleno domínio holandês, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte produziam 33.000 caixas de açúcar. Em 1640, o "Brasil Holandês" contava com 166 engenhos. (Carli, 1936: 18)

Essa primeira metade do século XVII foi a de maior expansão do setor açucareiro no Brasil, revelada nas grandes exportações realizadas. A conquista holandesa contribuiu sobremaneira para essa expansão. Ao contrário da colonização Portuguesa, que visava "povoar, valorizar e defender as terras descobertas" (Azevedo, 1948: 183), a colonização holandesa tinha um caráter predominantemente comercial. As invasões holandesas tinham o objetivo de reconquistar o monopólio da comercialização do açúcar

brasileiro, perdido em 1580 (União das Coroas), mediante o domínio direto das fontes de produção (Singer, 1968: 273-74).

Não houve preocupação de melhorar os processos de cultivo da cana-de-açúcar nem de melhorar o fabrico do açúcar. O objetivo fundamental foi o de assegurar o controle do comércio do produto. A Companhia das Índias Ocidentais, durante suas atividades no Brasil Holandês, "chegou a distribuir dividendos até 95% do capital e a média dos lucros, no período dos 10 primeiros anos, foi de 50%. (Carli, 1936: 18)

A posição privilegiada que o Brasil ocupava com relação ao mercado mundial do açúcar vai ser fortemente afetada quando da expulsão dos holandeses em 1654. Estes, ao serem expulsos, levaram para as Antilhas, a tecnologia da produção do açúcar, tornando-se em pouco tempo sérios competidores do Brasil no Mercado Mundial. Os preços do açúcar começaram a cair e, nas primeiras décadas do século XVIII, o açúcar começa a perder a sua posição de destaque na nossa pauta de exportações.

Na Tabela (1) a seguir, podemos notar as variações nas exportações de açúcar pelo Brasil, evidenciando as perdas ocorridas após a expulsão dos holandeses:

Tabela (1). Exportação de Açúcar pelo Brasil.

Ano	Preço (em g de ouro/arroba)	Quantidades (arrobas)	Valor total (g de ouro)
1560-70	11,00	180.000	1.980.000
1580	11,05	350.000	3.867.500
1600	13,78	1.200.000	16.536.000
1630	11,98	1.500.000	17.970.000
1640	14,65	1.800.000	26.352.000
1650	13,13	2.100.000	27.573.000
1680	8,23	2.000.000	16.460.000
1710	7,90	1.600.000	12.640.000
1760	6,97	2.500.000	17.425.000
1776	7,02	1.500.000	10.530.000
1796	5,00	1.540.000	7.700.000
1806	3,25	1.500.000	4.875.000
1820	3,85	4.700.000	18.095.000
1831	2,68	5.200.000	13.936.000

Fonte: Singer (1968: 275).

Os efeitos da concorrência do açúcar originário das Antilhas são facilmente notados: até 1650 verificamos a elevação tanto da quantidade exportada (que chega a alcançar mais de 2 milhões de arrobas em 1650) como do preço do açúcar, em gramas de ouro (este vai de 11 g, no

período de 1560/80, para valores entre 13 e 15 g em meados do século. Conseqüentemente, a receita proveniente da exportação do açúcar também se elevou, chegando a ultrapassar a casa dos 27 milhões em gramas de ouro em 1650, quando os efeitos da competição do açúcar antilhano começam a se fazer sentir. As quantidades exportadas se mantêm em nível elevado (variam de 1,5 a 2,5 milhões de arrobas) mas os preços caem, passando de 8 g de ouro em 1680 para 3,85 g de ouro em 1820. Conseqüentemente, a receita sofre também forte queda: de 27,5 milhões em 1650 para menos de 10 milhões em 1796 (Singer, 1968: 275).

#### A Decadência da Economia Açucareira Nordestina

A partir de 1710 o processo de decadência da economia açucareira do Nordeste se acelera, com a descoberta das minas de ouro no Centro e no Oeste do Brasil, provocando o deslocamento do eixo econômico para o Sul. Com isto criou-se um mercado interno significativo, onde a participação do Nordeste experimentou uma certa ascensão.

Os dados da Tabela (1) nos ajudam outra vez, mostrando que a arroba de açúcar, que valia 7,9 g de ouro em 1710, vale apenas 6,97 g em 1760. Segundo Singer "isto significa que a rentabilidade dos engenhos se reduzia, o que levava à fuga de capitais, principalmente sob a forma de escravos, para a mineração" (Singer, 1968: 278), acelerando, desta maneira, a decadência das atividades açucareiras no Nordeste.

A mineração iria, ainda, afetar indiretamente a produção açucareira Nordeste, graças ao surgimento, em Campos, de uma área concorrente; isto porque a exportação do ouro provocava o estabelecimento de linhas de navegação entre o Rio e a Europa, favorecendo, conseqüentemente, a exportação também do açúcar.

Assim, o aparecimento de uma área concorrente nas Antilhas e a descoberta das Minas no Centro e no Oeste brasileiro acabam se conjugando, no sentido de provocar forte depressão na economia açucareira nordestina.

Uma nova corrida para o açúcar vai ter início nos fins do século XVIII e começos do século XIX, ressuscitando uma indústria açucareira em decadência. Várias são as causas que contribuíram para essa recuperação: (1) o grande aumento do consumo de açúcar na Europa, provocado pelo crescimento demográfico e pelo processo de urbanização, ambos resultantes da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra nos últimos anos do século XVIII; (2) a desorganização do trabalho nas colônias espanholas e inglesas e os desastres de São Domingos; (3) a guerra napoleônica e (4) certos melhoramentos no processo agrícola como, por exemplo, a introdução de nova variedade de cana mais produtiva - a caiana <sup>1/</sup> - a substituição à cana doce ou crioula, e a generalização do uso do arado.

---

<sup>1/</sup> Pela Decisão de 26/3/1811, mandava-se propagar no país a planta de cana de açúcar de Cayenna (Miranda, 1943: 194)

Entretanto, é preciso destacar que essa "nova conjuntura no mercado açucareiro não se manifesta em elevação de preços, que em ouro, continuam caindo, mas no crescimento do volume exportado" (Singer, 1968; 279-280) o que mais uma vez pode ser visto na Tabela 1 da página 32. Assim, em 1796 a quantidade exportada era de 1.540.000 arrobas de açúcar, alcançando em 1831 o montante de 5.200.000 arrobas, enquanto que o preço em gramas de ouro, que era de 5,00 em 1796, continuou caindo, atingindo 2,68 g em 1831.

Neste período de ressurgimento da indústria açucareira pode-se notar a importância da intervenção do Estado, procurando conceder novos estímulos e privilégios aos produtores de açúcar, tais como: o Alvará de 6/7/1808 estabelecendo que os senhores de engenho não poderiam ter suas dívidas executadas através de suas propriedades, sendo os credores obrigados a esperar o pagamento com base nos rendimentos da exploração; a extinção da Administração do dízimo em 1823; a extinção, em 1827, das mesas de Inspeção do açúcar e logo depois a decretação de liberdade para levantar engenhos, sem a dependência de licença. Este período que coincide com a vinda de D. João VI ao Brasil, marca a introdução do liberalismo em nosso país, bem como a nossa integração no mercado mundial após a quebra do pacto colonial.

Assim, ao lado daquelas causas citadas anteriormente como responsáveis pela recuperação da indústria açucareira, estava o Estado também contribuindo para aquela expansão através daqueles estímulos e privilégios.

Nessa primeira metade do século XIX a economia mundial sofreu modificações profundas, com forte repercussão no Brasil. É que a Revolução Francesa acabou criando condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo industrial até então restrito às Ilhas Britânicas.

É esta, também, a época em que se dá a divisão internacional do trabalho resultando, de um lado, um pequeno número de países industrializados, e de outro, um grande número de países produtores de matérias primas.

A independência política alcançada pelos vários países das Américas tendia a permitir a formação de um mercado mundial mais amplo onde os monopólios coloniais acabaram por ceder lugar (parcialmente) à livre competição comercial (Singer, 1968: 286).

O Brasil vai se beneficiar do "processo de constituição do mercado mundial" na primeira metade do século passado, graças, em primeiro lugar, à abertura dos portos brasileiros em 1808 e em segundo lugar, ao êxito na manutenção de sua unidade política. O primeiro fator vai dar ao Brasil uma certa precedência no mercado mundial (notadamente o inglês), enquanto que o segundo vai proporcionar vastas áreas para os produtos tropicais e com boas condições de transporte para os mesmos.

É exatamente o que se verifica quando examinamos as nossas exportações em termos de três produtos: café, açúcar e algodão. Assim, entre 1821-30 o café representa 18,4% da receita da exportação brasileira e o açúcar o superava com 30,1%. A situação aparece invertida na década seguinte (1831-40): o café participa com 43,8% e o açúcar com ape-

nas 24%. Na década de 1841-50 a situação permanece inalterada: o café representa 41,4% e o açúcar 26,7%. O algodão declina continuamente, ao começar a sofrer a concorrência do algodão americano, que readquire sua posição no mercado internacional após a Guerra da Independência. Com a invenção da máquina de descaroçar algodão herbáceo em 1793 a supremacia americana tende a se consolidar. A participação do algodão é a seguinte: 20,6% em 1821-30; 10,8% em 1831-40 e 7,5% em 1841-50 (Singer, 1968:287).

Porém, ao se iniciar a segunda metade do século XIX o café suplantava de longe a cana-de-açúcar, representando 64,5% das nossas exportações na década de 1890-1900, enquanto o açúcar vai diminuindo sua participação nas exportações até chegar ao início do século atual (1910), quando se colocava em 7º lugar entre os produtos exportados de cujo total representava apenas 1,2% (Amaral, 1939-40: 68). Embora a produção açucareira continuasse a crescer, ela não acompanhava, na mesma proporção, o crescimento de outras indústrias.

Esta nova corrida para o açúcar vai sofrer a ação de fatores que irão provocar uma competição acirradíssima. Ela se deve ao aparecimento no mercado mundial do açúcar de beterraba e do açúcar de cana procedente de Cuba, resultante dos investimentos de capitais norte-americanos, na indústria açucareira.

O açúcar de cana ocupou posição incontestável no mercado mundial até 1830, quando surge, nesse mercado, o açúcar de beterraba.

A presença de açúcar, em grande quantidade, na beterraba, foi constatada em 1747, pelo químico germânico A.S. Margraff. A aplicação

prática dessa descoberta somente ocorreu nos fins do século XVIII, quando, na Silésia, é montada a primeira fábrica para extração de açúcar (Weber; 49 e 283). Logo depois, a França instala suas primeiras fábricas.

Porém o custo de produção do açúcar de beterraba, quando comparado ao do açúcar de cana, tornava proibitivo tal empreendimento. Mas, quando o açúcar de cana começou a escassear na Europa Continental, por ocasião das guerras napoleônicas e em consequência do bloqueio resultante do Decreto de Berlin, o governo francês, seguido logo depois por outros países, resolve adotar medidas tendentes a favorecer, proteger e estimular o desenvolvimento da indústria do açúcar de beterraba. Terminado o bloqueio, chegava-se à conclusão, tendo em vista o seu elevado custo unitário, que o açúcar de beterraba não poderia competir com o de cana no mercado internacional. Mas abandonar a indústria nascente à sua própria sorte seria o mesmo que aniquilá-la completamente. A saída foi sustentá-la através de tarifas protecionistas: altas taxas alfandegárias impostas ao açúcar de procedência externa, além de favores e isenções em benefício da indústria nacional. Com essa política foi possível não só manter a indústria nascente, como, ainda, desenvolvê-la.

A expansão do açúcar de beterraba foi vertiginosa, chegando a suplantare o açúcar de cana. Os dados da tabela 2 confirmam tal afirmativa:

Tabela (2) Produção de Açúcar de Beterraba pelos Principais Países Produtores no Período 1836/1880, em Toneladas.

Países	1836	1839	1846	1856	1866	1880
Austria-Hungria	-	2.000	5.000	55.000	150.000	533.000
Bélgica	-	-	-	-	-	65.000
França	-	22.000	54.000	83.000	204.000	331.000
Alemanha	1.408	13.000	20.000	104.000	201.000	594.000
Rússia	-	-	-	17.000	72.000	304.000
Dinamarca	-	-	-	-	-	2.000
U.S.A.	-	-	-	-	-	1.000
Total	1.408	37.000	79.000	259.000	627.000	1.830.000

Fonte: Oliveira (1971: 14).

Tabela (3) Evolução da Produção Mundial de Açúcar de Cana e de Beterraba 1800-1880 (1.000 t.).

	1800	1830	1840	1850	1860	1870	1880
	ton. %	ton. %	ton. %	ton. %	ton. %	ton. %	ton. %
Cana-de-açúcar	245 100	572 100	661 92	907 84	1373 80	1771 65	1795 52
Açúcar de beterraba	- 0	- 0	55 8	169 16	353 20	952 35	1857 48
Total	245 100	572 100	716 100	1076 100	1726 100	2723 100	3832 100

Fonte: Oliveira (1971: 14)

Os dados contidos nas tabelas (2) e (3) mostram claramente a penetração e a expansão do açúcar de beterraba, bem como o seu impacto sobre o mercado. Mostram, também, as consequências das medidas protecionistas, postas em prática pelos vários países produtores, no sentido de acabar com a descrença generalizada de que a nova matéria prima (beterraba), bem como a sua técnica de industrialização, não poderiam competir com o açúcar de cana. Verifica-se que, em 1880, a produção de açúcar de beterraba (1.857.000 t) já praticamente se equiparava à de açúcar de cana (1.795.000 t.). Em 1889 a produção mundial de açúcar alcançava ... 4.140.000 toneladas, das quais, 2.654.000 eram de açúcar de beterraba e as restantes 1.486.000 de açúcar de cana.

Essa tendência perdurou até a época da I Guerra Mundial, quando quase toda área produtiva de açúcar de beterraba esteve envolvida no conflito.

Os dados a seguir ilustram bem a competição que iria se desenrolar entre Brasil e Cuba, após os investimentos de capitais americanos nesta ilha: em 1830, Cuba produzia cerca de 76.000 toneladas de açúcar, passando para 583.000 em 1880, um aumento, portanto, de 726%. No mesmo período o Brasil passava de 84.000 toneladas para 222.000, ou seja, um aumento de 264%.

O desenvolvimento da indústria em Java e nas Filipinas tornava a competição ainda mais forte. Assim, a produção na Ásia, que era praticamente nula em 1820, alcançava um volume agregado de 426.000 toneladas em 1880, Desse total Java participava com cerca de 216.000 tonela

das e o restante pertencia às Filipinas.

Em termos de produção mundial de açúcar em 1830 os dados são os seguintes: de um total de 572.000 toneladas, o Brasil contribuía com 15%; Cuba com 13% e a Ásia com somente 2,8%. Em 1880, para uma produção mundial no valor de 1.975.000 toneladas, o Brasil entrava com 11,2%, Cuba com 28% e a Ásia com 21,5%.

É dentro desse quadro de competição violenta que o Brasil luta para manter sua posição no mercado mundial do açúcar nas primeiras décadas do século passado. Mas, para que isto acontecesse tornava-se indispensável a introdução de certos melhoramentos nos processos produtivos. Tais melhoramentos parecem ter ocorrido: na parte agrícola a introdução de variedades mais produtivas de canas e na parte industrial a substituição da potassa pelo cal no processo de clarificação do açúcar; as moendas horizontais substituíram as verticais; o bagaço de cana passou a ser usado como combustível no lugar da lenha; os sacos de algodão substituíram as caixas de madeira na embalagem do açúcar e, por fim, embora com certo atraso, a introdução da máquina a vapor em substituição à energia animal.

Tais inovações, entretanto, não foram suficientes, para provocar de fato a transformação da indústria açucareira. Ela foi uma preparação, realizada tardia e lentamente. A prova é que a máquina a vapor, que seria a transformação fundamental, já aperfeiçoada por James Watt em 1773 e em uso desde 1875 nas colônias da Espanha, França e Holanda, somente é introduzida no Brasil em 1815, na Bahia. Em Pernambuco ela

aparece em 1819. Em 1854, Pernambuco possui somente 5 engenhos movidos a vapor. Segundo Singer "este retardo, que cortou o impulso ao restante do movimento industrializador, se explica pelo predomínio da mão-de-obra escrava na manufatura do açúcar. Embora o vapor viesse substituir a energia animal na produção açucareira, a justificativa econômica de sua aplicação só poderia provir da poupança de mão-de-obra que os novos métodos de produção proporcionavam. Ora, tudo indica que na primeira metade do século passado, o preço do escravo era ainda suficientemente baixo para concorrer com êxito com a máquina a vapor" (Singer, 1968: 289-290). Com a supressão do tráfico de negros em 1850, a substituição do escravo pela máquina a vapor parece ocorrer mais intensamente. É o que ocorre com Pernambuco que em 1857 passa a ter 18 engenhos movidos a vapor, quando em 1854 possuía apenas 5.

É ainda a escravatura, segundo Singer, que explica o fracasso das outras tentativas de industrialização, pois a população trabalhadora era constituída de uma massa sem poder aquisitivo, com um nível de consumo próximo do mínimo fisiológico, sem condição para se constituir em mercado interno para indústria (Singer, 1968: 290).

Deste modo, durante a primeira metade do século XIX, a estrutura colonial da nossa indústria açucareira se "reforçou e ampliou".

## O Engenho Central e o seu Fracasso

É durante a segunda metade do século XIX, e mais especificamente, com a fundação, em 1877, do "engenho central" de Quissamã na Província do Rio, que entramos numa fase intensiva de industrialização, significando este processo a diminuição de preços, a concentração, a produção em massa; e também, super-produção e crise.

A Guerra da Secessão (1860-64), ao provocar uma verdadeira crise no fornecimento de algodão americano às indústrias têxteis europeias, vai criar condições favoráveis ao ressurgimento da economia algodoeira pernambucana, motivada pelos altos preços do algodão no mercado mundial. Ao mesmo tempo, a indústria açucareira pernambucana também iria ser afetada, mas negativamente, pois, neste período, todas as atenções estavam voltadas para o algodão.

No âmbito nacional, a economia açucareira de Pernambuco, como do resto do Brasil, iria sofrer, também, com o desenvolvimento da cafeicultura, principalmente em São Paulo. Como já foi visto, o café na década de 1821-30 representava 18,4% da exportação brasileira (o açúcar entrava com 30,1%); na década de 1831-40 o café alcançaria 43,8% (o açúcar = 24%), mantendo-se mais ou menos a mesma proporção na década de 1841-50 ou seja: café 41,4% e açúcar 26%. Porém ao iniciar-se a segunda metade do século passado, o café suplantaria de longe o açúcar representando na década de 1890-1900 a cifra de 64,5% das nossas exportações.

Esses dois fatores, somados ao avanço agressivo do açúcar de beterraba no mercado mundial (que se beneficiava das inovações tecnológicas introduzidas e das políticas protecionistas quanto as exportações) e aos grandes investimentos de capitais realizados pelos Estados Unidos em Cuba, Porto Rico e Filipinas e pelos holandeses em Java, vão dificultar sobremaneira a tentativa que o Brasil iria fazer, no último quartel do século passado, para recuperar sua posição no mercado mundial do açúcar. É que na Inglaterra, um dos nossos principais importadores de açúcar, o açúcar de beterraba penetrava muito rapidamente, deslocando o nosso açúcar. Quanto aos Estados Unidos, outro importante importador do nosso açúcar, passava cada vez mais a se abastecer de açúcar dos países onde os interesses americanos haviam penetrado.

Com a produção de açúcar de beterraba na própria Europa, que antes buscava açúcar de cana em suas colônias, não havia mais nenhum interesse no desenvolvimento da indústria açucareira nessas colônias, o que, além do mais, apresentava dificuldades de transporte e administração.

Assim, com as áreas de produção de açúcar de beterraba delimitadas, Cuba na América Central e Brasil na América do Sul passavam a se rivalizar na produção de açúcar de cana. Dessa competição, Cuba sairia vitoriosa como mostram os dados seguintes:

Tabela (4) Exportação de Açúcar de Cana - Brasil e Cuba  
1880/85 - 1910/15 (1000 toneladas)

países	anos						
	1880-85	1885-90	1890-95	1895-1900	1900-5	1905-10	1910-15
Brasil	100	75	90	90	110	110	150
Cuba	569	665	963	284	966	1419	2349

Fonte: Oliveira (1971: 17)

A partir de 1880-85 verifica-se a perda progressiva e constante do mercado norte americano pelo nosso açúcar.

Com a Europa se auto suprindo de açúcar de beterraba e os Estados Unidos recebendo açúcar de Cuba, restavam, para a agroindústria brasileira, dois caminhos a seguir: 1) deixar de exportar, por não ter condições de competir com as indústrias de outros países ou 2) reagir, introduzindo inovações tecnológicas que permitissem reconquistar e manter certa posição no mercado mundial.

A segunda hipótese parecia ser viável, pois aquela era uma época em que o consumo de açúcar sofria uma elevação muito forte. Também o consumo interno de açúcar seguia com um aumento lento, porém contínuo. Desta maneira, a fundação dos engenhos centrais surgia como a resposta ao problema da competição no mercado mundial, ao propor modificações no fabrico do açúcar, ajustando-o a moldes capitalistas.

A prova é que para estimular a fundação dos engenhos centrais

o governo Imperial promulga uma série de leis, destacando-se a de 6 de novembro de 1875, "reservando 30 mil contos para amparo à indústria, concedendo garantias de juros aos capitais que nelas se investissem" (Carli, 1936: 29). E é com a presença do próprio Imperador que, em 1878, em Campos, passa a funcionar a Usina Barcellos, o que bem demonstrava a importância de que se revestia a fundação dos engenhos centrais. Tanto é verdade que, "quando nem sombra de crédito agrícola existia, no Brasil à lavoura canavieira, única que até então tivera tido no Brasil excelentes oportunidades, e que aos senhores de engenho já dera grandes fortunas", (Amaral, 1958: 337) à ela eram atribuídos aqueles 30 mil contos de reis, a título de amparo e com garantias de juros.

Com a fundação do Engenho Central de Quissamã, na Província do Rio, em setembro de 1877, tem início a fase intensiva de industrialização, quando as colônias do açúcar da Espanha, Holanda e França já haviam se antecipado de cerca de 30 anos nos aperfeiçoamentos (Carli, 1936: 29).

A partir de 1877 cresce o número de engenhos centrais: em 1881, em Campos ergue-se o Engenho Cupim; em 1882 a Companhia Agrícola de Campos, a proprietária da Barcellos, recebe a garantia de juros de 6% sobre o capital de 750.000\$000 para construção da Usina de N.S. das Dores.

Em São Paulo o primeiro engenho surge em 1877, em Porto Feliz.

Em Pernambuco, a industrialização se processou rapidamente,

Somente no ano de 1884 são inaugurados 4 engenhos centrais.

Na Bahia, em 1866, surge o Engenho Central de Iguapé. Em Minas Gerais o primeiro engenho surge em 1885. Em 1888, instala-se o primeiro em Sergipe. Na Alagoas, surge em 1890 a Usina Brasileira, e em 1893, a Usina Utinga, hoje conhecida como Central Leão.

Uma característica fundamental na constituição dos engenhos Centrais é a separação da fase agrícola (a produção de cana-de-açúcar) da fase manufatureira (a produção do açúcar).

Tal empreendimento exigia somas enormes de capital, que os senhores de engenhos eram incapazes de mobilizar, pois o mercado interno de capitais era muito pequeno. A saída foi buscar financiamento no exterior, imitando o que já havia sido feito com relação as nossas estradas de ferro. E a forma usual de atrair investimentos estrangeiros era oferecer-lhes garantias de juros mínimos por parte do governo, pelo menos no período de implantação das empresas.

Outra característica importante dos engenhos centrais é que a parte industrial de produção do açúcar ficaria com os grupos capitalistas europeus, enquanto que o fornecimento de cana ficaria com os "senhores de engenhos".

É assim que neste "exemplo prematuro de dirigismo estatal, a nossa aristocracia rural abandona, sem resistência digna de nota, sua primazia, resignando-se ao papel de fornecedores de cana aos capitalistas estrangeiros" (Singer, 1968:297).

Confirma-se essa posição através da análise dos resultados do Congresso Agrícola do Norte, realizado em 1878, em Recife, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, onde o tema principal foi o açúcar, compreendendo todas as fases de sua produção, da agrícola à industrial. Um dos congressistas, Sr. Vicente Cisneiras, via nesta separação de atividades, através dos engenhos centrais, o passo inicial para a salvação da Lavoura do Norte (I.A.A., 1949: 29). Vitor de Sá Barreto, um outro congressista, insistia também na separação: "dividi o trabalho; fabricai o açúcar, ou plantai a cana" (I.A.A., 1949: 29), tese que prevaleceu ao final do Congresso.

Vale destacar que essas conclusões surgiam dos próprios senhores de engenhos, que haviam convocado aquele congresso e nele mantinham hegemonia incontestável. É assim que o problema passou às cogitações das esferas governamentais, pois, não haveria "como por em dúvida a legitimidade de semelhante causa, nem a necessidade dos remédios sugeridos (sic)" (Lima Sobrinho, 1941: 9).

Entendia o governo imperial que a concorrência no mercado mundial somente seria favorável ao nosso açúcar se pudéssemos contar com um grau elevado de concentração industrial, semelhante ao encontrado entre os nossos concorrentes.

Visava-se com essa política uma redução dos custos de fabricação do açúcar através da existência de um pequeno número de Engenhos Centrais de grande capacidade de produção.

Não possuindo os senhores de engenhos, capital em escala ne-

cessária para esse tipo de empreendimento, a alternativa viável, como já foi dito, foi entregar o setor industrial aos grupos capitalistas europeus. Daí o surgimento, nessa época, de grupos ingleses e franceses ligados à criação dos engenhos centrais.

Desta maneira, sob a proteção oficial, instalam-se vários engenhos centrais, crescendo, rapidamente, o número de fábricas de açúcar em todo o território nacional.

Além daqueles benefícios já citados (garantias de juros amortização das letras hipotecárias; garantias de juros de 7% às companhias que se propusessem a fundar engenhos centrais), outros são outorgados: isenção de direitos e do pagamento do expediente de 5% sobre as fôrmas e passadeiras de ferro para purgar e refinar o açúcar (20/3/1885); a liberação de autorização para explorar Engenhos Centrais (Decreto no. 10.165 de 12/1/1889); a instituição de prêmios pelo governo republicano para aperfeiçoar as fábricas de açúcar no Brasil (Decreto no. 819, de 4/10/1890); supressão da fiscalização dos engenhos centrais (Decreto no. 2425, de 2/1/1897), depois de pressões políticas muito fortes.

Entretanto, a idéia básica de separar o fornecedor de cana de açúcar do engenho central apresentava-se falha, muito embora o regulamento aprovado pelo Decreto no. 10393, de outubro de 1889, relativo a fundação de engenhos centrais determinasse que os favores que a lei concedia, ficavam expressamente subordinados a apresentação de contratos entre as partes contratantes, isto é, fornecedores de cana (senhores de engenho) e os grupos ligados ao setor industrial dos engenhos centrais.

Na prática, esse sistema trouxe uma série enorme de atritos na sua execução.

Acontece que a separação da agricultura da indústria exige a mediação do mercado. Vários fatores, entretanto, dificultam o bom funcionamento de um mercado para cana de açúcar: o elevadíssimo custo de transporte; o fato de que, quando madura, a cana não pode ser "armazenada" (risco de perda do teor de sacarose) e quando cortada deve ser imediatamente entregue para processamento.

Os contratos entre fornecedor e engenho central eram, em geral, de cinco anos, isto é, contratos longos. Como o preço da cana depende do preço do açúcar e este é variável de acordo com as flutuações cambiais, os atritos seriam inevitáveis entre aquelas duas categorias.

Em consequência desses atritos, o fornecimento de cana ao engenho central não podia ser regular, o que impossibilitava a fabricação de açúcar a custos competitivos e levava ao fracasso tal empreendimento. Segundo Singer "pode-se dizer que a idéia de separar a indústria da agricultura era falha porque ela só se adaptava formalmente à experiência capitalista" (Singer, 1968: 297. Grifado no original).

Quando o capitalismo industrial separou a agricultura da indústria ele o fez para se libertar do "domínio asfixiante da atividade agrícola". Como a indústria depende da agricultura, como fonte de matéria-prima, ela procura subordinar a agricultura às suas necessidades. É assim que o mercado das matérias-primas agrícolas tende a ser dominado pelos compradores industriais subordinando a oferta dos produtos agrícolas à satisfação de suas próprias necessidades. Essa subordinação dos produtos agrícolas ao consumidor é uma das constantes da expansão do ca

pitalismo industrial (Singer, 1968: 297-299).

Ao lado do fornecimento irregular de cana aos Engenhos Centrais, apontado como a causa primordial do malogro dos mesmos, pode ser apontada outra falha: o funcionamento, ao lado dos Engenhos Centrais, dos engenhos banglêses. Este fato representava uma alternativa aos fornecedores de cana, sempre que os preços oferecidos para a cana pelos engenhos centrais não se mostrassem favoráveis. Embora a qualidade do produto fosse inferior, o mercado interno ainda lhe era favorável.

É assim que a tentativa de implantar modernas fábricas de açúcar na segunda metade do século XIX malogrou. Este malogro se deve ao fato de que embora tenha havido a separação da agricultura da indústria não se conseguiu instaurar a subordinação do plantio de cana às necessidades da fabricação industrial de açúcar.

### As Usinas de Açúcar

A resposta vai ser dada com o estabelecimento das usinas, reunindo agricultura e indústria em grandes unidades produtivas.

Mas, durante os primeiros anos de sua formação, iniciada em 1890, a usina lutou contra sérios problemas relacionados com o fornecimento de cana. O receio de que viesse a faltar cana levava a usina a anexar novas propriedades, que constituíssem reserva para o futuro, ou fossem apenas obstáculos à aproximação de engenhos centrais concorrentes. Formou-se assim o latifúndio da usina, fundado nas estradas de ferro de

sua propriedade. Entretanto, não interessava à usina a eliminação total do fornecedor. É que, "embora sujeita ao financiamento, a usina via no fornecedor um elemento com o qual dividia os riscos da plantação". (Lima, Sobrinho, 1941: 15. O grifo é nosso). Isto porque a parte industrial era mais segura, apesar do usineiro não conseguir controlar as quedas violentas dos preços do açúcar. Os maiores riscos estavam na agricultura, ainda presa a métodos agrícolas rotineiros. Assim valia a pena para os usineiros deixar os "riscos em boa parte com o lavrador independente, mesmo quando a usina concorresse com os capitais do investimento" (Lima Sobrinho, 1941:15).

Uma vez reconhecido o malogro do engenho central, partiu-se para o estabelecimento das usinas, significando, este momento, o início da revolução industrial do açúcar no Brasil, mas efetivada com um atraso de 30 anos. Os dois principais países consumidores de nosso açúcar, a Inglaterra e os Estados Unidos, passam a se abastecer, respectivamente, do açúcar de beterraba europeu e com a produção cubana.

Com a crise de 1890, que abala a economia europeia e que se prolonga até 1894, provocando queda no nível de produção e, em consequência, desemprego e baixo consumo, o açúcar brasileiro sofre novo abalo com a redução da quantidade exportada.

Em 1895 há nova ascensão da economia europeia. A consequência é a elevação do nível de emprego e o aumento do consumo de produtos coloniais. Novamente o açúcar brasileiro se beneficia dessa situação de preços favoráveis.

Mas em 1901 nova crise atinge a economia européia e norte americana. Os preços do açúcar caem. Outra vez o açúcar brasileiro sofre as consequências dessas crises.

O resultado final é que o açúcar brasileiro não terá mais condições para competir. Somos assim eliminados do mercado mundial e a ele voltaremos somente cinquenta anos depois.

A eliminação do Brasil do mercado mundial do açúcar é uma "ilustração preciosa do inter-relacionamento da economia colonial com a economia capitalista mundial, sujeita a crises periódicas" (Singer, 1968: 300). Essas crises repercutem nas economias coloniais perturbando o desenvolvimento, no caso do açúcar de todo o setor.

O mais interessante é que a crise de 1901 atingiu mais intensamente aquela indústria semi-organizada, mais moderna, "devido à necessidade de crédito avultado e a inversão dum grande capital" (Carli, 1936: 33).

Assim, a decadência do nosso setor agroindustrial tem nesses acontecimentos uma das suas explicações. Essa decadência não é fruto apenas dos "movimentos de conjuntura" da economia capitalista mundial: a impossibilidade do Brasil voltar a participar do mercado mundial, quando em 1905 aparecem condições favoráveis, se explica também pelo fato do nosso setor açucareiro não ter sido capaz de acompanhar o surto tecnológico inovador que se processava na indústria açucareira mundial.

Essa evolução da quantidade de açúcar exportado pelo Brasil após 1901 caracteriza-o muito bem como "produtor marginal", que só tem

condições de exportar quando uma causa externa à marcha normal do comércio mundial do açúcar provoca uma escassez daquele produto. A Primeira Guerra Mundial ilustra este fato.

A partir de 1914 a produção européia de açúcar de beterraba é grandemente afetada pela guerra. Isto vai provocar uma escassez de açúcar. Desta maneira o açúcar brasileiro vai encontrar uma situação favorável a sua exportação que assim se eleva. Terminada a guerra, porém nossas exportações voltam a cair (Carli, 1936:38).

A produção brasileira de açúcar, contudo, continuava em expansão. Sua característica era cada vez mais industrial.

Mas o mercado que servia de base para essa expansão não era mais o externo, que se mostrava muito aleatório, mas sim o mercado interno (Prado Jr, 1967). Em 1905, o Brasil já consumia 72% da sua produção, destacando-se o Rio de Janeiro e São Paulo como os dois maiores consumidores. São Paulo, em 1904, apresentava um consumo "per capita" de 29 quilos de açúcar/ano.

Neste sentido a indústria açucareira podia se expandir. E realmente isto acontecia: em 1910, o Brasil possui 187 usinas de açúcar, com uma potência de força motriz de 27.586 C.V.. O capital invertido era de 73.293.000\$000, sendo 66.357:\$000 o valor da produção. A distribuição pelos Estados era a seguinte:

Tabela (5) Distribuição das Usinas de Açúcar pelos Estados do Brasil, 1910.

E s t a d o s	Nº	V a l o r
Alagoas	6	3.150:000\$000
Bahia	7	3.714:000\$000
Maranhão	3	1.682:350\$000
Mato Grosso	5	2.500:000\$000
Minas Gerais	3	1.000:000\$000
Paraíba	5	1.430:000\$000
Pernambuco	46	18.737:000\$000
Piauí	1	200:000\$000
Rio Grande do Norte	4	630:000\$000
Rio de Janeiro	31	21.450:000\$000
Santa Catarina	2	500:000\$000
São Paulo	12	9.356:000\$000
Sergipe	62	8.947:958\$000
T o t a l	187	73.293:338 \$000

Fonte: Gileno de Carli, 1936: 35-36.

Não só o número de usinas aumentava como, também, o tipo de açúcar produzido era de melhor qualidade. A divisão percentual dos dois tipos era a seguinte:

Tabela (6) Açúcar Produzido Por Tipos, no Período de 1912/13 a 1917/18

A n o s	T i p o s   d e % Usina	A ç ú c a r % bruto
1912-13	47,4	52,6
1913-14	44,1	55,9
1914-15	49,4	50,6
1915-16	47,4	52,6
1916-17	53,6	46,4
1917-18	52,3	47,7

Fonte: Carli, 1936: 37.

Os dados da Tabela 7 revelam a tendência para o açúcar de usina predominar sobre o bruto (no geral produzido nos bangüês).

Outro dado importante, que revela um certo grau de aperfeiçoamento da indústria açucareira, são os tipos de usinas levando-se em conta o tipo de aparelho. A tabela (8) abaixo revela a distribuição das usinas por Estados:

Tabela (8) Distribuição das Usinas por Estados Segundo o Tipo de Aparelho

E s t a d o s	Nº de Aparelhos (1)		
	Completas	Meio-Aparelhos	Total
Alagoas	6	9	15
Bahia	22	-	22
Espírito Santo	1	-	1
Maranhão	4	-	4
Mato Grosso	1	5	6
Minas Gerais	2	1	3
Paraíba	2	-	2
Pernambuco	51	3	54
Piauí	-	1	1
Riode Janeiro	34	1	35
Rio Grande do Norte	-	3	3
São Paulo	14	1	15
Sergipe	4	50	54
T o t a l	141	74	215

Fonte: Carli, 1936: 37.

(1) Esta divisão se refere ao tamanho dos cristais de açúcar obtido.

Com relação à capacidade de produção as Usinas do Brasil revelavam do mesmo modo um certo avanço tecnológico, como pode ser visto na Tabela (9), a seguir:

Tabela (9) Capacidade das Usinas, em Toneladas, no Brasil em 12 horas de trabalho, 1917-18

C a p a c i d a d e	Nº (*)
até 50	51
51-100	54
151-200	25
201-300	15
301-400	2
401-500	2
+ 500	1
T o t a l	150

Fonte: Carli, 1936: 37-38.

(\*) As usinas que faltam não apresentaram declaração.

Assim, a medida que o Rio de Janeiro e São Paulo se transformavam nos principais centros de consumo, eles também importavam quantidades enormes de açúcar nordestino e principalmente pernambucano. São Paulo, em 1908, importava pelo porto de Santos a quantia de 37.375.711 Kilos de açúcar, passando para 74.825.042 Kilos (cerca de 1.233.000 sacas) em 1914, enquanto sua própria produção era estimada em 420.500 sacas para a safra de 1914-15. (Pestana, 1915: 431).

Todos esses fatos são importantes para mostrar como, "nas primeiras décadas deste século, o Nordeste se desvinculava, pouco a pouco, duma divisão de trabalho internacional, na qual se mantivera durante 3 séculos para se inserir paulatinamente numa divisão de trabalho nacional" (Singer, 1968: 313. Grifado no original). De certo modo, ficava reserva-

do para o Nordeste, nesta nova situação, o mesmo papel anterior: o de fornecedor de alimentos e matérias-primas mas, com a agravante que este mercado interno era mais restrito e menos dinâmico.

Essa mudança acabaria provocando uma certa perda no ritmo de crescimento da agroindústria açucareira nordestina.

Importa destacar que neste período o país "ainda estava fortemente compartimentado em economias locais ligadas ao mercado externo, com poucos pontos de contato entre si (Singer, 1968: 315).

É dentro desse contexto que a industrialização de São Paulo pode ser analisada: ela se deu, tanto devido a fatores gerais como à abolição da escravatura, elevação de tarifas e crédito fácil, como também pelo desenvolvimento da cafeicultura, em sua marcha para o oeste paulista.

Do mesmo modo o não desenvolvimento das áreas açucareiras nordestinas, principalmente a de Pernambuco, a partir do início desde século se deve, em princípio, à substituição do mercado internacional pelo mercado interno para o açúcar. O outro fator é o próprio mercado regional da área da indústria açucareira nordestina. Embora, em termos demográficos, este mercado fosse muito amplo, do ponto de vista da proporção dos habitantes que participam plenamente da economia de mercado e do seu poder aquisitivo, ele era um mercado muito restrito.

Além do mais, as distâncias, que separam os centros produtores nordestinos, dos centros consumidores no Centro-Sul, que foram elementos favoráveis quando do início do desenvolvimento da agroindústria

açucareira, agora acabavam favorecendo as áreas mais próximas daqueles centros consumidores. Neste caso, São Paulo e Rio de Janeiro, foram beneficiados.

O desenvolvimento da cafeicultura vai consolidar a posição de São Paulo e do Rio de Janeiro na área Centro-Sul. É que a cafeicultura vai comandar o fluxo de imigrantes estrangeiros e mesmo de brasileiros. E esta era uma população integrada numa economia de mercado, o que não acontecia com grande parte da população nordestina. Ficava assim assegurado um amplo mercado para as indústrias naquela área. E o "crescimento do mercado para a indústria local teria que se dar fatalmente, tão logo houvesse alguma proteção contra a competição da indústria estrangeira" (Singer, 1968: 321).

A evolução industrial de São Paulo nas duas primeiras décadas deste século foi notável, assumindo a liderança em relação aos demais Estados brasileiros.

Com relação ao açúcar, a melhora experimentada pelos Estados nordestinos, principalmente Pernambuco, foi devido aos efeitos da Primeira Guerra Mundial. A partir de 1924, tão logo cessam aqueles efeitos, a economia açucareira nordestina passa a enfrentar outra vez sérias e novas dificuldades. É que ao lado da queda das exportações após a guerra, há o aumento da produção açucareira em São Paulo. De uma produção de pouco mais de 400.000 sacas em 1915, São Paulo alcança mais de um milhão de sacas em 1929.

Começava a ficar ameaçada a participação dos Estados nordestinos no mercado interno brasileiro do açúcar. Desta maneira, São Paulo

aproveitava-se, durante este "processo de formação do mercado nacional , da primazia dos centros industriais mais fortes (que) se acentua, em detrimento dos mais fracos" (Singer, 1968:323).

### A Crise de 1929 e a Intervenção

Em 1929, deflagrada a crise econômica mundial, a economia açucareira brasileira vai receber o golpe mais violento até então ocorrido. Sucede que neste ano o Brasil teve uma grande safra de açúcar. A média do consumo brasileiro no triênio 1926/1928 foi de 21,5 quilos de açúcar e, apesar da exportação para o estrangeiro ter sido de 1.407.602 sacas de açúcar, o que ficou estocado daria para um consumo "per capita" de 27,1 Kilos, isto é, um aumento de 26% em relação ao triênio 1926/28; um acréscimo de 35% ao consumo de 1928 e um aumento de 24,8% em relação à safra anterior (Carli, 1936: 46). A grande crise afetou todos os produtos mas, fundamentalmente o café, provocando um declínio no consumo interno.

Tem início um período de franca intervenção que irá se acentuar após a Revolução de 30 e que marcará profundamente o desenvolvimento de todo o setor açucareiro nacional.

Essa intervenção foi encarada como uma necessidade de se assegurar a estabilidade dos preços do açúcar. Neste sentido ela amparava também a produção do Nordeste contra a expansão das usinas paulistas e fluminenses. Estas, por serem mais novas, podiam produzir a um custo mais baixo, além de serem grandemente beneficiadas pelo fato de estarem

localizadas mais próximos dos dois maiores centros consumidores do país. Assim, caso a indústria açucareira fosse deixada ao funcionamento livre do mercado, o que provavelmente iríamos presenciar seria "uma fuga de usinas do Norte e de Campos, principalmente para São Paulo, o que não obstaria lutas futuras entre os mercados nacionais que sobrevivessem à crise, superprodução, queda de preços" (Lima, 1941).

O mesmo autor, logo adiante, indaga sobre o que seria de Pernambuco, Alagoas e Sergipe sem o seu principal produto. A resposta é que eles "tornar-se-iam focos de agitação, por efeito da miséria que os afligia. E o mais interessante é que, perdendo por tudo isso a maior parte do seu poder aquisitivo, tornariam ilusórios os benefícios aparentes dos núcleos sulistas" (Lima, 1943). Desta maneira, o Estado é levado a lançar mão de uma política de intervenção, agora alicerçada em bases nacionais.

Começavam, assim, a aparecer decretos baixados com a preocupação de evitar o "caos" total da indústria açucareira brasileira. Em 15/9/1931 é baixado o decreto nº 2.040 dispondo sobre a retenção de 10% da produção de açúcar, para regularizar os preços no mercado, além de estipular uma quota de 200.000 sacas de açúcar para exportação (2) (Velloso, 1955: 33-35). Logo depois, em 7/12/1931, era promulgado o decreto nº ... 20.761 criando a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, depois de considerar "que grande número de proprietários de usinas de açúcar, em

---

(2) Ficava aberto por este decreto a possibilidade de certos Estados subsidiarem através de certas taxas a exportação do açúcar do Nordeste.

diferentes Estados produtores, apelam insistentemente para intervenção do Governo Federal no sentido de se lhes facilitar a obtenção, para o produto de suas fábricas, de um justo preço garantidor de razoável remuneração ao trabalho e ao capital, sem, de modo algum solicitar qualquer valorização oficial em prejuízo do consumidor" (Velloso, 1955: 36-37). A citada comissão era composta de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um do Ministério da Fazenda, um do Banco encarregado do financiamento da produção e arrecadação de taxa e um de cada Estado produtor de açúcar. Um ano após a sua criação a comissão começou a comprar os excedentes de produção do açúcar. Desse total, uma parte era estocada e a outra era exportada, com grandes prejuízos, cobertos, em parte, com o produto arrecadado através da cobrança de uma taxa sobre a produção total de açúcar (Carli, 1936: 52-54). Um encargo importante atribuído a essa comissão, mas que não chegou a ser aplicado, é o de verificar a capacidade de produção de cada uma das usinas, num período máximo de 150 dias de trabalho normal. Este artigo seria o embrião do princípio da limitação da produção que viria, logo depois, com o decreto n.º 22.152 de 28/11/1932 (Velloso, 1955: 78-80). Neste decreto, ficava limitada a produção do açúcar em todo o território nacional, além de providências para o incremento do fabrico do álcool-motor. A limitação tinha por base a produção do último quinquênio, sendo que o limite de produção fixado para cada usina, engenho banguê ou meio aparelho será a média de produção nas cinco safras do quinquênio.

Nesta fase, como diz Gileno de Carli, a intervenção do Estado dera plenos resultados. Ela havia assegurado um "lucro razoável e certo".

Agora o que toda a indústria esperava era a consolidação daquelas medidas de proteção. Neste sentido, o governo, através do decreto nº 22.789, de 1 de julho de 1933, cria o Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) fundindo em um só órgão a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (Dec. Lei nº 20.761, de 7/12/1931 e a Comissão de Estudos sobre o Alcool-Motor (portaria do Ministério da Agricultura, de 4/8/1932). É que, até então, o problema do álcool, do álcool-motor e álcool-médio tinha sido considerado a parte do problema do açúcar. Entendia o Governo que a crise açucareira "poderia se repetir ou criaria um estado social instável nos campos agrícolas onde seria obrigada a restrição dos plantios" (Carli, 1936: 55). Daí, então, optar-se pela transformação do excesso de matéria-prima em álcool anidro. Deste modo, o plantio de cana pode continuar crescendo. A diferença introduzida é que parte da cana produzida seria transformada não em açúcar mas em álcool.

Assim a indústria alcooleira não nasceu como indústria autônoma, mas sim como "um dos remédios para o tratamento da crise açucareira" (Miranda, 1943: 91). Para tornar viável esse projeto o Estado, através do I.A.A., procurou auxiliar as usinas na montagem de aparelhos adequados para a produção de álcool anidro ao mesmo tempo que iniciava a montagem de destilarias centrais para esses fins.

Assim protegidas, as usinas do nordeste, e, principalmente, as de Pernambuco, ficaram resguardadas quanto à sua extinção total. É que em termos da limitação imposta, o Nordeste ficava com mais de 60% da produção de açúcar, enquanto Pernambuco, sozinho, responderia por 40% da

produção.

Mas se por um lado a limitação tendia a proteger as usinas do Nordeste com relação as do Sul, a própria limitação, ao impedir o seu crescimento, conduzia as usinas, a longo prazo, para a estagnação.

Desta maneira, os efeitos contraditórios da ação do I.A.A. tendiam, a longo prazo, a favorecer o desenvolvimento da agroindústria açucareira na região Centro-Sul, mais especialmente a de São Paulo. E é também o que se verificou, pois, hoje, São Paulo produz sozinho quase 50% da produção de açúcar, apesar da limitação imposta em 1933 pelo I.A.A.

A supremacia de São Paulo e a relativa estagnação de Pernambuco, como os dois mais importantes produtores nacionais de açúcar só pode ser compreendida quando analisada a luz do "processo de formação do mercado nacional - e de efetiva unificação da economia do país" (Singer, 1968: 327).

Este processo, iniciado em fins do século passado, (no caso da agroindústria açucareira começou com o surgimento dos engenhos centrais, em 1877), ganhou impulso durante a guerra de 1914/18. A grande crise mundial de 1929, vai tornar mais efetiva a realização desse processo durante os anos 30. É que, com a baixa nos preços dos nossos produtos de exportação, a nossa economia foi obrigada a como que "fechar-se sobre si mesma", desenvolvendo-se a substituição de artigos manufaturados pelos produtos da indústria nacional. A 2ª Guerra Mundial, impondo severas restrições à importação de artigos manufaturados vai estimular ainda mais a indústria nacional.

Porém, esse processo, não se verificou de forma uniforme em todo o território nacional. Pelo menos dois fatores irão condicionar a localização e a posterior concentração industrial na região Centro-Sul: a proximidade de um mercado local mais amplo que possibilitava maiores ganhos de escala ao lado da presença de "economias externas", isto é, energia elétrica abundante, mão-de-obra qualificada, e crédito fácil, favorecendo as indústrias aí localizadas.

Assim as relações entre o Nordeste e o Centro-Sul modificavam-se rapidamente, tornando-se cada vez mais desfavoráveis ao Nordeste. Este, que até antes da 2ª Guerra Mundial podia comprar manufaturas no exterior com as divisas provenientes da venda do açúcar e do algodão, era obrigado, agora, depois da perda do mercado mundial, daqueles dois produtos, a trocar suas matérias-primas por produtos manufaturados do Centro-Sul.

O aparecimento e desenvolvimento das usinas somente agravariam aquelas relações. A usina é uma fábrica de açúcar que produz ao mesmo tempo sua matéria prima - a cana-de-açúcar de modo que "uma parte substancial do seu ativo imobilizado é constituída pelo capital fixo industrial, cuja valorização exige que sua capacidade de produção seja aproveitada em elevada proporção, com absorção de quantidades crescentes de cana" (Singer, 1968: 333).

Estavam, assim, abertas as portas para o aparecimento de usinas de grande porte. A centralização se generaliza, a verdadeira "grande indústria" do açúcar tem o seu início" (Carli, 1936: 70).

Um fato importante estava ocorrendo. A limitação da produção realizada para evitar o "caos total da indústria nordestina", eliminava também o perigo da concorrência de outras usinas próximas. Com isto, sobreviviam terras. Passava a existir a possibilidade da usina substituir-se ao lavrador de cana. É que, com a estabilidade dos preços provocada pela limitação da produção, desapareciam, em parte, os riscos de mercado. Para justificar essa absorção as usinas argumentavam com a questão da regularidade na entrega de matéria-prima.

Para simplificar, o que se seguiu foi a paulatina absorção das quotas dos fornecedores pelas usinas (Lima Sobrinho, 1941: 27-39).

O problema das relações entre fornecedores de cana e usineiros vai ser mais um elemento de intervenção do Estado. Primeiramente através da Lei nº 178 de 9/1/1936 que regula a transação de compra e venda de cana entre fornecedores e usineiros e, posteriormente através do Decreto Lei nº 3.855 de 21/10/1941, criando o Estatuto da Lavoura Canavieira.

Uma análise do Estatuto pode revelar que os seus objetivos eram contraditórios quando confrontados com as regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul.

Enquanto para o Norte-Nordeste a ação do Estatuto visava amparar os fornecedores na sua luta contra a expansão das usinas (3), embo-

---

(3) Fato que também ocorreu nos campos fluminenses. Neste caso o Estatuto visava também amparar os 5.833 fornecedores das 19 usinas existentes. Esses fornecedores entregavam, em média 203 toneladas de canas às usinas (Carli, 1942: 22-23). É interessante comparar esses dados com os do Estado de São Paulo (pagina 127 deste trabalho) para verificar como os objetivos eram realmente distintos.

ra dentro dos quadros das relações sociais patrimonialistas, para o Centro-sul e, mais especificamente São Paulo, a ação visava criar a figura do fornecedor. Este fato pode ser verificado se levarmos em conta que a "luta dos usineiros paulistas" contra a aprovação do Estatuto ocorreu exatamente contra a intenção de se considerar o colono como fornecedor de cana. Muito embora a "ideia inicial do projeto (do Estatuto) fora tornar bastante elástica a definição do fornecedor de cana, para que dentro dela coubessem várias espécies de agricultores, desde o fornecedor de cana das usinas do norte até o lavrador dos engenhos e o colono das zonas sulistas" (Lima, 1941: 135), ela provocou uma reação talvez a única, dos usineiros paulistas. A justificativa é dada na seguinte afirmativa: "não tendo havido absorção de fornecedores pelas usinas não se pode dizer que o problema fundamental da economia açucareira paulista seja a preservação dos fornecedores, porque eles sobreexistiram mesmo sem medidas de ordem legal" (Carli, 1943: 228).

Que o problema básico dos usineiros paulistas não era o da preservação do fornecedor mas sim o regime de trabalho dentro das usinas é afirmado por Gileno de Carli: "No colonato reside a racionalização da lavoura paulista, a excelência dos seus canaviais e o alto rendimento de muitas fábricas de açúcar. A todo transe deve-se manter esse regime, pois que desmorronar a organização existente, para criar no colono a consciência de fornecedor de cana, é disseminar a luta histórica e eterna entre o fornecedor e a usina. Onde for uma tradição a figura do fornecedor deve-se ampará-la para que não desapareça ante a tendência de absorção da

usina. Onde porém ele não existe, como problema, por que criar uma situação de intranquilidade nos campos de cana? Qualquer alteração que se julgue necessário fazer nas relações das usinas com os seus colonos, deve ser sempre dentro do regime do colonato. Assim, não sobreviverá a anarquia ao trabalho organizado" (Carli, 1943: 228. Os grifos são nossos).

Neste particular a estratificação social na lavoura canavieira paulista apresenta uma originalidade absoluta quando comparada à dos outros Estados brasileiros. Nestes encontramos os seguintes grupos hierarquizados: o trabalhador rural, o lavrador, o fornecedor de cana, e a usina plantadora. Neste caso o trabalhador rural é o assalariado; o lavrador um elemento quase sempre de posses reduzidas que paga uma renda de terra ao fornecedor de cana ou ao usineiro; o fornecedor de cana que pode ser independente, possuindo terra própria, e o fornecedor rendeiro que paga uma certa renda em relação à produção bruta de cana e à usina-plantadora, disputando com o fornecedor a exploração da terra.

Em São Paulo encontramos a seguinte composição: o trabalhador rural, o colono, o fornecedor de cana e a usina-plantadora. Aqui também o trabalhador rural é o assalariado; o conceito de colono é variável como podemos observar através da análise de várias usinas paulistas: na Usina Esther colono é todo aquele que, mediante um contrato de empreitada para o trato de canas, trabalha nas lavouras da usina. As canas são da Usina e por ela são plantadas. Na Usina Santa Bárbara colono é todo aquele que, através de um contrato, tem terras para o plantio de canas, em proporção à capacidade de trabalho do locador e da sua família. Nas

Usinas da Soci  t   de Sucr  ries Br  siliennes colono   todo aquele que planta, trata, corta, transporta e entrega a cana carregada sobre os va  es. Neste caso a diferen  a fundamental com as duas usinas analisadas anteriormente   que enquanto a Usina Esther e Santa B  rbara pagam import  ncias que nada tem a haver com as cota  es do a  car no mercado, as Usinas da Soci  t   de Sucr  ries Br  siliennes pagam tomando por base os pre  os m  dios da cota  o do a  car no mercado de S  o Paulo de modo que "quanto mais o pre  o do a  car subir no mercado menos quantidade de a  car por tonelada, na devida correspond  ncia, recebe o colono paulista" (Carli, 1943: 96).

Na verdade essa utiliza  o de colonos era uma imposi  o do pr  prio est  gio de desenvolvimento da lavoura canavieira paulista. Num per  odo onde a mecaniza  o agr  cola era muito incipiente, a necessidade de manter trabalhadores fixos nas empresas durante o ano todo era fundamental. N  o   outra a opini  o de Gileno de Carli: "essa tradi  o de trabalho (colonato) n  o se deve e nem se poder   abandonar, para substituir - la por f  rmulas de fora. Tudo que se fizer em mat  ria de reforma deve ser no sentido de empreend  -la dentro dessa tradi  o" (Carli, 1943: 124-125). Da   o cuidado, na elabora  o do Estatuto, de se manter essa "tradi  o de trabalho" como podemos verificar atrav  s do art. 5   : "os lavradores de usinas que trabalham em regime de colonato ou de assalariado e n  o possam ser includos nas defini  es do artigo 1   (classifica  o dos fornecedores) e seus par  grafos, ter  o a sua situa  o regulada em contra-tos tipos aprovados pelo Instituto" (Velloso, 1955: 462).

As usinas já possuidoras de grandes extensões de terras e aproveitando-se da grande instabilidade do colono nas lavouras de café, decorrente das crises ocorridas nos fins do século passado e começo deste, passam a utilizar aqueles colonos cada vez mais intensamente, nas suas lavouras. Grandes canaviais são cultivados antes mesmo que a lavoura cafeeira estivesse abarrotada de trabalhadores.

A importância desse tipo de mão-de-obra é destacada por Frederic H. Sawyer (1908), quando enumera vantagens de São Paulo para a cultura de cana e estabelecimento de Engenhos Centrais: "1) clima esplêndido, região onde não se conhecem nem tufões, nem temporais, nem inundações, nem cataclismas, nem erupções vulcânicas, nem gafanhotos, acidentes estes que em outros países vem mais cedo ou mais tarde perturbar os cálculos dos industriais e transformar de um momento para outro a propriedade em ruína; 2) terras boas para a cultura das canas, rendimento excelente em quantidade e qualidade. Mão-de-obra já organizada segundo um sistema que tem dado bons resultados, empregando colonos europeus e nacionais na cultura de cana, que eles entregam por peso, assegurando aos Engenhos sua provisão de matéria-prima a um preço equitativo; 3) consumo local sempre crescente para todos os produtos da indústria, sem possibilidade de concorrência do exterior ou do interior, porque os Engenhos modernos terão vantagens tão grandes, aumento de rendimento, diminuição de mão-de-obra, e economia de combustível, que eles produzirão o açúcar a um preço de custo impossível de ser reduzido" (Sawyer, 1908: 94. O grifo é nosso).

Finalmente em defesa do ponto de vista dos usineiros paulistas, clamando ser o colono um empregado e não fornecedor de cana, existe a tese do Prof. Cesarino Júnior, elaborada a pedido do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de São Paulo, "segundo a qual o colono paulista não passa de mero empregado" (O Economista, 1945: 25-40). Portanto no caso da agroindústria paulista a ação visava preservar dentro das usinas a figura do colono e fora dela criar a figura do fornecedor. Este segundo objetivo pode aparentemente estar em contradição com o fenômeno de expansão territorial das usinas. A explicação é que a usina depende de suprimento de matéria-prima, o que acarreta a seguinte consequência: pode-se chegar a um ponto em que as vantagens do auto-suprimento sejam anuladas pela desvantagem de um transporte mais caro da matéria-prima. É por isso que as estradas de ferro determinaram uma dilatação quanto a possibilidade de se obter matéria-prima numa zona mais extensa. Do mesmo modo o uso do caminhão mais recentemente, ao dar maior maleabilidade ao transporte, que as estradas de ferro não possuíam, alargou ainda mais os limites da zona de fornecimento. Nos dois casos o que se verificou foram reduções nos custos dos transportes.

Desta maneira criar o fornecedor e com ele dividir 50% da produção de cana e, também os riscos agrícolas, pode ser aceitável ao usineiro. Aceitável principalmente em situações onde a inexistência de uma dada tecnologia impossibilita maiores ganhos de produtividade dentro das áreas das usinas. Quando essa tecnologia é tornada possível e com ela o uso também do caminhão como meio de transporte, a situação tende a mu-

dar no sentido das usinas voltarem ao mecanismo da expansão territorial.  
Aliás, o que no momento acontece com os canaviais das usinas paulistas.

C A P I T U L O    I V  
A AGROINDUSTRIA AÇUCAREIRA EM SÃO PAULO

## A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM SÃO PAULO

### A Cana-de-Açúcar em São Paulo

A cana-de-açúcar introduzida inicialmente por Martim Afonso de Souza, em São Vicente, jamais conseguiu igualar o esplendor obtido, mais tarde, em Pernambuco e na Bahia. **Fatores ligados ao solo, clima e distâncias maiores do mercado consumidor mundial, dificultaram o seu desenvolvimento em São Paulo.**

De início, a prosperidade de São Vicente foi grande e rápida, a ponto de em 1548, já possuir 6 engenhos. Entretanto, no final do século do descobrimento a cultura havia regredido bastante, existindo somente um engenho em São Vicente. O que aconteceu é que durante os "dois primeiros séculos de colonização, todo o interior do país foi explorado, desbravado e finalmente, em boa proporção, ocupado a partir, não da próspera economia açucareira, presa ao litoral nordestino, mas da paupérrima economia de subsistência de São Paulo dos Campos de Piratininga" (Singer, 1968: 22). A caça ao índio, então mercadoria muito valiosa, justificava tal empreendimento.

Com a descoberta das minas, no terceiro século da colonização portuguesa, a agricultura paulista - principalmente a cana de açúcar - entrou em verdadeiro colapso. Neste período, São Paulo experimenta as vantagens que o caminho para as Minas lhe oferecia. Como tal, São Paulo (ou melhor a sua cidade) tornou-se um importante centro comercial

Finalmente, com a decadência da exploração de metais e pedras preciosas, iniciada em fins do século XVIII e começos do século XIX, há um verdadeiro renascimento da agricultura. A cana-de-açúcar vai se destacar como cultura importante nas nossas exportações. Agora, ela passa a se desenvolver não apenas no Nordeste, mas também no Rio e São Paulo.

Na capitania de São Paulo, a cana era cultivada numa extensa área da costa chamada "marinha", que ia de Ubatuba até São Vicente, como também além da serra, ou "terra acima", isto é, a freguesia de Campinas, Vila de Itu, Povoação de Piracicaba, Vila de Sorocaba (Carli, 1943: 10-11).

No entanto, a posição de São Paulo no que se refere a exportação era ainda muito modesta. A exportação de açúcar de procedência paulista, em 1797 era de 88.435 arrobas (22.108 sacas). No começo do século XIX pelo porto de Santos saíam 1.000 caixas de açúcar; pela Bahia eram exportadas 20.000 caixas; por Pernambuco 14.000 caixas e finalmente pelo Rio 9.000 caixas.

Este fato teve para a cidade de São Paulo uma importância muito grande pois "a exportação de açúcar não somente animou e expandiu a vida comercial da cidade, como também fez com que numerosos senhores de engenho fixassem residência na cidade, gastando ali parte de seu excedente comercializado, o que certamente contribuirá para o crescimento do setor terciário (serviços) da economia" (Singer, 1968: 26).

Um trabalho recente (Petroni, 1968) vem confirmar a importância da indústria açucareira no período que se estende de fins do século

XVIII a meados do século XIX. Segundo a autora, a cultura da cana-de-açúcar foi "responsável pela modificação completa do panorama econômico e social da região, criando uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do comércio exterior e tornando possível, mais tarde, o rápido crescimento dos cafezais no hinterland de Santos. Com sua expansão geográfica e com o acúmulo de capitais dela derivado preparou-se São Paulo para desenvolver outro ramo de riqueza" (Petrone, 1968: 223).

Embora a cultura de cana não tivesse alcançado a importância adquirida no Nordeste e mesmo no Rio, ela representou um papel destacado na área paulista, no sentido de ter estabelecido uma lavoura de cunho comercial sustentada no braço escravo. Assim, de certa maneira ela consolidará a estrutura agrária e proporcionará condições necessárias para a exploração do café. O açúcar teve que organizar toda uma infraestrutura (estradas, portos, comércio) necessária a sua expansão. Deste modo, a economia cafeeira vai ser grandemente beneficiada no seu desenvolvimento pois irá contar com uma base relativamente organizada o que permitirá uma comercialização mais fácil. Ao café caberia mais tarde ampliar bastante essa infraestrutura.

Este período em questão, foi, na realidade, o melhor para o açúcar paulista.

Uma vez cessada a corrida para a mineração, o número de engenhos cresceu: em 1808 existiam 458 engenhos de açúcar, e 601 alambiques para aguardente. Em Itu, existiam 134 engenhos (30% do total), produzindo 25.000 sacas. Sorocaba contava com 12 engenhos (Carli, 1943:14). Para

esse desenvolvimento concorriam os preços favoráveis, além do aumento da população naquela área.

Esta situação favorável ao açúcar vai durar até a metade do século XIX quando, pela primeira vez, o café vai superar o açúcar, em São Paulo, como gênero de exportação.

Certos atos emanados da Coroa, em fins do século XVIII, revelam os interesses da mesma em garantir e fomentar o progresso da economia açucareira. Assim, em 1798 apareciam ordens desobrigando os lavradores de todo o Brasil, mas particularmente aqueles ligados a cana, a "dar negros e canas para o Real Serviço" (Citado por Petrone, 1968: 133).

Outro privilégio concedido, e que revelava também o mesmo interesse da coroa na expansão canavieira era o que livrava os proprietários de engenhos de serem executados em seus engenhos e lavouras; o que podia ser feito era a execução, em termos dos rendimentos dos mesmos.

Com a abertura dos portos, em 1808, outros atos são baixados, pretendendo proteger os engenhos quanto a ação do comércio exterior, como aquele do Príncipe Regente, em 1814, instituindo privilégios sobre "todas e quaisquer dívidas e execuções, ainda que sejam de minha Real Fazenda" (Citado por Petrone, 1968: 135).

Desta maneira, a cana de açúcar pode se desenvolver em território paulista protegida que estava por uma série de privilégios, por uma política que facilitava a sua comercialização e por preços favoráveis no mercado externo.

Os dados relativos à produção e exportação, embora escassos e

as vezes contraditórios (Petroni, 1968: 137-140), ilustram esse período de apogeu da economia açucareira paulista que vai durar até momento em que o café passa a ser o principal produto nas nossas exportações.

Os primeiros dados sobre a produção e exportação de açúcar (4) em São Paulo dão para o ano de 1797, uma produção de 114.550 arrobas, sendo 12.755 da "marinha" e 101.795 de "serra acima". Para esse ano o total exportado foi de cerca de 95.000 arrobas.

Em 1798 a produção total atingia 153.140 arrobas. A "marinha" produziu 21.556 arrobas e a "serra acima" 131.584 arrobas. Quanto à exportação o total foi de mais ou menos 80.000 arrobas.

Em 1799 a produção aumentava para 192.483 arrobas. As vilas da "marinha" produziam 40.133 arrobas e as regiões de "serra acima" 152.350 arrobas.

Já na primeira década do século XIX o açúcar tinha uma importância muito grande dentro da economia paulista. Assim, em 1807, quando o valor total dos produtos exportados por São Paulo alcançava a quantia de 496:109\$420 réis, o valor do açúcar exportado chegava a 248:095\$100 réis. No final da terceira década do século passado a exportação paulista do açúcar já ultrapassava 400.000 arrobas. Mais precisamente, em 1830 eram exportados 443.619 arrobas de açúcar. Nesse mesmo ano eram exportadas 30.610 arrobas de café.

---

(4) Muitos dos dados que vamos utilizar sobre o desenvolvimento da economia açucareira paulista até 1850, colhemos do trabalho de Petroni (1968).

## O Café e a Decadência do Açúcar

A partir de 1836 o café começa a ter um certo destaque nas nossas exportações. Assim, de 592 arrobas exportadas em 1799, pelo porto de Santos, a exportação chegou a 76.336 arrobas, em 1835/36.

A maior parte da produção de café se localizava no vale do Paraíba. As vilas do "quadrilátero do açúcar" (Petrone, 1968: 158), contribuíam muito pouco em termos do café exportado.

Quanto ao açúcar, no período de 1839/40 foram exportadas ... 570.779 arrobas, volume este, que somente seria ultrapassado no período 1846/47, quando foram exportadas 597.551 arrobas.

Este é o período áureo da exportação do açúcar paulista. Mas, por "estranha coincidência" é nesse mesmo período que muito café é plantado em São Paulo. Esse café plantado em 1846/47 começa a produzir em 1850/51, exatamente o período em que ele ultrapassa, em volume, o açúcar nas nossas exportações. Desta maneira, enquanto 344.904 arrobas de açúcar eram exportadas entre 1850/51, nesse mesmo período saíam, pelo porto de Santos, 470.054 arrobas de café. Daí para frente, a exportação de açúcar tende a cair e a do café a aumentar.

Essa decadência na produção de açúcar logo começa a preocupar as autoridades de São Paulo. Para uns as causas invocadas eram: a ausência de melhoramentos técnicos no cultivo da cana e na fabricação do açúcar. É assim que, em 1849, certos fundos são liberados para a aquisição de mudas de canas de melhor rendimento (Petroni, 1968: 163). Para

outros as causas da decadência pareciam estar ligadas à falta de boas estradas, que dificultavam o comércio do açúcar, pois, sendo este um produto facilmente perecível, não suportava as condições de transporte que provocavam baixa no seu valor comercial, fato que não ocorria com o café que resistia as intempéries. Outra causa levantada era o problema da mão-de-obra, que se torna difícil com a lei Euzébio de Queiroz, proibindo o tráfico. Os poucos imigrantes que estavam chegando se dirigiam para fazendas de café. (Petroni, 1968: 164).

De qualquer forma "sejam quais forem as causas, o fato é que a partir de 1850/51 o açúcar deixa o primeiro lugar nas listas das exportações de Santos ... Ainda mais, São Paulo terá que importar açúcar para seu consumo, já na década de 1860, quando o café tinha abrangido todas as forças" (Petroni, 1968: 165).

### O Engenho Central

A necessidade de remodelação da indústria açucareira no Brasil já aparece, em 1854, na fala de um Ministro do Império - Luiz Pereira do Canto Ferraz - ao ressaltar a ameaça de ruína completa da cultura da cana e fabrico do açúcar "não só pelos espantosos melhoramentos realizados em igual ramo de agricultura em outros países como também pelo desenvolvimento progressivo que tem tido o fabrico de açúcar de beterraba na Europa, e com especialidade na Alemanha e França" (Citado por Gileno de Carli, 1943: 30). Daí preconizar o emprego de enormes ca

pitais na produção do açúcar, como alternativa para a solução do problema.

A fundação de Engenhos Centrais passa a ser cogitada então como o caminho a seguir.

Alarmado com a grande disparidade entre a nossa indústria colonial e os engenhos centrais no exterior, o governo procura criar condições favoráveis para a remodelação da indústria açucareira.

Em 6 de novembro de 1875, (Lei n.º 2.687), o Governo Imperial é autorizado a dar garantias de juros de 7% ao ano, até o capital realizável de 30.000:000\$000 reis, às companhias que se propusessem a estabelecer Engenhos Centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados.

Já no ano seguinte a esse decreto o Governo Imperial começava a conceder às companhias localizadas em São Paulo, os empréstimos previstos na lei (5). Além da garantia de juros, outros favores foram concedidos: "isenção de direitos de importação sobre máquinas, instrumentos, trilhos e mais objetos destinados ao serviço da fábrica; preferência para aquisição de terrenos devolutos existentes no município, efetuando-se pelos preços mínimos da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, se a companhia distribui-los por imigrantes que importar e estabelecer, não podendo, porém vendê-los a estes devidamente medidos e demar

---

(5) Uma relação das primeiras Companhias pode ser vista no trabalho de Gileno de Carli (1943: 31-43).

cados, por preço excedente ao que for autorizado pelo governo" (Carli, 1943: 33-34).

A partir de 1890 o Governo continuará concedendo favores para o levantamento de engenhos centrais, mas sem garantias de juros. Acontece que, no lugar da garantia de juro, são introduzidas outras vantagens que favoreciam muito mais que a simples garantia. Assim o concessionário ou a companhia gozavam do direito de desapropriar terras e águas; isenção do imposto de transmissão de propriedade para os terrenos adquiridos; importação, livre de direito, durante 10 anos dos maquinismos e materiais necessários às fábricas e suas dependências; transporte gratuito desses maquinismos e materiais pelas estradas de ferro do Estado, num prazo de 10 anos e por fim, ficava o Governo obrigado a não conceder semelhantes favores para os municípios onde a mesma concessão já tivesse sido concretizada (Carli, 1943: 41-42).

Dessa relação de favores, duas importantes conclusões podiam ser retiradas: uma delas é de que a simples concessão de garantia de juro já não mais satisfazia as necessidades da indústria açucareira e a segunda era a tentativa de evitar a concorrência das usinas dentro de um mesmo município; o que estava, em princípio, de acordo com os objetivos da criação de uma moderna indústria açucareira, isto é, reduzido número de fábricas de grande capacidade de produção.

Confirmando aquela tendência, em 1891 o Governo estipulava uma garantia de zona, numa área limitada por uma circunferência de raio determinado, para as futuras fábricas a serem instaladas.

O que se nota é que a orientação do Governo estava mudando radicalmente: da supressão da garantia de juro ou favores o Governo chegava a eliminar em 1897 até a fiscalização dos engenhos centrais (Carli, 1943: 42-43). Mas, qualquer que tenha sido a mudança, em nenhum momento foram levantadas dúvidas quanto aos objetivos dessa orientação. É o que revela o depoimento seguinte: "Ninguém, em sã consciência, poderá criticar a louvável iniciativa do Governo de ajudar a nascente grande indústria do açúcar. A limitação dos empréstimos trouxe a criação de um parque industrial de reduzidas proporções, mas, país fraco de capitais, saindo dum era de grandes dificuldades financeiras, jamais se poderia pensar em criar, com sua exclusiva ajuda, engenhos centrais do porte dos que existiam nas Antilhas e na Ilha Maurícia" (Carli, 1943: 43).

Após toda a garantia de juro e favores, alguns engenhos centrais foram instalados: Porto Feliz, montado em 1877; Piracicaba, fundado em 1882; Vila Raffard funcionando a partir de 1884; Lorena, também montado em 1884; Freitas construído em 1889 e o de London (hoje Amália), criado em 1904. Todos eles foram projetados e executados para realizarem um trabalho determinado. Outros, porém, foram criados e se desenvolveram pouco a pouco como sucessores de engenhocas ou então estabelecidos com aparelhos de ocasião, as vezes ainda de boa qualidade, mas também algumas vezes, ferragem velha. Neste caso estão os seguintes engenhos: Monte Alegre (1896); Indaiá (1898); Cachoeira (1896); Pimentel (1903); Esther .. (1905) (Sawyer, 1908: 27-61).

Mas, sem exceção, todos foram vítimas de crises, as vezes, muito sérias. O fornecimento irregular de cana às usinas, por parte dos

fornecedores independentes da usina, foi a causa fundamental não só dessas crises, como também do malogro entre nós, dos engenhos centrais.

Encerrava-se o capítulo dos engenhos centrais e tinha início o período das usinas e com ele todo um processo de concentração fundiária. Uma vez verificada a inviabilidade da separação entre atividade industrial e agrícola, ficavam abertas às fábricas a possibilidade de se assenhorearem das terras circunvizinhas. Tal fato realmente ocorreu. A Usina Piracicaba, fundada em 1882 e comprada por um grupo francês após o colapso dos engenhos centrais, já possuía, em 1890, cerca de 3.705 ha de terras próprias, mais 883 ha de terras arrendadas; a Usina Vila Raffard, após a sua compra, em 1899, pelo mesmo grupo francês, possuía ... 1.200 ha de terras; a de Porto Feliz, também comprada pelo grupo francês, possuía 764 ha de terras sendo 600 ha de terras próprias e 164 ha arrendadas; o Engenho Lorena, fundado em 1884 e comprado pelo mesmo mencionado grupo, em 1901, contava com 2.000 ha de terras; Monte Alegre, no início do século atual possuía 2.228 ha de terras; o Engenho London tinha cerca de 1.200 ha de cana, em 1904; Indaia possuía 1.200 ha de terras ao final do século (1898); a Funil "Esther" possuía, em 1905, 8.915 ha de terras; o Engenho Freitas contava com as áreas de 2 fazendas, totalizando 2.950 ha (Sawyer, 1908: 29-61).

Vemos assim, que já no início deste século, todas as fábricas citadas possuíam áreas relativamente extensas para a produção de cana.

## As crises do Café e a Volta da Cana de Açúcar

As crises sucessivas do café acabaram, de certa forma, favorecendo o reaparecimento da cana de açúcar nas áreas de Campinas, Piracicaba e Porto Feliz, quando os ganhos com os negócios do café experimentavam fortes baixas.

Uma medida protecionista tomada pelo Governo Paulista, em 1910, revela muito bem essa preocupação com o "novo surto" canavieiro. Essa proteção dizia respeito a redução de 40% sobre a tarifa comum para o açúcar produzido e despachado pelos próprios fabricantes. Era "a iniciativa que proporcionaria o surto açucareiro de São Paulo e que resolveria a fundação, em bases de estabilidade, livre da concorrência de açúcares de outras procedências, da indústria açucareira paulista" (Carli, 1943: 71).

Nos últimos anos do século passado até a safra de 1922/23 a posição do açúcar paulista apresentava uma evolução muito lenta, embora constante. Assim, em 1894/95, de um total de 561.970 hectares de terras cultivadas no Estado, a cana participava com apenas 1,6% desse total, com uma produção de 96.000 sacas de açúcar; na safra de 1900/01, de um total de 1.183.391 hectares cultivados, a cana entrava com 2,2% enquanto a produção era de 232.000 sacos; em 1904/05, de um total de 1.538.072 hectares cultivados, 4,1% pertencem à cana, com uma produção de 381.366 sacos; na safra de 1910/11 o total de hectares cultivados sobe a 1.639.788, cabendo à cana 3,0% desse total, com uma produção de 398.583 sacos; em

1914/15 a contribuição da cana era de 3,1% sobre um total de 1.987.864 hectares de terras cultivadas (Carli, 1943: 73-74).

A primeira Guerra Mundial criou para o Estado de São Paulo condições favoráveis para um crescimento mais rápido da cana: na safra de 1915/16 a produção sobe para 615.951 sacos de açúcar; em 1916/17 o total produzido é de 612.924 sacos. A safra de 1917/18 sofre uma redução violenta: há uma queda de 61,2% sobre a anterior. Este fato veio agravar a importação de açúcar atingindo um valor de 68.854 toneladas quando no ano anterior (1917) fora de 45.299 toneladas. Passados porém, os efeitos da geada a safra de 1918/19 volta a se elevar, atingindo 480.425 sacos de açúcar; a safra de 1919/20 sobe a 528.821 sacos; em 1920/21 a produção é de 566.897 sacos; a safra seguinte, a de 1921/22, alcança o índice mais elevado até então registrado em São Paulo, isto é, 729.459 sacos (Carli, 1943: 73-77).

A guerra, ao provocar uma elevação nos preços, facilitava essa corrida para o açúcar. Os preços do açúcar por saco tiveram a seguinte evolução: em 1914 variação de Cr\$ 18,50 a Cr\$ 26,00; em 1915 de Cr\$ 20,50 a Cr\$ 40,00; em 1916, de Cr\$ 34,00 a Cr\$ 40,00; em 1917, de Cr\$ 40,10 a Cr\$ 40,20; em 1918 de Cr\$ 50,60 a Cr\$ 55,10; em 1919, de Cr\$ 52,00 a Cr\$ 68,00; em 1920, o preço foi de Cr\$ 64,24.

Nessas condições de preços elevados, mais três usinas são fundadas durante a safra 1920/21 (Carli, 1943: 76).

Mas algo novo começava a acontecer na economia açucareira paulista na safra de 1922/23. Observava-se uma queda na produção, em rela-

ção a safra anterior. O volume alcançado foi de 612.034 sacos. Esta baixa não teria grande importância se nos anos seguintes a produção não continuasse a cair assustadoramente: em 1923/24 são produzidos 348.535 sacos, em 1924/25 cai para 226.639 sacos e em 1925/26 a produção desce para 155.348 sacos (Carli, 1943: 83-84). O que estava acontecendo é que as plantações de cana se apresentavam em condições de deplorável decadência devido à introdução, neste Estado, de diversas pragas e moléstias graves da cana. Entre as moléstias se destacava o mosaico, constatado inicialmente por José Vizioli, em fins de 1923, espalhando-se rapidamente, nas safras seguintes, por todo o Estado, determinando uma acentuada queda na produção açucareira paulista. Ficava, assim, seriamente comprometida a posição açucareira paulista, pois, para um consumo avaliado na época, de 2.500.000 sacos por ano, a indústria açucareira paulista, na safra de 1925/26, alcançava pouco mais de 150.000 sacos, quando na realidade tinha capacidade de produção superior a um milhão de sacos por ano.

O episódio do mosaico traz a tona duas importantes considerações: a primeira se relaciona com a seriedade dos "riscos agrícolas", isto é, bastou uma doença para por em cheque toda a economia açucareira paulista e a segunda diz respeito ao Estado e a sua atuação na solução do problema do mosaico, no caso, uma faceta importante da intervenção.

Tão logo foi constatada a presença daquela doença e os prejuízos dela decorrentes, o governo do Estado de São Paulo aceitava sem restrições as conclusões contidas num relatório encaminhado ao Secretário da Agricultura de São Paulo: "fica plenamente justificada a idéia

de uma estação experimental destinada a estudos de todos os problemas agrícolas aqui enumerados e, em adição, os da várias fases nos processos de fabricação do açúcar" (Vizioli, s.d.:61). Imediatamente, instalou-se em Piracicaba, Estado de São Paulo, uma Estação Experimental que começou a obra de soerguer a lavoura canavieira paulista objetivando a substituição, no mais breve tempo possível das variedades de canas afetadas pelo mosaico.

Os efeitos da orientação adotada pela Estação Experimental de Piracicaba logo se fizeram sentir como podemos notar na tabela 9 abaixo:

Tabela 9. Substituição de variedades de cana suscetíveis, por variedades resistentes ao mosaico, no período de 1925/29, Estado de São Paulo.

ANO	Variedades Suscetíveis	Variedades Resistentes	TOTAL
1925	99%	1%	100%
1926	88%	12%	100%
1927	75%	25%	100%
1928	25%	75%	100%
1929	15%	85%	100%

Fonte: Carli, 1943: 83.

Praticamente num período de 4 anos, as variedades suscetíveis ao mosaico foram substituídas por variedades resistentes à doença, na maioria das vezes por variedades selecionadas em Java e resistentes ao mosaico, entre nós conhecidas por POJ.

Como consequência, a produção de açúcar cresce, como pode ser visto na Tabela 10.

Tabela 10. Produção de açúcar no Estado de São Paulo no decênio de 1926/27 a 1935/36 (sacos de 60 Kg.)

ANOS	PRODUÇÃO
1926/27	375.930
1927/28	652.867
1928/29	845.980
1929/30	1.113.417
1930/31	1.108.510
1931/32	1.565.824
1932/33	1.673.998
1933/34	1.828.668
1934/35	1.844.496
1935/36	2.031.045

Fonte: Anuário Açucareiro, 1936:82

Esse crescimento, se avaliado a nível nacional revela o seguinte: a produção total de São Paulo, no quinquênio de 1925/26 a 29/30, foi de 3.243.582 toneladas com uma média de 648.716 toneladas por safra e com uma participação no total da produção brasileira de apenas 8,66% (Pernambuco representava 45,33%; Alagoas 10,78%; Rio de Janeiro 17,13%, justamente os três maiores produtores); no quinquênio de 1930/31 a 34/35 São Paulo produziu

8.021.496 toneladas, com média, por safra, de 1.604.299 toneladas representando 17,31% da produção nacional (Pernambuco caía para 31,31%; Alagoas 10,74; Rio de Janeiro 17,54) (I.A.A., 1936:84).

São Paulo se transformava assim num grande centro produtor de açúcar para o que contribuíram as novas variedades, pois, além de resistentes ao mosaico eram, também, resistentes às doenças e ricas em sacarose.

Na verdade, o que estava se passando com o açúcar paulista tinha que ver com o que ocorria na economia brasileira. Segundo Singer "na primeira fase da nossa industrialização que se pode datar, de modo aproximado, de 1890 a 1920, a economia brasileira se apresentava sob a forma de conjuntos regionais relativamente separados uns dos outros: ● Nordeste açucareiro e algodoeiro, o sul da Bahia cacauero, as zonas cafeeiras tributárias do Rio e de São Paulo, o Sul produtor de carne e cereais, etc. Em cada uma destas economias regionais formou-se um bolsão industrial, que se aproveitava da própria compartimentação da economia nacional para dominar o mercado regional e crescer até onde os limites destes permitiam (Singer, 1968:70).

Quando passa a ocorrer a integração destes mercados, após 1920, "a indústria regional mais forte, no caso a de São Paulo, começou a penetrar nos outros mercados, superando na concorrência os bolsões industriais que neles prevaleciam" (Singer, 1968:71). Com a abolição das tarifas interestaduais, depois de 1930, as quais facilitam a sua ascensão industrial; com a drenagem

de capitais de todo o país e do exterior, também, para São Paulo onde as perspectivas de lucros eram maiores; a própria inversão em São Paulo, de recursos públicos em áreas onde a demanda por energia e transporte eram maiores; a atração exercida sobre imigrantes estrangeiros e de outras partes do Brasil, transformando-o no Estado mais populoso do Brasil o que, em termos de economia de escala, favorece sua indústria, São Paulo tem a sua supremacia industrial e econômica reafirmada (Singer, 1968:71).

Neste sentido parece exagerada a afirmação de Gileno de Carli de que "ao café deve quase tudo o açúcar" (Carli, 1943: 84). É bem verdade que as crises sucessivas do café estimularam a produção de açúcar, mas sem a presença daqueles fatores acima citados, dificilmente ocorreria um ressurgimento da produção açucareira paulista. A rapidez com que o governo Estadual interveio no episódio do mosaico mostra claramente que este era o momento em que São Paulo passava a contar com as pré-condições necessárias a sua ascensão industrial. Daí, a importância da criação da Estação Experimental de Cana em Piracicaba, como também o aparecimento das primeiras oficinas de reparo de material de usinas. Por exemplo, as Oficinas Dedini apareceram em 1920.

### A Crise de 1929 e a Limitação da Produção

O ano de 1929 marca o início da grande mudança nos quadros tradicionais da economia açucareira do Brasil. A expansão açucareira paulista foi coincidente com as maiores produções até

então obtidos pelos Estado de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Cumpre ainda notar que, naquela ocasião, o consumo experimentava uma forte contração em consequência da grande depressão econômica mundial, levando a uma queda violenta no preço do açúcar. Esse preço que, em março de 1929, era de 76\$500 o saco, no Distrito Federal, cai para 26\$500 em outubro do mesmo ano, demonstrando na verticalidade da queda, uma profunda perturbação econômica, evidenciada na depreciação de 65% do valor do produto.

A consequência natural da crise não se fez esperar por muito tempo na desorganização da economia açucareira. Mas esta desorganização foi sentida muito mais profundamente no Nordeste (Pernambuco e Alagoas fundamentalmente) e no Estado do Rio, do que em São Paulo. É verdade que São Paulo se ressentiu da grave crise de preços. Mas a distribuição excepcional das suas usinas nas áreas geográficas do consumo atenuou aqueles efeitos, mesmo levando-se em conta que a indústria açucareira paulista estava emergindo de sua crise de produção, devido ao mosaico.

Para a agroindústria açucareira paulista a crise de 1929 é o momento decisivo para o seu desenvolvimento futuro. As consequências da superprodução acabam levando o Estado a iniciar a política de limitação da produção açucareira.

A criação do I.A.A. teve para o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo, uma importância, em geral, bastante subestimada pelos estudiosos do assunto.

A criação do Instituto, se de um lado visava evitar, através da limitação da produção a "debacle total" do Nordeste açucareiro, do outro, criava as condições para o predomínio da indústria açucareira paulista a partir da década dos 50. Embora o plano de limitação viesse atingir as usinas paulistas cujas produções, como vimos, vinham experimentando grandes aumentos, "os usineiros paulistas compreenderam ser preferível colaborar com o órgão intervencionista do que ser a indústria açucareira intermitentemente sacudida por crises de preços que acarretam sempre crises de produção" (Carli, 1943:155-156). Uma confirmação dessa posição pode ser encontrada em um documento elaborado pela Associação dos Usineiros Paulista e que consta da Ata da 17ª sessão ordinária da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, de 1934.<sup>6/</sup>

É preciso que se diga que, a palavra limitação, para o açúcar, teve um sentido muito amplo no Brasil. Na verdade nenhum Estado sofreu o contingenciamento na base da sua produção verificada no momento da limitação: "a média quinquenal de que trata o decreto básico foi ultrapassada, tendo em vista a capacidade dos maquinismos. Depois, era de boa prática contemporizar com determinados Estados que, possuindo um parque açucareiro superior à quota que se lhe ia atribuir, possuía, no entanto, um consumo muito superior a essa quota. Limitação açucareira no Brasil, foi mais uma delimitação de capacidade de produzir indefinidamente, do que

---

<sup>6/</sup> Esse documento, na sua íntegra, encontra-se também em Carli (1943:156-160).

um recalque na produção então verificada" (Carli, 1942:218. O grifo é nosso).

No caso paulista, na prática ocorria que, embora a produção das safras de 1933/34, 1934/35 e 1935/36 estivesse aumentando, ela ainda não havia igualado o limite oficial de 2.087.748 sacos, o que somente aconteceu na safra de 1936/37 quando a produção atingiu 2.248.370 sacos de açúcar.

De certa forma, neste período da limitação, o que se exigia dos usineiros paulistas era que equipassem melhor o seu setor industrial. A política de limitação da produção trazia como vantagem a eliminação do perigo da concorrência entre as fábricas de açúcar vizinhas, para a conquista de novas zonas. Com a estabilidade dos preços resultantes daquela política, houve a possibilidade para o industrial do açúcar de que canalizasse e reorientasse os recursos financeiros antes utilizados na compra desenfreada de terras. Desta forma, a limitação veio provocar a necessidade de se reformular a política seguida pelos usineiros paulistas.

O aparecimento de indústrias que faziam o reparo e que fabricavam máquinas para as usinas (notadamente em Piracicaba, São Paulo) tornavam tal empreendimento perfeitamente realizável.

Ao lado desses fatores, os incentivos proporcionados pelo Governo Federal para a produção de álcool motor para ser usado na mistura com a gasolina foi outro fator que veio atenuar os efeitos da política de limitação. A produção de álcool anidro não só não sofria limitações, como a própria instalação das destilarias (que já eram fabricadas em São Paulo em 1940 pela CODIQ-S/A

Construtora de Equipamentos Industriais) era enormemente favorecida pela existência de recursos financeiros colocados a disposição das usinas pelo I.A.A. (os juros dos empréstimos não poderiam exceder a 6% ao ano). O próprio I.A.A. no intuito de incentivar a produção de álcool-motor passou a construir suas próprias Destilarias Centrais localizadas em pontos estratégicos quanto a produção e consumo. Assim, com a "construção das Destilarias Centrais de Álcool em diferentes zonas produtoras de cana, o I.A.A. visou e conseguiu diversos objetivos. Proporcionou às usinas sem destilarias próprias o aproveitamento de seus excessos de matéria prima, remetendo-os às Centrais, em açúcar ou em melaço, para a respectiva conversão em álcool. Favoreceu o plano de defesa das safras açucareiras que ultrapassavam as necessidades do consumo, determinando as entregas às mesmas Centrais das quotas de extra-limites produzidas pelas usinas igualmente para a sua transformação em álcool. E estimulou os usineiros a montarem destilarias para a produção de álcool anidro, ou a remodelarem as que já possuíam para igual fim, demonstrando-lhes com o próprio exemplo, a sua confiança na indústria do álcool-carburante" (Melo, 1941:71).

Os resultados práticos da indústria alcooleira no período 1933 a 1940 englobando todas as destilarias (as do próprio I.A.A. as financiadas pelo I.A.A. e demais destilarias) foram os seguintes: a produção total de álcool anidro foi de 239.193.965 litros, representando um valor de 203.314:870\$250, sendo de 81:722:547\$100 a importância equivalente a gasolina substituída.

Embora tenha nascido "não como indústria autônoma, mas como um dos remédios para o tratamento da crise açucareira" ela mostrava, já em 1949, resultados altamente positivos alterando profundamente sua posição na economia açucareira. Naquele ano, havia no País 63 fábricas de álcool-anidro, com uma capacidade diária de 984.200 litros, quando, em 1933 havia uma única destilaria com capacidade de produção diária de 12.000 litros. Em 1933, a produção era de apenas 100.000 litros de álcool anidro atingindo em 1949 cerca de 466.752.000 litros. A economia realizada, em 1949, correspondente ao valor em cruzeiros, a bordo nos portos nacionais, da gasolina substituída pelo álcool, chegou a Cr\$ 40.525.000,00. Reunindo todas as parcelas economizadas no período de 1932-1949 o Brasil poupou, em virtude do emprego do álcool carburante, divisas somando Cr\$ 427.923.510,00 (Anuário Açucareiro 1949/50: 5).

Outro dado que ajuda a ressaltar a importância dessa indústria era a existência, no Brasil, em 1949, de 395.405 veículos (caminhões, automóveis, ônibus, motocicleta e tratores). Desse total 142.935 (36,1%) estavam em São Paulo; 86.724 (22,0%) no Distrito Federal; 35.709 (9,0%) no Rio Grande do Sul; 32.806 (8,3%) em Minas Gerais; 13.446 (3,4%) em Pernambuco. Em termos de consumo total de carburante, o total para o Brasil, em 1949, atingia 1.838.366.061 litros.

Desse total, 780.070.383 (42,0%) eram consumidos em São Paulo; 400.828.950 litros (21,0%) no Distrito Federal; 160.255.135 litros (8,0%) no Rio Grande do Sul e 95.550.262 litros (5,1%) em Pernambuco; 63.916.720 litros (3,4%) em Minas Gerais.

Embora o mecanismo da limitação da produção introduzido em 1933 pudesse ter afetado a produção de açúcar em São Paulo, impedindo aumentos vertiginosos, a área plantada com cana, a produção mesmo do açúcar, bem como o rendimento por hectare continuaram crescendo.

Assim, a área plantada com cana, em 1939, era de 52.350 ha, a produção total foi de 1.675.230 toneladas e o rendimento alcançou 32 toneladas/ha. Em 1940, a área plantada atingia 69.436 ha e a produção 2.708.000 toneladas, com um rendimento de 39 ton/ha. Já, em 1945, a área plantada era de 94.313 ha e a produção 4.090.065 ton. de cana enquanto o rendimento chegava a 47/ton/ha.

É assim que, durante o período que vai do início da atuação efetiva do I.A.A. (1935/36) até o início da fase de industrialização mais intensiva, nos anos 50, São Paulo vai criando as condições necessárias para a ampliação e modernização das suas usinas. Deste modo, logo no início da década de 50, São Paulo tornou-se o principal Estado produtor do açúcar do país.

#### A Ascensão da Agroindústria Açucareira Paulista: Formação do Mercado Nacional

Fundamentalmente, dois fatores foram responsáveis pela mudança na posição ocupada por São Paulo. O primeiro, está ligado ao processo de formação do mercado nacional, iniciado no fim do século passado e que toma impulso durante a 1ª Guerra Mundial, acelerando-se principalmente na década dos 30. O segundo está direta e fortemente

intervenção do Estado na agroindústria açucareira, política iniciada, logo no início da década dos 30.

A crise Mundial de 1929, cujos efeitos se fizeram sentir até o início da 2ª Guerra Mundial, provocou uma depressão nos preços dos nossos produtos de exportação. O açúcar foi um deles. Desta maneira, a economia brasileira teve, de certa forma, que "fechar-se sobre si mesma". Abre-se, assim, a possibilidade da substituição de artigos manufaturados por produtos da indústria nacional, movimento este que, iniciado na década dos 30, progressivamente se confirma nas duas décadas seguintes.

O que se observou é que aqueles que "puderam aproveitar de um mercado local mais amplo e de uma tradição industrial mais antiga se beneficiaram destes fatores e, deste modo, a industrialização foi acompanhada por um processo de concentração, que já vinha de antes mas que se acentua neste período "(Singer 1968:328). É assim que as indústrias do Rio de Janeiro e principalmente, de São Paulo se beneficiam deste processo.

No caso da agroindústria açucareira, o processo acima referido, tornou viável o aparecimento em São Paulo, de indústrias voltadas para a construção de equipamentos utilizados pelas usinas da área paulista. Em Piracicaba surgiram em 1920, as "OFICINAS DEDINI" dedicadas, inicialmente, à fabricação e preparo de pequenas moendas, caldeiras e outros equipamentos utilizados pelas usinas e destilarias. Em 1943 é fundada a CODISTIL- Construtora de Destilarias Dedini S/A., fabricando aparelhos e

equipamento para a produção de álcool e aguardente. Nessa época surge também a MAUSA - Metalurgica de Acessórios para Usinas S/A produzindo equipamento para as indústrias de açúcar e papel.

No Apêndice I aparece uma relação dos equipamentos fabricados pela M. DEDINI S/A - METALÚRGICA (antiga Oficinas Dedinini), o início de sua fabricação e a origem das patentes.

Os aparelhos utilizados nas fundações dos Engenheiros Centrais eram de procedência francesa, inglesa e também alemã. O que os dados do Apêndice I revelam de interessante são alguns aparelhos que passaram a ser fabricados no Brasil ou através do aluguel de patentes ou através do Know how próprio da M. DEDINI. Vale notar que existiram situações durante o "processo de substituição de importações", em que as indústrias nacionais de equipamentos para usinas e destilarias chegaram a produzir certos componentes, sem a devida licença do fabricante estrangeiro, o que acabou gerando sérios conflitos.

Aqui, neste setor da economia brasileira, presenciamos também uma das características da nova fase do desenvolvimento tecnológico, isto é, a exportação de capital com finalidades de aproveitar e amortizar os gastos enormes em pesquisa de modo que "a grande função da exportação de capitais, no passado era a de estimular a exportação de máquinas, equipamentos e componentes, além de matéria prima. Hoje, sobretudo, sua função é expandir a exportação de patentes" (Singer, 1971:48).

A Ascensão da Agroindústria Açucareira Paulista:

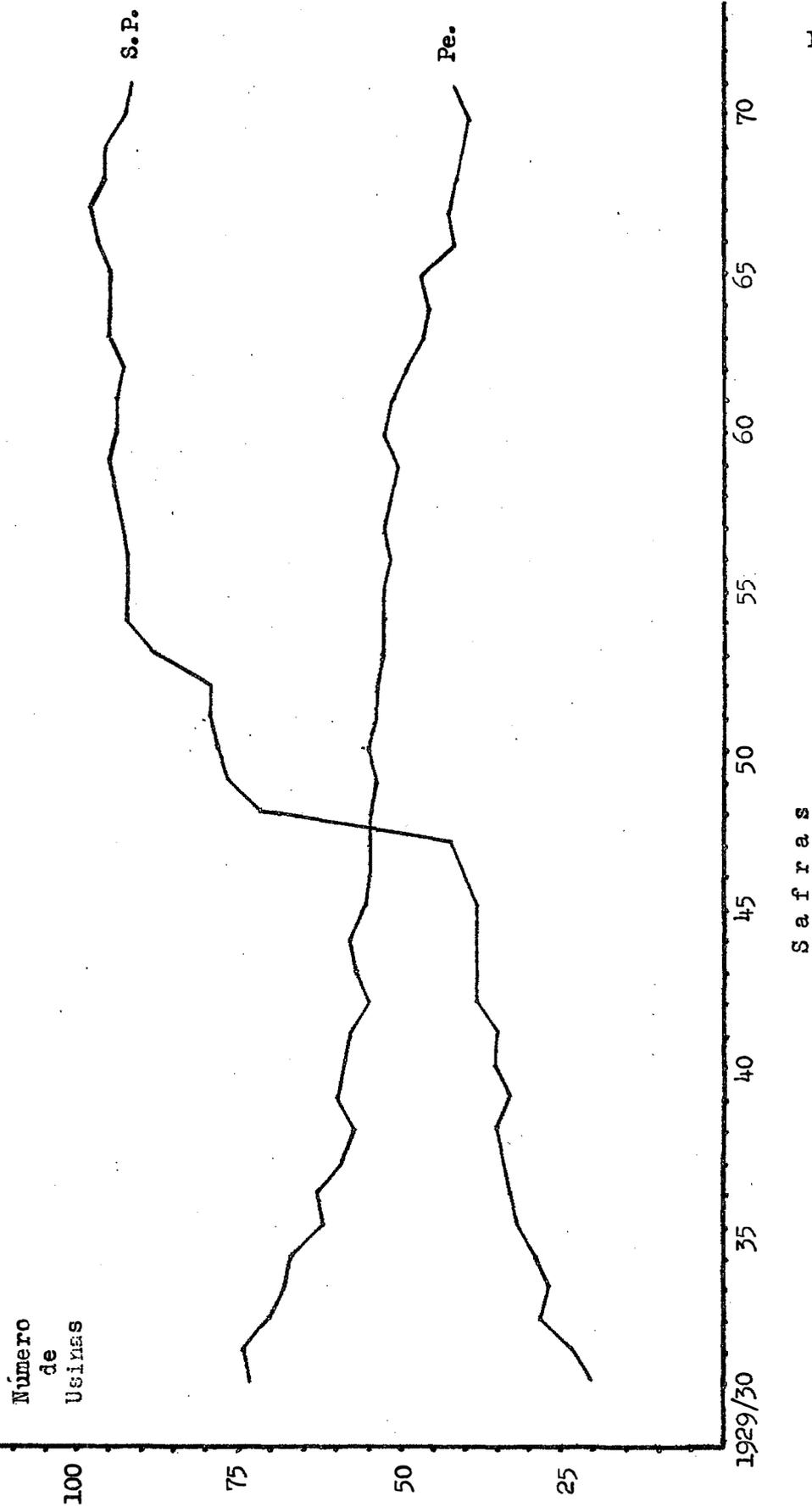
A Intervenção Estatal e os Efeitos da II Guerra Mundial

A Ação do Estado, o segundo fator importante na ascensão da agroindústria paulista, forneceu o passo seguinte à limitação da produção, em 1933, (1) quando modificou a legislação vigente, na qual alterava a quota de produção de açúcar paulista provocando o crescimento numérico das usinas e também (2) criando o Estatuto da Lavoura Canavieira.

O que importa analisar é de que modo a evolução das usinas em São Paulo foi afetada pelas alterações provocadas na legislação nacional. O grande salto quantitativo e qualitativo no setor industrial das usinas paulistas se dá na safra de 1947/48. O número de usinas em São Paulo cresce lenta mas constantemente até aquela safra: de um total de 20 na safra de 1929/30, passa para 34 na safra de 1940/41 e 42 na safra de 1946/47. Porém, na safra seguinte, a de 1947/48, o número se eleva para 71 usinas como se observa na Figura 1.

Este crescimento está relacionado com a mudança ocorrida no plano de limitação do Instituto do Açúcar e do Alcool, quando surgiu em 10/9/1940, o Decreto Lei Nº 9827 autorizando o I.A.A. a proceder a uma revisão geral das quotas de produção de açúcar de usina, atribuídas a cada um dos Estados ou Territórios, tendo em vista:

Figura 1. Evolução do Número de Usinas. Estados de São Paulo e Pernambuco.  
Safras de 1929/30 a 1970/71.



- a) as exigências do consumo;
- b) os índices de expansão da produção de açúcar de cada unidade federal;
- c) os déficits verificados entre a produção e o consumo dos Estados importadores;
- d) o reajustamento das usinas sub-limitadas (Velloso 1955: 129-131)

O citado decreto estabelecia ainda que o I.A.A. promoveria o necessário reajustamento das usinas sublimitadas quanto aos aumentos de quotas fixados para cada Estado. E as sobras restantes do referido reajustamento seriam destinadas:

- a) a concessão de quotas a engenhos turbinadores para a sua transformação em usinas;
- b) à fundação de novas fábricas.

Pela Resolução nº 125 de 14/9/46 (Velloso, 1955: 143-146) ficavam estabelecidas as normas para a execução do Decreto-Lei nº 9827, relativas à expansão da produção açucareira do País: a quota geral de produção de açúcar de usina ficava elevada para 23.000.000 de sacos de 60 kg.

A quota global de produção de açúcar de usina de São Paulo passava para 5.000.000 de sacos de 60 kg assim discriminada:

- a) quotas das usinas antigas ..... 2.897.710

b) quotas das novas usinas já instaladas ou na dependência de instalação.....	339.531
c) quotas atuais dos turbinadores. ....	34.026
d) parcela do aumento destinado ao reajustamento das antigas usinas. ....	887.977
e) parcela do aumento destinado à regularização dos turbinadores e à montagem de novas fábricas. ....	840.756
TOTAL .....	5.000.000

Desta forma, São Paulo ganhava um aumento substancial na sua quota de produção e também no seu número de usinas. Este aumento era o resultado da incorporação de novas usinas e fundamentalmente de engenhos turbinadores. O que caracterizava os engenhos turbinadores era a ausência de cozedores a vácuo ( nos engenhos turbinadores, o cozimento é feito em tachos abertos).

A exigência do Instituto era a de que, para se transformarem em usinas, aqueles engenhos teriam que adotar o cozedor a vácuo. Isto representou um melhoramento importante para o parque açucareiro paulista. Por exemplo, na safra de 1946/47 havia 43 usinas com turbina e vácuo e 107 só com turbinas (engenhos turbinadores). Na safra seguinte os dados revelam 78 usinas com turbina e vácuo e 75 só com turbina.

Esse crescimento numérico está intimamente ligado aos efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a nossa economia. O Go-

verno brasileiro, através da Portaria nº 49, da extinta Coordenação de Mobilização Econômica, autorizava enquanto durassem os efeitos da guerra, a instalação de engenhos de açúcar de produção até 400 sacos, sem outra qualquer formalidade senão a de comunicação do fato, pelo interessado, à Prefeitura local.

A medida tinha o propósito de remediar uma situação de falta de açúcar no centro-sul do país, decorrente da impossibilidade de se fazer normalmente o abastecimento da região com o açúcar do Nordeste, por falta quase absoluta de transporte marítimo, afetado grandemente pelo torpedeamento dos nossos navios.

Daí, para a aceitação indiscriminada de inscrições nas Prefeituras foi um pulo. Isto deu margem a que considerável número de pessoas que nunca haviam cuidado de açúcar e que, as vezes, nem tinham terras, fossem sumariamente consideradas detentoras legais de quotas de produção de 400 sacos de açúcar bangüê.

A seguir, todas essas quotas foram devidamente sacramentadas com a inscrição dos seus possuidores no Instituto como legítimos produtores de açúcar, na categoria de engenho.

Continuando na evolução do processo, os grupos interessados na indústria do açúcar pela eventual valorização que o produto apresentava na região centro-sul, ainda em consequência dos efeitos da guerra, iniciaram a instalação de novas usinas no Estado de São Paulo, partindo da fusão daquelas quotas de 400 sacos até ser atingido o volume de 3.000 sacos, mínimo exigido pelo artigo 171 do Estatuto da Lavoura Canavieira para a transformação de engenhos em usinas.

Desta maneira bastava que os interessados reunissem 8 daquelas quotas para conseguir instalar legalmente uma nova usina.

O que aconteceu a seguir foi que essa prática resultou naquele considerável aumento na produção de açúcar do Estado de São Paulo.

Este processo foi interrompido pela Resolução 370/50, de 15/3/50, quando então as inscrições de engenhos já processadas e devidamente registradas no Cadastro de Produtores do Instituto foram respeitadas.

É assim que São Paulo no período de 1949 a 1957 aumentou a sua produção de açúcar em 312%, enquanto Pernambuco no mesmo período aumentou de 193%.

A evolução das usinas paulistas quando comparadas às pernambucanas, apresenta elementos interessantes para a nossa análise: São Paulo ocupa hoje a mesma posição ocupada por Pernambuco quando do início da política de limitação da produção, isto é, na safra de 1930/31, Pernambuco respondia por 37,7% da produção nacional e São Paulo 13,4%. Na safra de 1970/71, São Paulo representava 47,5% da produção brasileira e Pernambuco 18,4%.

Analisando, por exemplo, os dados das Tabelas 11 e 12 onde temos a porcentagem do número de usinas paulistas e pernambucanas com produção até 50.000 sacos de açúcar notamos que, enquanto o número de usinas de Pernambuco diminuía constantemente, as usinas paulistas experimentam um rápido crescimento, exatamente, no período da entrada em vigor do Decreto Lei nº 9827, de

Tabela 11: Número e Porcentagem de Usinas de Acorde com a Capacidade de Produção das Usinas de Açúcar e Alcool

Capacidade de Produção (1.000 sacas de 60 kg)

SAFRAS	até 50		50-100		100-200		200-300		300-400		400-500		500-600		600-700		700-800		800-900		900-1000		+ 1000		TOTALS				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1929/30	11	55,0	4	20,0	5	25,0																					20	100,0	
1930/31	14	60,8	5	21,8	4	17,4																						23	100,0
1931/32	18	64,3	2	7,1	8	28,6																						28	100,0
1932/33	17	63,0	1	3,7	9	33,3																						27	100,0
1933/34	17	58,6	4	13,8	8	27,6																						29	100,0
1934/35	20	62,5	4	12,5	8	25,0																						32	100,0
1935/36	21	63,6	3	9,1	6	18,2	3	9,1																				33	100,0
1936/37	21	61,7	4	11,8	7	20,6	2	5,9																				34	100,0
1937/38	21	58,8	5	14,7	5	14,7	4	11,8																				35	100,0
1938/39	19	57,6	6	18,2	2	6,0																						35	100,0
1939/40	20	58,8	5	14,7	5	14,7	4	11,8																				33	100,0
1940/41	20	58,8	5	14,7	4	11,8	5	14,7																				34	100,0
1941/42	23	60,5	6	15,8	8	20,1	1	2,6																				34	100,0
1942/43	22	57,9	7	18,4	5	13,1	2	5,3	2	5,3																		38	100,0
1943/44	22	57,9	7	18,4	3	7,9	4	10,5	2	5,3																		38	100,0
1944/45	20	52,6	9	23,7	2	5,3	6	15,8	1	2,6																		38	100,0
1945/46	21	52,5	8	20,0	7	17,5	3	7,5	1	2,6																		40	100,0
1946/47	19	43,2	10	23,8	4	9,5	5	11,9	3	7,2	1	2,4																42	100,0
1947/48	40	56,3	14	19,7	7	9,9	6	8,5	3	4,2	1	1,4																71	100,0
1948/49	44	57,9	15	19,7	7	9,2	7	9,2	2	2,7																		76	100,0
1949/50	45	57,7	16	20,5	7	9,0	7	9,0	2	2,5	1	1,3																78	100,0
1950/51	40	50,7	20	25,3	8	10,1	5	6,3	5	6,3																		79	100,0
1951/52	30	38,0	24	30,4	13	16,5	4	5,0	6	7,6																		79	100,0
1952/53	33	37,5	25	28,4	17	19,3	5	5,7	5	5,7																		88	100,0
1953/54	31	33,7	25	27,2	18	19,5	5	5,4	9	9,8																		92	100,0
1954/55	18	19,5	31	33,7	23	25,0	6	6,5	8	8,7																		92	100,0
1955/56	20	21,7	30	32,6	24	26,1	9	9,8	5	5,4																		92	100,0
1956/57	21	22,6	27	29,0	26	28,0	7	7,5	5	5,4																		93	100,0
1957/58	11	11,7	19	20,2	34	36,2	10	10,6	8	8,5																		94	100,0
1958/59	6	6,3	11	11,5	36	38,0	13	13,7	10	10,5																		95	100,0
1959/60	8	8,5	17	18,0	35	37,2	14	14,9	5	5,3																		94	100,0
1960/61	7	7,5	10	10,6	39	41,5	13	13,7	7	7,5																		94	100,0
1961/62	4	4,3	15	16,2	35	37,6	15	16,2	6	6,4																		93	100,0
1962/63	6	6,4	12	12,7	32	34,0	17	18,1	9	9,5																		94	100,0
1963/64	5	5,3	14	14,9	34	36,1	10	10,6	15	15,9																		94	100,0
1964/65	9	9,6	8	8,5	31	33,0	16	17,0	11	11,7																		94	100,0
1965/66	5	5,2	6	6,2	14	14,4	24	24,7	14	14,4																		94	100,0
1966/67	3	3,1	11	11,2	33	33,6	15	15,3	11	11,2																		97	100,0
1967/68	1	1,0	1	1,0	41	42,7	18	18,8	9	9,4																		98	100,0
1968/69	5	5,2	7	7,3	20	20,8	25	26,1	10	10,4																		96	100,0
1969/70	1	1,0	5	5,4	32	34,4	18	19,3	12	12,8																		93	100,0
1970/71	0	0,0	1	1,1	9	9,8	36	39,1	11	12,0																		92	100,0

Fonte: I.A.A.

(\*) Usinas que funcionaram no período.

Tabela 12: Número e Percentagem de Usinas de Acordo com a Capacidade de Produção nas Safras de 1929/30 a 1970/71. Estado de Pernambuco (\*)

Capacidade de Produção (1.000 sacas)

SAFRAS	até 50		50-100		100-200		200-300		300-400		400-500		500-600		600-700		700-800		800-900		900-1000		+ 1000		TOTALS				
	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z	Nº	Z			
1929/30	36	49,3	21	28,8	14	19,1	1	1,4																			73	100,0	
1930/31	49	66,2	19	25,7	4	5,4	2	2,7																				74	100,0
1931/32	39	55,7	21	30,0	8	11,5	1	1,4																				70	100,0
1932/33	40	58,8	20	39,4	7	10,3	1	1,5																				68	100,0
1933/34	44	65,7	16	23,9	5	7,4	1	1,5																				67	100,0
1934/35	28	45,2	25	40,3	4	6,5	3	0,8																				62	100,0
1935/36	26	41,2	25	39,7	8	12,7	2	3,2																				63	100,0
1936/37	47	79,7	9	15,2	3	5,1																						59	100,0
1937/38	37	64,9	12	21,1	5	8,8	2	3,5																				57	100,0
1938/39	23	38,3	22	36,7	10	16,7	2	3,3																				60	100,0
1939/40	22	37,3	20	33,9	12	20,3	3	5,1																				59	100,0
1940/41	21	36,2	21	36,2	12	20,6	2	3,5																				58	100,0
1941/42	19	34,5	22	41,0	10	18,2	3	5,5																				55	100,0
1942/43	22	38,6	16	28,1	14	24,6	2	3,5																				57	100,0
1943/44	19	32,7	17	29,3	17	29,3	2	3,5																				58	100,0
1944/45	21	37,5	17	30,4	15	26,8																						56	100,0
1945/46	19	34,6	17	31,0	15	27,3	2	3,7																				55	100,0
1946/47	16	29,1	14	23,5	20	36,4	2	3,7																				55	100,0
1947/48	14	25,4	8	14,5	24	43,7	5	9,1																				55	100,0
1948/49	9	16,7	11	20,4	25	46,3	5	9,3																				54	100,0
1949/50	12	21,8	18	32,7	19	34,6	4	7,3																				55	100,0
1950/51	11	20,4	8	14,8	24	44,6	8	14,8																				54	100,0
1951/52	10	18,5	7	13,0	27	50,0	5	9,3																				54	100,0
1952/53	8	15,1	6	11,3	22	41,5	10	18,8																				53	100,0
1953/54	9	17,0	9	17,0	17	32,1	11	20,7																				53	100,0
1954/55	11	20,7	7	13,2	17	32,1	8	15,1																				53	100,0
1955/56	10	19,3	4	7,7	13	23,0	14	26,9																				52	100,0
1956/57	9	17,0	5	9,4	17	32,1	11	20,7																				53	100,0
1957/58	9	17,3	4	7,7	17	32,7	10	19,2																				52	100,0
1958/59	9	17,0	2	3,9	18	35,3	12	23,5																				51	100,0
1959/60	9	17,0	4	7,5	12	22,6	13	24,5																				53	100,0
1960/61	7	13,5	5	9,6	14	26,9	11	21,1																				52	100,0
1961/62	6	12,0	3	6,0	10	20,0	15	30,0																				50	100,0
1962/63	5	10,6	3	6,4	19	40,4	11	23,4																				47	100,0
1963/64	5	10,9	2	4,3	13	28,3	14	30,4																				46	100,0
1964/65	5	10,6	3	6,4	10	21,3	13	27,8																				47	100,0
1965/66	4	9,3	2	4,6	7	16,3	8	18,6																				42	100,0
1966/67	4	9,5	-	0,0	6	14,3	10	23,8																				43	100,0
1967/68	6	14,7	1	2,4	9	22,0	8	19,5																				41	100,0
1968/69	3	7,5	3	7,5	4	10,0	9	22,5																				40	100,0
1969/70	3	7,5	1	2,4	3	7,1	12	28,6																				42	100,0
1970/71	3	7,1	1	2,4	3	7,1	12	28,6																				40	100,0

Fonte: I.A.A. Safras 1929/30 a 1970/71

(\*) Usinas que funcionaram no período.

10/9/1946. Esse crescimento se verificou nas safras, de 1947/48 a 1949/50, quando a porcentagem começou a cair, ao mesmo tempo que teve início o crescimento do número de usinas com produção entre 50.000 e 100.000 sacos de açúcar. Quanto a Pernambuco, a porcentagem do número de usinas com produção variando entre 50.000 e 100.000 também decresce constantemente no mesmo período. Um fato importante, a ser notado, é que o número de usinas de Pernambuco foi decrescendo constantemente (eram 60 na safra 1939/40), nas últimas quatro décadas, chegando a 42 na safra de 1970/71; São Paulo ao contrário foi aumentando o seu número até a safra de 1966/67 quando atingiu o seu número máximo, isto é, 98, quando passou a diminuir, chegando a 92 na safra de 1970/71.

Com relação às usinas com produção de 100.000 a 200.000 sacos de açúcar, as usinas paulistas começaram a aumentar significativamente somente a partir da safra de 1951/52 crescendo até a safra de 1960/61, quando começou a decrescer o seu número e a crescer a da faixa seguinte, de 200.000 a 300.000 sacos. Com relação a Pernambuco, o crescimento começou bem antes, já na safra de 1942/43, indo num crescente até a safra de 1951/52; quando a faixa seguinte de usinas começou a crescer.

Esses dados revelam que as usinas de Pernambuco desde o início do período de intervenção eram porcentualmente de maior porte que as de São Paulo. Os dados revelam também que a evolução das usinas paulistas passou a ocorrer mais intensamente a partir da safra de 1947/48, primeiro com a incorporação dos engenhos turbinadores e, logo depois, pela transformação dos mesmos em

usinas com capacidades que iam de 50.000 a 100.000 e, ainda depois, (a partir de 1951/52) em usinas de 100.000 a 200.000 sacos.

Isto não acontece por mera coincidência. As usinas de São Paulo, que já se haviam beneficiando muito mais que as do resto do País e, mais notadamente, que as de Pernambuco, voltam a se beneficiar com a Resolução nº 501, de 1 de fevereiro de 1951 a qual estabelecerá novas normas relativas à expansão da produção açucareira no País (Velloso. 1955: 359-365). Ficava elevada de 23.220.794 para 33.364.158 sacos de 60 quilos a quota global de produção de açúcar das usinas do país, "para atender ao consumo nacional previsto até a safra de 1956/57" (Velloso, 1955:359). Logo depois pela Resolução Nº 647/52, de 6 de fevereiro de 1952 (Velloso, 1955:433-434) ficava elevada de 33.364.158 para 36.700.573 sacos de 60 quilos a quota global de produção de açúcar de usina do país.

O reflexo imediato dessas resoluções é que já na safra de 1951/52 São Paulo igualou a sua produção à de Pernambuco e na safra de 1953/54 superou a produção pernambucana. Esta continuou a cair. Na safra de 1970/71 Pernambuco foi responsável por apenas 18,4% da produção nacional de açúcar, enquanto São Paulo passou para 47,5%, invertendo-se a posição de 40 anos atrás.

Outro fato importante é que, a partir do início da década de 1950, as usinas paulistas começaram a aumentar suas produções graças aos melhoramentos introduzidos no seu setor industrial. Na safra de 1949/50, por exemplo, São Paulo apresentava o seguinte quadro: de um total de 78 usinas, 40 (57,7%) estavam na

faixa de até 50.000 sacos de produção; 20 (25,3%) na faixa de 50.000 a 100.000; 8 (10,1%) com produção entre 100.000 e 200.000 sacos; 5 (6,3%) na faixa de 200.000 a 300.000 sacos; 5 (6,3%) entre 300.000 a 400.000 sacos e apenas 1 com produção superior a 400.000 sacos. Durante a mesma safra Pernambuco possuía 54 usinas assim distribuídas quanto à produção: 11 (20,4%) com menos de 50.000 sacos; 8 (14,8%) com 50.000 a 100.000 sacos; 24 (44,6%) entre 100.000 e 200.000 sacos; 8 (14,8%) entre 200.000 e 700.000; 1 entre 400.000 e 500.000; 1 entre 500.000 e 600.000 e 1 entre 500.000 e 600.000. Do ponto de vista da produção industrial a vantagem estava com as usinas de Pernambuco.

No final da década dos 50, mais exatamente na safra 1958/59, a situação se apresentava desta maneira, em São Paulo: de um total de 95 que funcionaram naquela safra, 6 delas (6,3%) eram de 50.000 sacos; 11 (11,6%) eram de 50.000 a 100.000 sacos; 36 (38,0%) de 100.000 a 200.000 sacos; 13 (13,7%) de 200.000 a 300.000 sacos; 10 (10,5%) de 300.000 a 400.000 sacos; 5 (5,3%) de 400.000 a 500.000 sacos; 5 (5,3%) de 500.000 a 600.000 sacos; 4 (4,2%) de 600.000 a 700.000 sacos; 1 de 800.000 a 900.000 sacos; 2 de 900.000 a 1.000.000 de sacos; 1 de 1.000.000 a 1.100.000 e finalmente uma só usina (a Usina da Barra) produzindo 1.301.134 sacos de açúcar.

Na mesma safra era a seguinte a situação de Pernambuco: de um total de 51 usinas funcionando, 9 (17,7%) tiveram uma pro-

dução de 50.000 sacos; 2 (3,9%) de 50.000 a 100.000 sacos; 18 (35,3%) de 100.000 a 200.000 sacos; 12 (23,5%) de 200.000 a 300.000 sacos; 5 (9,8%) de 300.000 a 400.000 sacos; 2 (3,9%) entre 400.000 e 500.000 sacos; 1 (2,0%) de 800.000 a 900.000 e 2 de 900.000 a 1.000.000 sacos.

Dois fatos merecem destaque: o rápido desaparecimento, em São Paulo, das usinas com produção até 50.000 sacos e o aparecimento das grandes usinas de tal modo que as quatro maiores usinas paulistas produziam na safra de 1958/59 a quantia de 5.028.542 sacos o que correspondeu a cerca de 20% do total produzido no Estado. Comparados à produção de Pernambuco, as mesmas usinas tiveram uma produção equivalente a cerca de 44% do total de açúcar produzido naquele Estado.

Indo um pouco mais além, na última safra, de 1970/71, São Paulo já não mais possuía usinas com 50.000 sacos. Contava com apenas uma usina no estrato de 50.000 a 100.000 sacos. Com produção superior a 1.000.000 sacos haviam 5 usinas que produziam 7.561.103 sacos (cerca de 19% da produção total de São Paulo e o equivalente a 48% do total produzido em Pernambuco. Somente uma usina em São Paulo, a Usina da Barra, produziu o equivalente a quase 14% do total produzido em Pernambuco.

## A Concentração Industrial do Açúcar

Um exame em profundidade da economia açucareira nacional revela que na área centro-sul, notadamente São Paulo, o fenômeno é de concentração industrial enquanto que, na região norte-nordeste, principalmente Pernambuco, o que ocorre é a presença do latifúndio monocultor canavieiro. (Carneiro, 1968).

Em São Paulo, dado que a terra não vem sendo trabalhada, em extensão, mas com emprego de tecnologia moderna o resultado é uma lavoura de cana-de-açúcar de padrões capitalistas com índices de produtividade mais elevados. Assim na safra de 1966/67 o rendimento agrícola médio ficou ao redor de 82 t/ha. As secas baixaram esse valor para menos de 60 t/ha nas safras de 1967/68, 1968/69 e 1969/70. Já na safra de 1970/71 o rendimento agrícola estava ao redor de 68 t/ha.

O emprego de fatores de produção, na cultura da cana para os dois Estados revela uma situação que se extrema entre as duas regiões canavieiras do país. É o que revelam os dados da Tabela 13 para São Paulo e Pernambuco:

Tabela (13) Emprego de Fatores de Produção na Cultura da Cana de Açúcar nos Estados de São Paulo e Pernambuco, Safra de 1965/66 (em ha).

Discriminação	P E R N A M B U C O				S Ã O P A U L O							
	Homens dia	Animais dia	Maquinas dia	Sementes ton.	Produtos químicos (kg)	Açúcar (kg)	Homens dia	Animais dia	Maquinas dia	Sementes ton.	Produtos químicos (kg)	Açúcar (kg)
Usinas	112,09	17,98	0,56	1,38	0,15	0,04	29,63	1,54	6,73	1,72	0,99	0,86
Fornecedores	98,20	10,60	0,10	1,50	1,90	0,02	37,40	4,80	4,80	1,60	0,30	0,15
Média	105,14	14,29	0,33	1,44	1,03	0,03	33,51	3,17	5,76	1,66	0,64	0,50

Fonte: Carneiro (1968: 30).

Observa-se que o emprego da mão-de-obra em São Paulo é cerca de um quarto da força de trabalho utilizada em Pernambuco. O uso de animais é também menos acentuado no Estado de São Paulo que utiliza cerca de 12 vezes mais equipamentos e máquinas que Pernambuco.

Outro indicador que caracteriza o desenvolvimento tecnológico tanto do setor agrícola como industrial e o número de dias efetivos de moagem de cana das usinas dos Estados de São Paulo e Pernambuco. Os dados estão na tabela 14 abaixo:

Tabela 14. Dias Efetivos de Moagem de Cana das Usinas dos Estados de São Paulo e Pernambuco. Safra 1970/71.

Dias de Moagem	U S I N A S			
	Pernambuco		São Paulo	
	Nº	%	Nº	%
até 90	2	4,8	12	13,0
90-120	4	9,5	38	41,4
120-150	12	28,6	35	38,0
150-180	19	45,2	7	7,6
180-210	5	11,9	0	0
TOTAL	42	100,0	92	100,0

Fonte: I.A.A., 1971

Verifica-se que 92,4% das usinas de São Paulo completam a moagem dentro do prazo estipulado pela legislação, isto é, 150 dias de moagem. Pernambuco, ao contrário, apresenta cerca de 57% das suas usinas com mais de 150 dias de moagem, possuindo 5 usinas que levam de 180 a 210 dias de moagem.

Sendo a atividade açucareira concentradora de renda, a empresa de açúcar tende a se apresentar extremamente fechada. Embora organizada, em geral, na forma de sociedades anônimas, o poder fica concentrado na pessoa do proprietário ou do grupo familiar à que está vinculado. Este fato é verdadeiro qualquer que seja a região do país. Em São Paulo a indústria açucareira encontra-se em mãos de grupos familiares como indica a Tabela 15 que segue:

Tabela 15. Concentração da Produção de Açúcar no Estado de São Paulo segundo Quota Oficial Safra 1971/72.

Grupos Açucareiros	Nº Usinas	Produção (sacos 60 kg)	% sobre o Total Produção
1) OMETTO	15 (1)	10.594.530	24,9
Sub-grupos			
P.Ometto S.A.	(5	4.227.376)	
Luís e João Ometto e sucessores Constante Ometto	(5	3.850.386)	
H. Ometto	(3	1.912.101)	
J. Ometto	(1	320.489)	
Família Ometto	(1	284.187)	
2) Silva Gordo	5	4.213.338	9,9
3) Biagi	3	2.512.618	5,9
4) Zillo-Lorenzetti	2	2.021.493	4,8
5) A. Balbo	2	1.219.963	2,9
6) Coury, Furlan, Bar-richello	3 (2)	1.182.318	2,8
7) Virgulino Oliveira	2	1.173.924	2,8
8) Corona	2	1.139.108	2,7
9) J. W. Atalla	2	1.059.264	2,5
10) Marchesi	3	1.006.221	2,4
11) Renato R. Barbosa	2	738.707	1,7
12) Cury	2	641.130	1,5
13) Brunelli	2	443.661	1,0
14) Belodi	2	411.633	0,9
15) Malzoni	2	405.340	0,9
Outras Usinas	41	13.617.819	32,2
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>42.381.070</b>	<b>100,0</b>

(1) Com excessão do grupo P.Ometto S/A, os demais grupos sofrem vinculação e comando acionário na constituição do capital de suas empresas.

(2) Este grupo está incorporando as Usinas Porto Feliz e Rafard.

Nota-se que 49 usinas pertencentes aos principais grupos açucareiros são responsáveis por 67,8% da produção paulista de açúcar. Somente o grupo multifamiliar OMBETTO responde por cerca de 25% da produção de açúcar, dispondo de 15 usinas, num total de 90 para a safra 1971/72. A produção deste grupo (cerca de 10.500.000 de sacas) é maior que a produção do Estado de Alagoas (perto de 9.000.000 de sacas).

Outro fato importante é a origem dessa nova burguesia industrial do açúcar. Na grande maioria, os grupos açucareiros são formados por elementos, no geral, descendentes de imigrantes. A participação de elementos pertencentes a antiga aristocracia rural paulista é praticamente nula. A formação desses grupos coincide de certa forma com o desenvolvimento industrial desencadeado em São Paulo na década de 20. Alguns nomes, como proprietários de usinas de açúcar, começam a aparecer nas páginas do Anuario Açucareiro de 1936 a 1940. <sup>8/</sup> Este usineiro é um tipo social que "já não é mais um representante da lavoura e dos canaviais, mas da burguesia urbana" (Azevedo, 1948:237).

Outro fato ainda a chamar a atenção é o da concentração industrial. Essa tendência para a concentração que espontaneamente se verificou, tenderá a se acelerar após o Decre-

---

<sup>8/</sup> Medina (1963) é de opinião que a desintegração das fazendas de café na região de Sertãozinho, Estado de São Paulo, permitem o surgimento dos antigos colonos de café, principalmente daqueles que trabalhavam no comércio e assim conseguiram recursos para comprar terras. O que explica a origem dos grupos que compõem a burguesia industrial do açúcar.

to-Lei 1186 de 26/8/71 relativo à fusão, incorporação e reloca-  
lização de usinas de açúcar em todo o País. "Tais medidas re-  
presentam a base da reformulação da política açucareira, uma vez  
que permite a formação de engenhos centrais, mediante a incorpo-  
ração de fábricas menores, deficitárias, que vêm subsistindo a-  
penas com base no subsídio oficial" (O Estado de São Paulo, 9/  
10/71).

Desta maneira tanto as usinas que se integrarem den-  
tro do novo esquema gozarão de incentivos fiscais como também  
os fornecedores de cana que incorporarem novas quotas de forne-  
cimento às que já possuíam.

A concentração industrial adquire uma importância mui-  
to grande se considerarmos que da safra 1970/71 para a deste  
ano, nada menos do que 8 usinas foram incorporadas. Quotas de  
produção de açúcar foram também adquiridas dos Estado do Paraná,  
Santa Catarina, Mato Grosso e Minas Gerais, pelos grupos usinei-  
ros de São Paulo.

#### A Ascensão da Agroindústria Açucareira Paulista:

##### O Estatuto da Lavoura Canavieira.

A criação do Estatuto da Lavoura Canavieira, na opi-  
nião dos seus idealizadores, visava disciplinar as relações en-  
tre industriais, donos das fábricas e os plantadores de cana,  
uma necessidade "tão velha, no Brasil, quanto a própria indús-

tria do açúcar" (Lima, 1941:5). O argumento fundamental levantado (Lima, 1941; Miranda, 1943), foi o de que, após o fracasso do projeto dos Engenhos Centrais, surgiram as Usinas que logo iniciaram um processo de concentração fundiária, colocando em risco a existência já precária dos plantadores de cana (Lima, 1941:27-39). Havia então que "proteger" os plantadores tendo em vista a perspectiva dos usineiros de "monopolisar os benefícios derivados da política de defesa do açúcar, sob o estímulo dos preços remuneradores" (Miranda, 1943:122), visto que o Instituto do Açúcar e do Alcool "criado a instâncias dos usineiros para prevenir a derrocada de sua indústria, limitava-se a coordenar os fatores principais da produção, a fim de garantir o equilíbrio do mercado e assegurar a saída para os excessos de produção" (Miranda, 1943: 115-116). Apresentava ainda o Instituto segundo o mesmo autor uma outra falha na sua organização, "não tanto na supremacia da representação dos usineiros, como na ineficiência da dos plantadores" (Miranda, 1943:117). De modo que, dominada a crise e limitada a produção do açúcar, seria inevitável o surgimento dos "instintos de ganho industrial" mediante o sacrifício das outras classes ligadas à produção e que não possuíam representação eficiente no órgão responsável pela economia açucareira (Miranda, 1943, 117-119). Ficava, assim, justificada a criação de um Estatuto que disciplinaria as relações usineiros - plantadores de cana, como pode ser visto no Texto e na Exposição de Motivos, que o Presidente do Instituto

do Açúcar e do Alcool, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, enviou ao Sr. Presidente da República, Getúlio Vargas, projeto este que depois foi convertido no Decreto-Lei nº 3855, de 21 de novembro de 1941 criando o Estatuto da Lavoura Canavieira (Lima, 1941-182).

Disciplinar as relações usineiros-plantadores era verdadeiro, pelo menos no que tangia ao Nordeste e Campos, no Estado do Rio, onde a grande luta na história da agricultura da cana-de-açúcar se revelava principalmente na disputa pelo preço da cana pago aos plantadores pelas usinas. Para ver que a luta é secular basta consultar a obra de Antonil, de 1711: Cultura e Opulência do Brasil, no seu capítulo III: "Como se há de haver o Senhor de Engenho com os lavradores e outros vizinhos, e estes com o Senhor" (Antonil, 1968: 94-95) ou então a obra de Luiz dos Santos Vilhena, Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas, de 1802. <sup>9/</sup>

Porém, para o caso de São Paulo, disciplinar as relações entre usineiros e plantadores não era a verdadeira questão. Em São Paulo, quando a indústria açucareira voltou à antiga região onde já havia alcançado grande prosperidade - Campinas, Piracicaba, Porto Feliz, etc. - a "tradição açucareira"

---

<sup>9/</sup> Para outras informações sobre as relações jurídicas, econômicas e sociais entre industriais e plantadores de cana, ver Jungamann (1971:10:18) e Andrade (1963, 97:124).

não mais existia, interrompida que fora pelo esplendor do café (Carli, 1943:93). O que se procurava obter com semelhante legislação era impedir que a "luta secular", entre os donos das fábricas e os plantadores, se instalasse nos canaviais paulistas colocando em perigo a expansão da sua economia açucareira. Deve ser lembrado também que nesse período as relações entre o Nordeste, principalmente Pernambuco, e o centro dinâmico da economia do país (mais precisamente São Paulo) estavam se modificando rapidamente em consequência do surto industrial. Antes disso, o Nordeste com as vendas principalmente de açúcar e algodão no mercado interno conseguia divisas com as quais comprava produtos manufaturados do exterior. Esta situação começou a mudar com a industrialização acelerada, isto é, o Nordeste passou a trocar as matérias-primas que produzia por produtos manufaturados da região Centro-Sul. Enquanto na primeira situação "havia uma possibilidade potencial de substituição de importações, já que o mercado interno do Nordeste podia ser protegido da competição estrangeira ... na situação atual esta possibilidade não existe mais. A superioridade da indústria paulista só pode ser (eventualmente) descontada pelos custos de transporte, já que não se admitem barreiras à circulação de mercadoria dentro do país (Singer, 1968:338).

Em resumo, no Nordeste, onde a descapitalização e a perda de recursos humanos agravavam a sua dependência com relação ao Centro-Sul, acirrando ainda mais os conflitos entre usu-

neiros e plantadores, o Estatuto da Lavoura Canavieira objetivava claramente acabar com a "luta secular", sonhando com a implantação da "paz social" de que falava Roberto Simonsen (1947: 5). Em São Paulo, onde se centralizava o desenvolvimento econômico do país, o Estatuto visava evitar a "luta secular", criando legalmente uma categoria de indivíduos - o fornecedor de cana - até então inexpressiva na economia açucareira paulista, mas que iria desempenhar um papel fundamental na expansão da agro-indústria açucareira do Estado.

Vejamos então os objetivos visados pelo Estatuto, bem como a sua importância na evolução da agroindústria açucareira paulista. Para tanto teremos que analisar o Estatuto da Lavoura Canavieira dentro do quadro geral da Economia Dirigida do Governo Getúlio Vargas. É o período em que a Grande Depressão Econômica dos anos 1929-30 e a Revolução de 1930 assinalam o fim do Estado Oligárquico no Brasil (Ianni, 1972). Isto significou a perda do controle exclusivo do poder político das burguesias agrária e comercial para as classes urbanas emergentes, embora isto não tivesse significado a perda de modo completo do domínio do poder político federal para aquelas classes. O importante é que algumas condições políticas importantes foram criadas e que "iriam favorecer a futura hegemonia do setor industrial sobre o setor agrário, principalmente a partir da década de 1950" (Ianni, 1972). E ainda, segundo Ianni, o "setor industrial foi adquirindo preeminência no conjunto do subsistema econômico brasileiro, e passou a desenvolver-se em escala

mais acelerada do que o setor agrário" (Ianni 1972).

É nesta situação que as usinas de São Paulo, numa primeira fase, crescerão numericamente e, depois, se modernizarão, diminuindo as diferenças, quanto ao grau de aperfeiçoamento, em relação às usinas de Java, Havai e Porto Rico. E a usina assim nascida é uma indústria como qualquer outra. Daí a importância do usineiro como tipo social empreendedor e dominador, que nada tem a ver com a figura do antigo senhor de engenho. Enquanto o senhor de engenho é o representante típico do "patriarcalismo e da comunidade rural como da economia do açúcar, baseada na escravidão ... o usineiro é um homem da cidade, industrial como qualquer outro, ... que apenas vê na lavoura a produção de matéria prima, indispensável às suas fábricas e marca, com uma intensidade sem igual, a irrupção e a influência da cultura urbana sobre o campo, de que se serve, pela exploração, mas a que não se liga pela sua mentalidade e pelos hábitos de vida, muito mais urbanos do que rurais" (Azevedo, 1948:236-237).

Com a abolição e a posterior transformação dos engenhos centrais em usinas, o senhor de engenho se descaracterizava ao mesmo tempo que surgia o usineiro não mais como o representante da lavoura e dos canaviais mas sim da burguesia urbana. Ele representa enfim "o ideal burguês, uma vitória da técnica contra a vida, da indústria contra a lavoura ... Como tipo ou líder político, o usineiro vale apenas pelas suas qualidades pessoais,

realçadas pelo seu poderio econômico" (Azevedo, 1948:237).

É este o tipo que durante o período da "economia dirigida" se fará representar no governo, invocando a proteção para as suas indústrias.

O Estatuto apresenta no seu conjunto pelo menos duas "inovações" fundamentais: a primeira é a legalização da figura do fornecedor de cana<sup>10/</sup> e a segunda está relacionada ao fornecimento de canas às usinas, isto é, 50% das canas será fornecida pelos fornecedores e outros 50% pela própria usina.

Esta segunda "inovação" poderá, a primeira vista, parecer um retrocesso quando comparada ao sistema dos engenhos centrais. Por que iriam as usinas dividir com os fornecedores 50% da matéria prima necessária? A resposta a essa pergunta é o início da revelação de toda a trama do Estatuto da Lavoura Canavieira, na época e ainda hoje, visto como uma legislação revolucionária no campo da agro-indústria açucareira (Smith, 1971: 73-83; Jungmann, 1971; Miranda, 1943; Lima, 1941).

---

<sup>10/</sup> "Considera-se fornecedor todo lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, haja fornecido canas a uma mesma usina, diretamente ou por interposta pessoa, durante três ou mais safras consecutivas" (Velloso, 1955:461).

O Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) é uma das fases do vasto plano de política do açúcar, inaugurado pela Comissão de Defesa do Açúcar (1931) e largamente desenvolvido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (1933).

A limitação da produção imposta pelo I.A.A., em 1933, reservava para a região Norte-Nordeste cerca de 60% da produção nacional de açúcar e os restantes 40% para a região centro-sul. Do total da região Norte-nordeste, Pernambuco ficava com cerca de 40% enquanto São Paulo ficava com aproximadamente 20% do total da região Centro-sul.

Este tratamento diferencial foi compreendido pelos usineiros paulistas como uma necessidade, isto é, era preferível aceitar o plano de restrição das safras do que ver a indústria açucareira intermitentemente sacudida por crises de preços com graves conseqüências para a produção.

Mas a aceitação dos planos de restrição das safras, adquire um novo significado quando a relacionamos com o surto de industrialização e com o tamanho do mercado para o açúcar na área Centro-sul.

A expansão da agro-indústria açucareira paulista, para atender à demanda crescente de açúcar, teria que ser feita por etapas. É que os recursos necessários para a ampliação das áreas com culturas de cana mais aqueles para a ampliação e a modernização do setor industrial das usinas eram enormes, apesar

da ajuda oficial através do Banco do Brasil e do Instituto do Açúcar e do Alcool. As usinas dificilmente conseguiram realizar tal empreendimento. Na impossibilidade de utilizar uma tecnologia que permitisse aumentos significativos na produção e produtividade agrícolas o caminho que de início se apresentava às usinas era a ampliação numérica das mesmas, concomitantemente com a sua modernização. E para que tal situação ocorresse, tornava-se necessária a presença de certos mecanismos para despertar o interesse de um certo número de proprietários agrícolas para a cultura da cana.

Antes de 1929, o plantador de cana em São Paulo, "sur-gia, quando o preço do açúcar subia de preços e regredia a proporção que os preços rebaixavam e submergia quando o recalque de preços se prolongava" (Carli, 1943:149). Com a estabilização dos preços-decorrência da ação do Estado - começariam a surgir aque-las condições indispensáveis ao crescimento da área plantada com cana.

E assim, enquanto as usinas cuidariam do desenvolvimen-to do seu setor industrial carreando para ele os recursos dispo-níveis e necessários, a matéria prima requerida para essa expan-são seria dividida entre plantadores independentes e as próprias usinas. Haveria, porém, que evitar o erro cometido no passado quando da criação dos Engenhos Centrais. Agora os fornecedores de cana deveriam ficar "amarrados" as usinas sem outra alternati-va, diferentemente do que acontecia durante o período dos enge-

nhos centrais, quando os fornecedores podiam moer suas próprias canas nos engenhos bangüês, sempre que os preços pagos pelos engenhos não lhes parecessem compensadores. A maneira de se alcançar esse objetivo era através da instituição da quota de fornecimento de cana, ligada ao fundo agrícola em que foi formada e no qual a cana é cultivada (Velloso, 1955:483). Ficava assim assegurada a subordinação do plantio de cana às necessidades da fabricação industrial de açúcar, causa considerada responsável pelo fracasso dos engenhos centrais (Singer, 1968:298-99; Lima, 1941).

Para se aquilatar a importância dessa medida basta notar que o número de fornecedores, na safra de 1941/42, em 11 usinas paulistas de maiores produções (o número total de usinas era 38) era de 326 (Carli, 1943:215) enquanto, na safra de 1967/68, para um total de 96 usinas haviam 9422 fornecedores. 11/

Verifica-se que não houve retrocesso quanto ao fornecimento da matéria-prima. Embora, muitos autores (geralmente aqueles ligados à elaboração do Estatuto da Lavoura Canavieira) procurem ressaltar a "luta desencadeada" pelos usineiros paulistas contra a aprovação do Estatuto afirmando que o mesmo obedecia "a orientação eminentemente social ... que transcende os

---

11/ É bem verdade que o volume de cana moída também cresceu, passando de 2.330.194 toneladas em 1940/41, para 31.267.403 em 1967/68.

limites de mera regulamentação da economia açucareira, para atender aos interesses de cerca de um milhão de brasileiros, cuja atividade constitui a base agrícola sobre a qual assenta a grandeza da indústria açucareira" (Miranda, 1943:143) na realidade essa luta não passava de divergências individuais de alguns usineiros e não dos usineiros como elementos da classe capitalista (Ianni, 1963:69). É o que se observa na seguinte afirmativa: "o que ninguém poderá negar é que o anteprojeto definitivo se elaborou sobre as bases de uma fórmula, redigida pelos delegados de usineiros, e encaminhada ao Instituto pelo Sr. Clemente Mariani, que teve a prudência de só a entregar depois de indagar, das delegações presentes à reunião realizada no Sindicato de Usineiros de Pernambuco, se a aprovavam. De outro modo, se não houvesse tal concordância, que é que teria o Sr. Clemente Mariani encaminhado ao Instituto"? (Miranda, 1943:173).

Desta forma o Estatuto da Lavoura Canavieira, guarda das certas proporções, representou, no que se refere a agroindústria açucareira o mesmo que a consolidação das Leis do Trabalho promulgada em 1943, para o proletariado urbano.

O Estatuto significou o que poderíamos chamar de paz social no campo. O que se buscava era **retomar** a iniciativa e procurar "canalizar as tensões sociais e definir a situação de conformidade com os seus ideais [burguesia] como alvos coerentes com a sua preservação como classe dominante" (Ianni, 1963: 76-77).

Isto pode ser constatado analisando-se os objetivos pretendidos pelo Estatuto tentando, de um lado, alcançar os fornecedores através de uma mais ampla assistência tanto no setor técnico, como médico, higiênico e educacional e, de outro lado, dirigindo as atividades "menos no sentido de compor litígios correntes do que no de prevenir contendas futuras. Para tanto, será preciso que a sua ação se antecipe ao processo, a fim de criar e manter, no setor canavieiro, um clima de cordialidade e harmonia, de compreensão e responsabilidade, de segurança e justiça (Miranda, 1943: 179).

Na prática, a categoria rural escolhida para desempenhar semelhante atividade era a dos pequenos proprietários rurais. Isto porque de um lado, o êxodo dos habitantes do interior para as cidades precisava ser regulado: "cumpre-nos incentivar por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a ele são muitos, mas o rumo um só: o retorno ao campo ... A consecussão desse objetivo exige como soluções primárias educar as populações rurais (12) e, ao mesmo tempo, valorizar economicamente o interior, povoando e saneando-o" (Vargas, 1938: 116).

É a política de fixação do homem à terra, que daí por diante será uma constante do governo de Getúlio Vargas. Fixação esta que será realizada através da "pequena propriedade de vantagens sobejamente conhecidas como fator poderoso de fartura e enriquecimento" (Vargas, 1938:

---

(12) Ver a análise de Queda e Smrecsanyi (1972) sobre o ruralismo pedagógico.

117). O que se pretendia era a organização da vida rural com base na pequena propriedade aqui concebida como unidade econômica e de subsistência.

No concernente à lavoura canavieira isto significava: "a manutenção, em derredor da usina, de uma série de pequenas propriedades rurais que lhe alimentem as moendas ... Na ordem social, ele representa a força conservadora indispensável para compensar o elemento instável e vibrátil, constituído pelo operariado das grandes indústrias ... Doutrina de equilíbrio e ponderação" (Miranda, 1943: 140-141).

É preciso acrescentar que, além da finalidade de "alimentar moendas" das usinas, a pequena propriedade familiar entre nós apresenta características bem diversas, como por exemplo, das da pequena propriedade familiar nos Estados Unidos: no meio rural brasileiro, ela se caracteriza também como fonte supridora de força de trabalho (CIDA, 1966). No caso das usinas este fato é importante, dada a grande exigência de mão-de-obra no período das safras.

Que o pequeno fornecedor de cana, representado na pequena propriedade era visto como elemento fundamental na economia açucareira, pode ser constatado, mais uma vez, observando o seguinte: "o Estatuto da Lavoura Canavieira, no intuito de garantir a classe média dos campos, cuja existência é primordial para a segurança política e social da nação, procurou fortalecer a posição do lavrador fornecedor, quer protegendo-o diretamente outorgando-lhe uma garantia de escoamento para a sua produção, como valorizando a sua propriedade agrícola, através da aderência da cota" (Miranda, 1943: 100 - o grifo é nosso).

É preciso esclarecer que o Estatuto, para ser aplicado, deveria de início, criar condições para a melhoria de vida dos pequenos proprietários fornecedores. Um exemplo é a criação de uma rede de assistência médica.

Mas decorridos 30 anos após a sua promulgação, o Estatuto da Lavoura Canavieira, do ponto de vista da maioria dos fornecedores de cana, falhou. É o que afirma o seu principal idealizador e, que na época, era também Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool: "reconheço, porém, que a situação do Estatuto da Lavoura Canavieira está longe de ser tranquilizadora, porque o fenômeno, que as estatísticas não podem esconder, é que a parcela de produção própria das usinas cresce num ritmo maior que o da produção dos fornecedores e plantadores de cana. E essa tendência se tornará preponderante e dominadora, se não houver, por parte dos interessados, um esforço maior para a defesa e a sustentação do Estatuto da Lavoura Canavieira cujo espírito era dividir, com os fornecedores, os benefícios com que a política açucareira vinha atendendo as usinas, através da garantia dos preços e, em consequência da estabilidade e ampliação do crédito. Nunca a política social do Instituto deixou de ser uma consequência, ou o complemento, de uma política econômica favorável aos grandes empresários. Já em trabalho anterior, eu fazia questão de prevenir que qualquer lei, sobretudo de justiça distributiva, vive apenas na medida em que os interessados a saibam tornar efetiva." (Lima, 1971: XVIII).

Mas a questão é exatamente esta: como tornar efetivo o Estatuto, por parte dos fornecedores paulistas se ele representou algo que

foi dado e não por eles conquistado?

É que na prática, todo programa que busca o equilíbrio para o sistema econômico, acaba beneficiando os grandes proprietários, no caso os usineiros, visto que o Estatuto, embora contendo algumas medidas sociais, não visava um programa anti-capitalista. Pelo contrário, visava a assistência financeira e a consolidação das dívidas dos industriais do açúcar.

A curto prazo seria aceitável e necessária a extensão dos benefícios econômicos e sociais, pretendido pelo Estatuto, aos fornecedores de cana.

Ao organizar a estrutura do fornecimento de cana, com base na pequena propriedade e com a finalidade de criar uma classe média nos campos, que servisse como amortecedor das tensões sociais, os idealizadores do Estatuto, isto é, aqueles que no momento, falavam pelos usineiros, deixavam claro qual o destino futuro daqueles mesmos fornecedores. Muito embora o Artigo 92 (13), do Estatuto sugerisse medidas destinadas a evitar a proliferação do minifúndio, na prática, o efeito foi exatamente contrário: o seu número cresceu fortemente mas de maneira desigual, como desigual também foi a quantidade de cana por eles produzida como se observa na tabela (16) a seguir:

---

(13) Art. 92. "Será vedada a divisão de quotas de fornecimento em consequência de divisão da terra, sempre que as quotas daí resultantes não assegurem recursos suficientes para a manutenção regular do proprietário e na família, a juízo do Instituto (Velloso, 1955:500).

Tabela (16) Propriedades com cana e quantidade de cana produzida por tamanho de quota em toneladas, no Estado de São Paulo, safra 1967/68

Tamanho da quota	Propriedades		Quantidade de cana	
	Nº	%	t	%
até 500	4.496	47,7	1.267.132	8,6
501- 1000	2.118	22,5	1.732.541	11,8
1001- 1500	875	9,3	1.236.693	8,4
1501- 2000	540	5,7	979.232	6,7
2001- 3000	519	5,5	1.497.482	10,2
3001- 5000	392	4,2	1.713.522	11,6
5001-10000	340	3,6	3.440.098	23,4
+ 10000	142	1,5	2.830.357	19,3
<b>T o t a l</b>	<b>9.422</b>	<b>100,0</b>	<b>14.697.057</b>	<b>100,0</b>

Fonte: I.A.A. Mapa de Fornecimento safra 1967/68

Enquanto num extremo da distribuição temos 70,2% dos fornecedores sendo responsáveis por apenas 20,4% do total de cana entregue às usinas, no outro 5,1% dos fornecedores entregam 42,7% do total.

Porque então tanta preocupação e justificativa na criação de uma "classe média de agricultores", os fornecedores de cana, através de um decreto-lei quando passadas três décadas, mediante outro decreto-lei volta-se a justificar a sua eliminação?

Enquanto os recursos das usinas não eram suficientes para fazer funcionar os dois setores - o industrial e o agrícola - nada melhor do que voltar a dividir os riscos do empreendimento agrícola com os fornecedores. Para tanto, haveria que organizar os poucos já existentes e

criar condições para o aparecimento de muitos outros.

Uma vez alcançadas as condições de estabilidade de preços para o açúcar, o Estatuto da Lavoura Canavieira proporcionaria os meios necessários para o desenvolvimento de uma classe média de produtores de cana que reunissem em uma mesma pessoa as três funções básicas, isto é a de proprietário, administrador e trabalhador braçal, em propriedades familiares nas quais eles são os proprietários e exploradores diretos (Velloso, 1955: artigos 76, 86, 99).

A idealização da pequena propriedade para "acentuar o seu valor social" é então desenvolvida (Lima, 1941: 41). O então Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, órgão encarregado da elaboração do referido Estatuto se tornou um dos maiores defensores da "pequena exploração". No seu livro "Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira" (1941) encontramos um esforço intenso no sentido de justificar a necessidade da pequena exploração: "do ponto de vista social e político, não há dúvida quanto à influência conservadora da pequena propriedade" (Lima, 1941:51). Chega a citar um autor italiano, Sergio Panunzio, "assinalando os esforços do fascismo em prol da pequena propriedade", concluindo que "a defesa da pequena propriedade e da pequena exploração tem, pois entre outras expressões, o sentido de um movimento adverso a doutrina e a influência do socialismo marxista" (Lima, 1941: 55)(14). Ficavam assim bem claras as fi

---

(14) O mesmo autor não deixa de afirmar que "de qualquer modo, o que não padece dúvidas é o entusiasmo do marxismo pela grande exploração agrícola" (Lima, 1941: 54).

nalidades de promover o desenvolvimento de uma classe média de produtores de cana. Se somamos a isto, o fato, por nós já comentado, de que no meio rural brasileiro a pequena propriedade familiar é tanto uma unidade supridora de mão-de-obra como de produtos agropecuários, o quadro das justificativas fica completo.

A quota de fornecimento de cana, vinculada ao fundo agrícola e não à pessoa do proprietário, foi o elemento fundamental para que essa "classe média" pudesse existir e desempenhar o papel esperado pelos idealizadores do Estatuto.

Mesmo antes da entrada em vigor do Estatuto já se observava que "enquanto se elevou o número de fornecedores de cana em São Paulo, a contribuição individual baixou sensivelmente. A tendência da lavoura canavieira paulista é para uma progressiva subdivisão de volumes do fornecimento" (Carli, 1943: 215-216). O Estatuto vinha, assim, oficializar uma tendência que os dias de hoje confirmaram: a existência de aproximadamente 10.000 fornecedores de cana no Estado de São Paulo, quando na safra de 1941/42, as 11 principais usinas de São Paulo tinham 326 fornecedores, com média de 490 toneladas de cana por fornecedor. Ainda naquele momento (1941) era bem fácil prever a ocorrência da subdivisão futura do volume de fornecimento, aumentando o número de fornecedores e diminuindo a contribuição individual. Em verdade, esta seria a tendência esperada embora não fosse dita. É que os fornecedores, com o "direito" de fornecer 50% da matéria-prima às usinas, poderiam se transformar em um grupo de pressão importante, caso o seu número fosse mantido pequeno.

Neste sentido a subdivisão das propriedades por herança tende a reforçar o fracionamento das quotas de fornecimento. Ainda que legalmente a propriedade se mantenha indivisa, na prática a quota de fornecimento de cana, como todo o resto da produção agrícola é dividida entre os herdeiros. E fica assim, sem efeito, o citado artigo 92. Uma investigação realizada pelo CIDA (1966) analisando as perspectivas dos pequenos fornecedores de cana no Estado de São Paulo acaba concluindo: aqueles fornecedores "não pensam em resistir à 'invasão das usinas' e acredita-se que morrendo a geração que a possui hoje, os filhos, como já estão fazendo, venderão as propriedades" (CIDA, 1966: 561).

Recentemente, começaram a surgir análises trazendo pesadas evidências sobre a impossibilidade de manutenção, no mercado, do pequeno e médio fornecedor de cana (Ettori et al., 1968; Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, 1968; Hughes, 1971).

Desta forma, o Estatuto da Lavoura Canavieira partindo da aceitação das vantagens sociais, políticas e econômicas (Lima, 1941: 51-64) da pequena propriedade familiar a ponto de ter sido considerado "uma tentativa de Reforma Agrária na zona do açúcar" (Smith, 1971: 73-83) chega, na opinião do seu principal idealizador a uma situação que "está longe de ser tranquilizadora" (Lima, 1971: XVII).

Para uns a situação atual da maioria dos fornecedores chegou a tal ponto porque os interessados, no caso os fornecedores, não souberam tornar efetiva a lei (Lima, 1971: XV-XVIII; Jungmann, 1971: 56). Mas como poderia uma categoria tornar efetiva uma dada lei se de início ela é

pulverizada, exatamente para não exercer semelhante função? É o que se observa analisando a Assistência Jurídica do ponto de vista do fornecedor. A assistência, nos termos do art. 93 do Código de Processo Civil, é a intervenção de terceiro no processo para ajudar uma das partes litigantes em cuja decisão tenha legítimo interesse. "No direito canavieiro nacional, embora não haja na lei qualquer restrição à intervenção do Assistente, na prática, não é comum o seu aparecimento, a não ser através dos respectivos órgãos de classe. A razão é óbvia: embora possa ter legítimo interesse em auxiliar a defesa ou o ataque de outro fornecedor em demanda contra a usina para a qual fornecem - e sobre o qual a decisão poderá ter eficácia indireta - deixa de fazê-lo pelo receio de incorrer nas iras do usineiro" (Jungmann, 1971: 221. O grifo é nosso). Com a Associação dos Fornecedores que é o órgão de defesa da classe tal não acontece. O fato de ter de litigar diretamente com a usina levou a maioria dos fornecedores a se socorrer dos serviços da sua Associação provocando uma hipertrofia do órgão de classe que passou a figurar em quase todas as Reclamações como "Reclamante", ao invés de "Assistente". Casos existem - e em proporção numerosa - em que "Associações", sem autorização do reclamante, comparecem perante os órgãos de julgamento do I.A.A. e, em "defesa" do seu associado, transigem, renunciam direitos, fazem acordos e até desistem das reclamações, sem que para tanto estejam legal e formalmente autorizados" (Jungmann, 1971: 221-222). E o mais grave ainda segundo Fernando Jungmann - Procurador do Instituto do Açúcar e do Alcool - é que o Instituto tem homologado muitos desses acordos, transações e desistências.

Do ponto de vista individual a efetivação da lei não é tentada "pelo receio de incorrer nas iras do usineiro" e quando se apela para o "Órgão de defesa da classe" a lei não é tornada efetiva devido aos "acordos, transações e desistências ... homologados inadvertidamente pelo I.A.A."

Com relação às vantagens econômicas da pequena propriedade familiar em relação à grande empresa, os resultados de recentes pesquisas tem rejeitado aquelas afirmações: "Os grandes produtores de cana tiveram uma vantagem econômica sobre o pequeno e, a longo prazo, o pequeno produtor tenderá a ser expulso da produção de cana" (Hughes, 1971: 299).

Um estudo sobre o custo de produção de cana produzida pelos fornecedores em São Paulo, através de uma amostra de 361 fornecedores nas três regiões produtoras de açúcar, isto é, Piracicaba, Ribeirão Preto e Jaú, chegou as seguintes conclusões: os custos médios para 1967 .. "indicam que um preço médio de NCr\$ 18,00 por tonelada não cobrirá o custo dos produtores situados nos estratos de até 100 toneladas, de 101 a 500 toneladas, de 501 a 1000 toneladas e de 1001 a 1500 toneladas do processo de tração animal e nos estratos de 1500 a 3000 toneladas e 3001 a 5000 toneladas do processo rotomecanizado. Estes produtores representam 91% do total de fornecedores quotistas do Estado de São Paulo" (Ettori, et al., 1968: 40).

A conclusão vai mais além afirmando que "esse é pois um preço que pode resultar não só em desestímulo para a produção como também em problemas sociais, além de não dar oportunidade para o produtor rural se

enquadrar no Estatuto do Trabalhador Rural" (Ettori, et. al., 1968: 40).

O mesmo estudo foi repetido nos anos seguintes com as seguintes conclusões para a safra de 1972: "como esperado, há evidências, na mesma amostra de fornecedores, que tecnologias modernas diminuem o custo total médio. As empresas que operavam com trator próprio apresentam o custo mais baixo (Cr\$ 31,77/tonelada). E as que usavam só a tração animal têm o custo mais elevado (Cr\$ 38,64/tonelada). Sem retribuição aos fatores, mas incluindo depreciação e juro sobre o capital circulante, esses valores caem para Cr\$ 25,91/tonelada e Cr\$ 33,04/tonelada". (I.E.A., 1972a: 2).

A própria Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (1968) realizou também uma investigação sobre a Estrutura de Custos e Preços da Tonelada de Cana, para as Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste para a safra de 1968/69. A conclusão final é de que existiam diferenças marcantes entre os preços da tonelada de cana calculado pela Federação, e aqueles que foram promulgados pelo I.A.A. para a safra de 1968/69, como podemos observar nos dados a seguir:

	Região Centro-Sul	Região Norte-Nordeste
Preços do I.A.A.	NCr\$ 15,364/ton.cana	NCr\$ 20,610/ton.cana
Preços Relatório Federação	NCr\$ 23,638/ton.cana	NCr\$ 28,035/ton.cana
Diferenças	NCr\$ 8,274/ton.cana	NCr\$ 7,425/ton.cana

Fonte: Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (1968: 46).

São portanto diferenças que tendem a se refletir "sobre a margem de lucro do fornecedor fazendo baixar substancialmente as possibilidades de ganhos na próxima safra". (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, 1968: 46).

Embora o citado estudo não apresente os resultados de uma forma estratificada, por quantidade de cana fornecida, a conclusão chama a atenção para a situação atual, precária, dos fornecedores de cana do Brasil.

Ainda de acordo com o Presidente da União das Associações dos Fornecedores de Cana (UAFC) do Estado de São Paulo e fornecedor de cana na região de Piracicaba, o preço da tonelada de cana é "antieconômico", inferior ao custo de produção. Essa afirmação foi feita pelo ex-presidente do I.A.A. Antonio Inojosa de Andrade, em exposição ao Conselho Monetário Nacional e confirmada também por pesquisas realizadas na safra passada ... Portanto não são os fornecedores paulistas que apontam essa realidade mas as próprias fontes oficiais" (Coopercotia, 1969: 30).

Um outro aspecto a ser abordado para indicar a situação de inferioridade da pequena propriedade familiar é quanto a possibilidade de melhoria técnica da exploração.

Já, em 1960, durante o I Simpósio Nacional de Tratorização da Cultura Canavieira (I.A.A., 1960) um técnico do Serviço Técnico Agrônomico do I.A.A. concluía que: "Nas condições atuais, 65% dos fornecedores de cana da região de Piracicaba, devido as limitações da área, estão praticamente à margem da mecanização e que, o uso das máquinas agrícolas irá se restringir aos 35% restantes" (Carvalho, 1960: 41).

No trabalho de Hughes (1971) encontramos que o nível de tecnologia que proporciona os mais baixos custos de produção dependem do tamanho da quota de fornecimento de cana que os plantadores possuem. Assim o fornecedor com quota menor que 2200 toneladas deverá considerar o uso de tração animal, aquele com quota variando de 2200 a 20000 toneladas deverá considerar o uso de trator médio e finalmente os fornecedores com quota superior a 20000 toneladas deveriam considerar o uso de trator de grande potência (Hughes, 1971: 298). Em geral, então, o nível de tecnologia de custo mais baixo depende da quantidade de cana produzida. Ora, no Estado de São Paulo, cerca de 85% do número total de fornecedores possuem quotas abaixo de 2000 toneladas portanto, na faixa onde a tração animal deverá ser considerada para as operações de preparo do solo.

Estes resultados confirmam os de Ettore et al. (1968) indicando que o preço da tonelada de cana não cobriu os custos de produção para fornecedores com menos de 2000 toneladas de cana.

Em termos de relação entre os preços de trator e o de cana-de-açúcar no período de 1948 a 1958, isto é, do volume de cana necessário para adquirir um trator, os dados mostram o seguinte: para a média de 1948/52 eram necessários 450 toneladas de cana; em 1955, eram precisos 837 toneladas e 955 toneladas em 1958.

Para o ano de 1961 a produção e área plantada com cana, necessárias para a aquisição de um trator MASSEY-FERGUSON MF-50 no valor de Cr\$ 1.395,00, eram as seguintes: para um rendimento médio de cana de .. 55 t./ha, a produção seria de 1.763,5 toneladas e a área equivalente a

32 hectares. Para 1965, supondo um rendimento de 67 t./ha a produção deveria atingir 2.412,3 toneladas, numa área de 36 hectares para a aquisição do mesmo trator agora, no valor de Cr\$ 9.359,00 (15).

A verificação dos preços deflacionados recebidos pela cana dos fornecedores mostra a seguinte evolução de acordo com a Tabela (17) abaixo:

Tabela (17) Preços deflacionados recebidos pela cana dos fornecedores do Estado de São Paulo, período de 1948/70.

A N O	Preço Médio Recebido pelo Produtor	
	Corrente	1969*
1948	0,10	20,21
1949	0,12	23,33
1950	0,12	21,93
1951	0,13	19,39
1952	0,14	18,65
1953	0,14	17,06
1954	0,20	18,80
1955	0,24	19,21
1956	0,34	22,60
1957	0,36	20,70
1958	0,33	17,03
1959	0,45	16,94
1960	0,66	18,96
1961	0,86	18,14
1962	1,41	19,61
1963	3,45	27,36
1964	7,01	29,20
1965	9,86	26,19
1966	10,50	20,23
1967	12,81	19,21
1968	15,28	18,45
1969	18,01	18,01
1970	20,03	16,72

\* Deflacionado pelo Índice Geral de Preços, Índice Nacional "2" da F.G.V. base, 1969

Fonte: I.E.A.

(15) Preço em Cr\$ fornecido pelo concessionário

O preço tem caído, após alcançar valor máximo em 1964. Entre os períodos 1948/52 e 1966/70, o preço da tonelada de cana declinou de 11% em termos reais.

Se analisarmos agora os custos dos processos utilizados no corte, carregamento e transporte da cana-de-açúcar, os resultados confirmam a situação delicada dos fornecedores. Uma das conclusões do estudo realizado por D'Apice (1969) é a seguinte: "para as empresas canavieiras com volume de produção inferior a 6.100 toneladas líquidas produzidas por safra, será aconselhável a utilização do processo manual de carregamento por apresentar tal processo um custo unitário inferior ao do carregamento mecânico abaixo daquele limite" (D'Apice, 1969: 109).

Um fato importante, quanto a legislação, ocorreu em 1965. Antes de 1965, o fornecedor de cana recebia um preço derivado pela sua cana, isto é, o preço pago pelos consumidores internos e externos menos taxas dos intermediários no caso, o Estado, a União e o I.A.A. A justificativa para a mudança era a de que este mecanismo de preço proporcionava poucos incentivos para a melhoria da produtividade. É assim que pelo Decreto-Lei nº 4.870 de 1/12/1965 reformulou-se a sistemática para o cálculo do preço da cana. O objetivo era o de melhorar a eficiência das empresas (fornecedores e usinas). A mudança quanto ao preço da cana será feita em função do custo de produção e teor de sacarose. Desta maneira se encorajaria a eficiência remunerando-se os mais eficientes e, podemos acrescentar no caso, as usinas. Estava assim, selada a sorte dos fornecedores pequenos e médios.

O que começou em 1941, "como uma tentativa de reforma agrária na zona canavieira", com a criação através do Estatuto da Lavoura Canavieira de uma "classe média de fornecedores de cana" termina no reconhecimento, contido nos pronunciamentos do Ministro da Fazenda, "a favor do desaparecimento mais ou menos rápido do fornecedor de cana como categoria de pequeno calado produtivo" (Correio Agro-Pecuário, 1971: 1).

O reconhecimento do desaparecimento dos fornecedores como .. "classe média rural" é feito por Jungmann nos seguintes termos: "a absorção da pequena e média propriedade aumenta o latifúndio e, por via de consequência, a proletarização rural. Os fornecedores que ainda resistem, com o passar do tempo, vão se convencendo da inutilidade da luta. Não existe mais correspondência entre o preço do açúcar e o da tonelada de cana. A impontualidade de pagamento generalizou-se de tal forma que nenhum fornecedor se anima a assumir maiores compromissos, com receio de não poder saldá-los nos vencimentos. Os processos contenciosos arrastam-se durante anos sem julgamento, o mesmo acontecendo com os autos de infração. A arrecadação da dívida ativa da autarquia é um ridículo atroz se comparada com os autos lavrados e convenientemente instituídos" (Jungmann, 1971: 52).

Enfim, que a eliminação atual dos pequenos fornecedores de cana (tanto no Centro-Sul como no Norte-Nordeste) poderia ser encarado com um fato a priori "esperado" é encontrado na análise sobre a pequena propriedade familiar feita por Stinchcombe (1966: 187-188). Segundo este, o melhor caminho para se iniciar a análise desse sistema de empre

sa agrícola é constatar que: 1) virtualmente todos os custos de produção são fixos. Esta predominância de custos fixos significa que a produção agrícola não diminui com a queda dos preços. "Conseqüentemente, a renda dos pequenos proprietários varia diretamente com o preço de mercado dos bens produzidos por eles e com as oscilações na produção provocadas por catástrofes naturais. Assim, os movimentos políticos de pequenos proprietários tendem a orientar-se primordialmente para a sustentação dos preços dos produtos agrícolas, mais do que para compensações por desemprego ou outras medidas de "previdência social" (Stinchcombe, 1966: 187); 2) a variabilidade do rendimento agrícola tende a encarecer o crédito e, de qualquer modo, torna os débitos altamente opressivos nos anos desfavoráveis; 3) os movimentos agrários tendem a desfrutar de limitada comunicação intra-classe, a serem carentes de líderes políticos talentosos, e a serem relativamente incapazes de organizar um movimento disciplinado e coerente controlado pela base. Como as contribuições às entidades de classe costumam ser pequenas e irregulares (tal como a renda) os movimentos dos pequenos proprietários são suscetíveis à penetração de interesses políticos de outras áreas. Além do mais, esses movimentos são relativamente sujeitos à corrupção, isto porque são incapazes de proporcionar carreiras políticas satisfatórias a seus líderes a partir dos próprios recursos; 4) tendem a se opor a ação dos intermediários e varejistas.

Em outro estudo (Medina, 1964: 71-91), este sobre a estrutura agrária brasileira, conclui-se que: "o tipo de propriedade de tamanho

familiar é fruto de iniciativas marginais de colonização ou loteamentos particulares. A divisão sucessiva dessas propriedades por herança, facilita a sua aquisição no futuro, quando se tornam minifúndio, ou a agricultura deixa de ser lucrativa. Essas propriedades compõem uma área de influência por parte dos comerciantes compradores ou beneficiadores dos produtos agrícolas, dispondo eles assim de um mercado certo para progredirem economicamente" (Medina, 1964: 88).

A conclusão que então pode-se tirar é que a escolha da pequena propriedade familiar não poderia ter sido mais adequada em face dos objetivos visados pelo Estatuto.

A concretização desses objetivos serão realizados através da execução do Decreto-Lei 1.186 de 27/9/1971 relativos à fusão, incorporação e realocação de usinas de açúcar em todo o país. Estímulos serão concedidos para a modernização de usinas (parte industrial e agrícola) como também para a racionalização das lavouras. Também serão concedidos estímulos aos fornecedores de cana que incorporarem novas cotas de fornecimento às que já possuam.

Não foi mera coincidência a alteração verificada quanto ao cálculo do preço da cana em 1965. Regra geral, as usinas com produção superior a 700.000 sacos de açúcar por safra apresentam um rendimento agrícola que é o dobro dos pequenos e médios fornecedores. Portanto as usinas podem aceitar aquele declínio nos preços reais da cana pois este é compensado pelo ganho em maior rendimento pelo uso de moderna tecnologia.

E aqui enquanto de um lado a evolução das usinas se fazia pelo seu aumento numérico, a par da lenta mas constante modernização do seu setor industrial (que tenderá a se acelerar pela ação dos mecanismos do Decreto-Lei 1.186), do outro lado a evolução do seu setor agrícola era realizada com a participação dos fornecedores como uma condição necessária ao sucesso do setor industrial. É que certos recursos não mais foram aplicados na aquisição de novas terras (as terras começavam a se situar em regiões onde o custo do transporte não recomendava tal política e as mais próximas às usinas possuíam preços elevados), mas sim no desenvolvimento do setor industrial. O amadurecimento deste, intensificado na década dos 60, coincide, de certa forma, com a produção de máquinas e implementos agrícolas, de fertilizantes e defensivos além da intensificação da pesquisa de novas variedades de cana nas Estações Experimentais. Com isto as Usinas começam a criar condições onde os aumentos de rendimentos agrícolas vão progressivamente desalojando os pequenos e médios fornecedores, fenômeno que as estatísticas não podem esconder: "a parcela de produção própria das usinas cresce num ritmo maior que o da produção dos fornecedores e plantadores de cana" (Lima, 1971 : XVII). Na safra de, 1970/71, 59% das canas moidas pelas usinas paulistas eram de "cana própria". Concorre para isto o fato de que a "divisão do fornecimento da cana entre a usina e os fornecedores tem sido descumprida em benefício dos usineiros, através da figura do Condomínio ou Acionista de Usina, que o Estatuto não previu" (Carneiro, 1966:54. Grifado no original). Em geral, estes são os grandes fornecedores (mais de

10.000 toneladas de cana), responsáveis por mais de um quarto da produção de cana do Estado, enquanto o seu número absoluto gira ao redor de 100.

Em última análise, a intervenção do Estado, primeiro proporcionando estabilidade necessária no mercado do açúcar e, depois, com o Estatuto da Lavoura Canavieira, estabelecendo o fundo agrícola, que constitui um complexo de interesses - a terra, o trabalho e a quota de fornecimento - "amarrou" o fornecedor à usina conseguindo assim subordinar o plantio de cana às necessidades da fabricação industrial do açúcar.

Apesar de todo o aparato ideológico montado para apresentar o Estatuto como um instrumento legal avançado que visava regular as relações entre fornecedores e usineiros, os seus objetivos reais não visavam alterar o sistema de propriedade agrícola. Pelo contrário, o sistema de quota de fornecimento condiciona na realidade as operações, oferecendo ao usineiro um alto poder de barganha não somente em relação aos preços, como relativamente ao peso da cana entregue, donde, então, a dependência que se estabelece em relação à usina.

Sendo a quota reavaliada a cada três anos, caso o fornecedor não alcance o limite máximo da sua quota, ela será reduzida no futuro, e quase nenhum meio existe para recuperá-la. Daí o fato do fornecedor plantar, geralmente, mais do que o necessário para garantir o preenchimento da sua quota. Deste modo o sistema de quota "oferece um forte incentivo" ao fornecedor para produzir sua quota.

Neste sentido é inaceitável a afirmativa: "indiscutivelmente, o Estatuto da Lavoura Canavieira representou, dentro da perspectiva histórica da época, uma tentativa de revisão da estrutura agrária e das relações de propriedade na área que predominava o cultivo da cana. Tentativa na realidade ingênua até certo ponto, visto como procurou-se, através de medidas de natureza jurídica, modificar as condições sócio-econômicas existentes no campo" (Carneiro, 1966: 54). Na realidade jamais existiam semelhantes objetivos. Portanto, o Estatuto não falhou quanto à realização das suas metas. Tanto é verdade que hoje, após três décadas, também através de "medidas de natureza jurídica" se efetua a eliminação dos mesmos. A verdade é que tanto em 1941 quanto em 1971 o fato jurídico estava condicionado aos fatos sócio-econômicos.

As recentes medidas adotadas, em 1971, pelo I.A.A., visam intensificar a concentração do canavial e a concentração da usina açucareira. A aceitação das vantagens da agricultura em larga escala não é nova e ela parece que se mantém verdadeira tanto para as sociedades socialistas como para as sociedades capitalistas. Stavenhagem (1968), ao criticar os trabalhos de Loomis (1968) e Galeski (1968), o primeiro sobre a Índia e o segundo sobre a Polônia, ambos representados no II Congresso Mundial de Sociologia Rural (Sociedade Européia de Sociologia Rural), faz a seguinte citação do estudo de Loomis: "poucas das relações mencionadas previamente neste trabalho ... são mais importantes do que a influência do tamanho da operação tal como é revelado pelo 'valor do produto agrícola obtido'. A alta relação entre esta variável e os escores

dos informantes sobre as inovações agrícolas indica que aqueles que desejam um rápido aumento na produção agrícola podem efetivamente atingir esse objetivo facilitando e fortalecendo os maiores empresários. Parecem existir forças em movimento as quais aumentarão o tamanho dos negócios dos empresários alertas ... se essas forças são acionadas, as quais aumentarão ainda mais a produção, os agricultores economicamente mais fortes, tornar-se-ão ainda mais fortes e os fracos mais fracos". (Loomis, 1968: 294-295). Da mesma forma Galeski insiste que "as empresas agrícolas maiores possuem uma superioridade sobre as menores devido aos custos de produção mais baixos ... Em uma economia de mercado o pequeno empreendimento está como regra geral impelido a crescer. Existe, então, uma tendência permanente para a emergência de formas industriais de pequenas empresas familiares. Isto pode ocorrer através da expansão de alguns proprietários às expensas da bancarrota de outros ... ou ainda pela fusão de outras empresas (Galeski, 1968: 275).

E da mesma forma que Loomis e Galeski não nos informam sobre o que acontecerá com aqueles que foram eliminados ou foram levados à bancarrota, pela tendência favorável à agricultura em larga escala, nós também não ficamos sabendo o que acontecerá aos fornecedores de cana envolvidos em processo semelhante. E a resposta é importante pois eles constituem parte significativa da população rural.

CAPITULO V

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

## SUMARIO E CONCLUSÕES

1. A intervenção do Estado na economia açucareira brasileira esteve sempre presente, dos primeiros engenhos às modernas usinas de hoje. Em certos momentos foi vacilante entre o protecionismo e o liberalismo em outros ela se orientou decididamente numa dessas duas direções. Mas foi sempre um fator fundamental na fundação e no desenvolvimento dos engenhos.

2. A política do intervencionismo atingiu a sua fase mais intensa e aguda na "economia dirigida". A partir de 1930 ela se intensificou abrangendo todo o setor da economia açucareira nacional. Essa intervenção procedeu-se simultaneamente com as alterações da estrutura de poder, que deixa de ser privativa das categorias rurais e que paulatinamente se transferre para os setores predominantes das novas classes urbanas. Deste momento em diante o Estado se lança numa política econômica de intervenção , alicerçada em bases nacionais.

3. Mas, como o Estado faz parte da revolução burguesa em processo, ele se torna sensível tanto às pressões quanto aos interesses de diversas classes e grupos sociais, cujas posições na estrutura econômico-social ainda não se firmaram. Por essa razão, a atuação do Estado no setor açucareiro foi marcada pela presença ou interferência de segmentos pré-capitalistas que ainda compunham a realidade brasileira. Esta foi a razão de a aplicação, tanto do Instituto do Açúcar e do Alcool (1933) quanto do

Estatuto da Lavoura Canavieira (1941), ter produzido resultados de certa forma diferentes. Pelo menos até a fase mais intensa da nossa industrialização, a atuação do Estado através daqueles dois órgãos tendeu a preservar no Nordeste aqueles componentes pré-capitalistas no setor agrícola, enquanto na região Centro-Sul a atuação tendeu a estimular aqueles componentes próprios do sistema capitalista de produção em formação no Brasil.

4. Essa atuação se ajustava dentro do que era possível em termos de racionalidade. Em suas linhas gerais a política permaneceu a mesma após a queda da ditadura. Ela apenas se alterava na medida em que o Estado era obrigado a se reestruturar para atender as novas exigências do sistema capitalista em formação.

5. É nesse sentido que a intervenção estatal tendeu a facilitar a formação e o desenvolvimento de novos grupos ligados a atividade agro-industrial. São esses grupos que, progressivamente, passaram a controlar a política açucareira a nível nacional. Nesse sentido, a atuação do Estado perde cada vez mais a sua característica contraditória e incongruente. Agora ela se faz de conformidade com as tendências e determinações do sistema em que ela está inserida.

6. Nessas condições, o papel desempenhado pela intervenção estatal é fundamental no processo de desenvolvimento da agroindústria açucareira e na superação das resistências à mudança.

S U M M A R Y   A N D   C O N C L U S I O N S

SUMMARY AND  
CONCLUSIONS

1. From the early days of the first sugar cane engenho to the modern sugar cane mills of today the intervention of the State has always been present in the Brazilian sugar economy. In certain periods it vacillated between proteccionism and liberalism; in others, it was resolutely directed to one of these two orientations. But it was always a decisive factor in the foundation and development of sugar cane engenho.

2. The interventionism reached its most intensive and sharpest phase during the period of "directed or regulated economy". Since 1930 it has been intensified and now comprises the whole national sugar cane economy. This intervention has been evolving simultaneously with changes in the power structure in the sense that it is no more exclusively of rural classes but constantly goes to the predominant sectors of the new urban classes. From this moment onward the State initiates a kind of politics of intervention which is founded on a national basis.

3. Given that the State is a part of the bourgeoisie revolution in process, it becomes sensible to the pressures and the interests of several classes and social groups, whose positions in the social-economic structure have not yet been consolidated. For this reason, the State action in the sugar sector was characterized by the presence or interferen

ce of pre-capitalistics segments that were still present in the Brazilian rural reality. In this sense the actions of the Sugar and Alcohol Institute (1933) and Sugar Cane Statute (1941) have produced to a certain extent different results. At least until the most intensive phase of our industrialization, the intervention permitted through those two mechanism tended to preserve in the Northeast area those pre-capitalistics components of the agrarian setor, while in Center-South region the actions tended to stimulate the components that characterize the capitalistic system of production that it is still in the process of formation.

4. This intervention was well designed in terms of the rationality that was possible. In its general lines the politics of intervention in the sugar economy remained the same after the dictatorship had ended . The changes were introduced only when the State was obliged to restructure itself in order to attend the new requirements of the capitalistic system.

5. In this sense the State intervention has tended to facilitate the formation and the development of new groups tied to the agro industrial activities. These are the groups that started in a progressive way to control the sugar economy at the national level. In this manner the intervention started losing its contradictory and incongruent fashion. Now, the action is executed according to the tendency and determination of the system.

6. In these conditions the role played by the intervention of the State is fundamental to the process of development of the sugar economy and to the process of removing the obstacles that impede changes.

BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA

Amaral, Luiz

- 1958 História Geral da Agricultura Brasileira (2 vols.). São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Andrade, Manoel C.

- 1963 A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Antonil, A. João

- 1923 Cultura e Opulência do Brasil por suas Minas e Drogas. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Atalla, J.W.

- 1972 "Açúcar Caminha para 100 milhões de sacos". Indústria e Desenvolvimento V (setembro): 8-9.

Azevedo, Fernando

- 1948 Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil. Rio de Janeiro: I.A.A.

Azzi, G.M.

- 1971 "A Situação das Variedades de Cana de Açúcar Cultivadas no Estado de São Paulo". Brasil Açucareiro 78 (setembro): 26-29.

Carli, Gileno De

- 1936 "O açúcar na Formação Econômica do Brasil". Anuário Açucareiro: 7-70.

Carli, Gileno De

- 1942 A Evolução do Problema Canavieiro Fluminense. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti.

Carli, Gileno De

- 1943 Gênese e Evolução da Indústria Açucareira de São Paulo: Rio de Janeiro: Ed. Pongetti.

Carneiro, Wilson

- 1966 "A Mobilidade Social e o Estatuto da Lavoura Canavieira". Brasil Açucareiro 67 (janeiro): 51-54.

Carneiro, Wilson

- 1968 "A Concentração Econômica da Agroindústria Açucareira". Brasil Açucareiro 72 (novembro): 28-35.

Carvalho, Paulo de C.T.

- 1960 "Aspectos Sociais da Tratorização das Unidades Agrícolas Familiares da Região Canavieira de Piracicaba". Pp. 36-54 em I Simpósio Nacional de Tratorização da Cultura Canavieira. São Paulo. I.A.A.

Cesarino Jr., A.F.

- 1944 "O Conceito de Colono na Lavoura Canavieira Paulista". O Economista XXV (setembro): 25-40.

CIDA: Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola

- 1966 Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico no Setor Agrícola. Washington: União Pan-Americana.

COOPERCOTIA

- 1969 "Usineiros e Fornecedores Descontentes". Coopercotia XXVI (janeiro): 29-30.

Correio Agro-Pecuário

- 1971 "Usina Líquida Resto de Bangue". 1.<sup>a</sup> Quinzena de setembro: 1.

Costa Filho, Miguel

- 1941 "Três fases da Vida do Instituto". Brasil Açucareiro 18 (dezembro): 81-86.

Cunha, Mario W. Vieira

- 1963 O Sistema Administrativo Brasileiro. Rio de Janeiro: M.E.C.

D'Apice, Maria Lúcia

- 1969 Análise dos Custos de Processos Utilizados no Corte, Carregamento e Transporte da Cana de Açúcar. Tese de M.S. não publicada. Piracicaba: ESALQ/USP.

Diegues Jr., Manoel

- 1954 População e Açúcar no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação.

Ettori, O.J.T. et alii

- 1968 "Custo de Produção de Cana de Açúcar Industrial Produzida pelos Fornecedores Cotistas em São Paulo". Agricultura em São Paulo XV (jan. fev.): 33-54.

Federação dos Plantadores de Cana do Brasil

- 1968 Estrutura de Custos e Preços na Tonelada de Cana. São Paulo: Comissão de Defesa da Lavoura Canavieira.

Freyre, Gilberto

- 1941 "O Estatuto da Lavoura de Cana". Brasil Açucareiro 18 (dezembro): 17-18.

Freyre, Gilberto

- 1951 O Nordeste. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed.

Galeski, B.

- 1968 "Social Organization and Rural Social Change". *Sociologia Ruralis* 7 (special issue): 256-288.

Hughes, Harlan

- 1971 Economic Analysis of Sugar Cane Production in São Paulo, Brazil (Fornecedores, 1968/69). Tese de PhD não publicada. Columbia: University of Missouri.

Ianni, Octavio

- 1963 *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Ianni, Octavio

- 1965 *Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Ianni, Octavio

- 1971 *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Ianni, Octávio

- 1972 *Relações de Produção e Proletariado Rural* (mimeografado).

I.A.A.: Instituto do Açúcar e do Alcool

- 1936 *Anuário Açucareiro*: Ed. Brasil Açucareiro.

I.A.A.: Instituto do Açúcar e do Alcool

- 1949 *Congressos Açucareiros no Brasil*. Rio de Janeiro: I.A.A.

I.A.A.: Instituto do Açúcar e do Alcool

- 1949a *Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro: Ed. Brasil Açucareiro.

I.A.A.: Instituto do Açúcar e do Alcool

1969 Mapa de Fornecimento de Cana - Safra 1967/68. São Paulo:  
Delegacia Regional.

I.A.A.: Instituto do Açúcar e do Alcool

1971 Posição Final da Safra 1970/71. São Paulo. Delegacia Regional.

I.E.A. : Instituto de Economia Agrícola

1972a Custo de Produção da Cana de Açúcar no Estado de São Paulo  
(mimeografado). São Paulo: I.E.A.

I.E.A.: Instituto de Economia Agrícola

1972b Desenvolvimento da Agricultura Paulista. São Paulo: I.E.A.

Jungmann, Fernando

1971 O Direito da Agroindústria Açucareira. Rio de Janeiro: Ed.  
Revista dos Tribunais.

Lima Sobrinho, Barbosa

1941 Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira. Rio de  
Janeiro: I.A.A.

Lima Sobrinho, Barbosa

1943 Os fundamentos Nacionais da Política do Açúcar. Rio de Janeiro:  
I.A.A.

Lima Sobrinho, Barbosa

1971 "Guia de uma Reforma Agrária". Pp. XV-XVIII em F. Jungmann,  
O Direito da Agroindústria Açucareira. Rio de Janeiro: Ed.  
Revista dos Tribunais.

Lippmann, E.

1941 História do Açúcar. Rio de Janeiro: I.A.A.

Loomis, Charles P.

- 1968 "Social Organization and Rural Social Change". *Sociologia Ruralis* 7 (special issue): 284-304.

Medina, C.A.

- 1963 Estudo de Dois Municípios do Estado de São Paulo: Sertãozinho e Jardinópolis. (mimeografado).

Medina, C.A.

- 1964 "A Estrutura Agrária Brasileira: Características e Tendências" *America Latina* 7 (jan. março): 71-91.

Melo, Mario L.

- 1941 "A Economia Dirigida do Açúcar e os Estudos Econômicos". *Brasil Açucareiro* 18 (dezembro): 86-89.

Melo, Joaquim de

- 1941 "Um decênio da Defesa do Açúcar". *Anuário Açucareiro* (vol.7): 1-95.

Miranda, Vicente C.

- 1943 O Estatuto da Lavoura Canavieira e sua Interpretação. Rio de Janeiro: I.A.A.

O Estado de São Paulo

- 1971 "Outra Oportunidade para os Usineiros do Nordeste". *Atualidade Econômica*: 3/9/71.

O Estado de São Paulo

- 1971 "I.A.A. Regulamenta a Fusão de Usinas". 9/10/71.

Oliveira, H.P. de

- 1971 "Brazilian Sugar Exportation". Anuário Açucareiro: (special ed.): 12-30.

Paiva, R.M.

- 1960 "Retorno da Agricultura Para as Zonas Velhas: Fator Imprescindível para o Desenvolvimento Econômico do País". Agricultura em São Paulo VII (setembro): 1-22.

Petrone, Maria Thereza S.

- 1968 A Lavoura Canavieira em São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Pestana, Paulo R.

- 1915 "A Indústria Açucareira em São Paulo". Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio 10 (outubro): 427-431.

Prado Jr. Caio

- 1967 História Econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense 10. Ed.

Queda, O. e Tamas Szmrecsanyí

- 1972 Educação Rural e Assistência Técnica (mimeografado).

Rodrigues, Jose A.

- 1968 Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Secretaria de Economia e Planejamento

- 1972 Diagnóstico da 6ª Região Administrativa. São Paulo: S.E.P.

Simonsen, Roberto C.

1947 O Problema Social no Brasil. São Paulo: Serviço Social da Indústria.

Singer, Paul I.

1968 Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Cia Ed. Nacional/USP.

Singer, Paul

1971 "Tecnologia e Divisão do Trabalho". Pp. 37-38 em Ernst W. Hamburger (Coord.) Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Smith, T.L.

1971 Organização Social Rural. São Paulo: Ed. Pioneira/USP.

Stinchcombe, A.L.

1966 "Agricultural Enterprise and Rural class Relations". Pp.182-190 em R.Bendix e S.M. Lipset (org.), Class, Status an Power. New York: Free Press

Stavenhagen, R.

1968 "Contribution to the discussion". Sociologia Ruralis 7 (special issue): 426.

Sawyer, F.H.

1908 Estudo sobre a Indústria Açucareira no Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas (2.<sup>a</sup> ed.).

Vargas, Getúlio

- 1938 A Nova História Política do Brasil (vol. II). Rio de Janeiro:  
• José Olympio Ed.

Velloso, Lycurgo

- 1955 Legislação Açucareira e Alcooleira (2 vols.) . Rio de Janeiro: I.A.A.

Vilhena, L. dos Santos

- 1921 Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas(2 vols.).  
Bahia: Imprensa Oficial.

Vizioli, José

- s.d. A Indústria Açucareira no Estado de São Paulo.

Weber, Adolf

- s.d. La Economía Mundial al Alcance de Todos. Ed. Labor.

A P Ê N D I C E I

Tabela 18. Relação dos Equipamentos, Início de Fabricação e Origem das Patentes. M.Dedini S.A., Piracicaba, S.Paulo.

Equipamento	Ano do início da fabricação	É patente nacional?
Aquecedor	1937	Não *
Evaporador	1937	O convencional não. Desenvolveram um novo tipo: O Compacto - Dedini
Vácuo	1937	O convencional não. Têm duas patentes próprias
Cristalizador	1937	Não *
Moenda	1926(pequena) 1929(20 x 30)	A clássica não. Estão registrando duas novas patentes.
Caldeira	1938(multitubulares) 1948(aquitubulares) 1950(Babcock)	Usina não*. Outras são da Erie City - Zurn, EUA
Turbina a Vapor	1960	GHH - Alemanha
Máquina a Vapor	1945	Não *
Bombas a Vapor	1938	Não *
Ejetores a Vapor	1940	Não *
Lubrif.Automáticos	1940	Não *
Condensadores	1937	Não *
Secador de Açúcar	1940	Clássico não. Buttner, BSH-Al Alemanha

\* Equipamentos que não têm patente nacional, são, entretanto, de projeto e desenhos Dedini. Não têm patente por serem considerados domínio público.

A P Ê N D I C E    I I

Figura (2). Evolução da Produção de Açúcar de Usina no Brasil. Safras de 1926/27 a 1970/71. (1.000.000 t)

